

*Supremo Tribunal Federal*

19 85

N.º 106.747-1

PERNAMBUCO

*Relator, o Senhor Ministro**Décio Miranda**Recurso Extraordinário**Recorrente* S SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR NO ESTADO DE PERNAMBUCO E
OUTRO

Advs. Hugo Gueiros Bernardes e outros

Recorrido SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAQUITINGA E OUTROS

Advs. Ulisses Borges de Resende e outros

Supremo Tribunal Federal, em 19 *de* agosto *de* 19 85*Branca Duarte*
Divisão de Autuação

ED

221



83

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

TRIBUNAL PLENO

TRIBUNAL PLENO

19
SEÇÃO DE RECEPÇÃO
15 ABR 15 11 28 014777
SERVIÇO DE COMUNICACÃO
SUPLENTE TRIBUNAL FEDERAL

Relator, o Senhor Ministro

EXPEDITO AMORIM

RECURSO ORDINÁRIO

EM
DISSÍDIO COLETIVO 3^o VOLUME
da REGIÃO

RECORRENTE S: SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR NO ESTADO DE PERNAM-
BUCO E OUTRO E SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAQUITINGA E OU-
TROS.

Advogado s: Drs Luiz Romeu Cavalcante da Fonte e Horácio José Carlos de
Mendonça

RECORRIDO OS MESMOS

Advogado X X X X

RE

22 AGO 1984

13 OUT 1983



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

PERNAMBUCO

PROC. N.º TRT DC-28/82

ED- 131/82

III vol.

III VOLUME

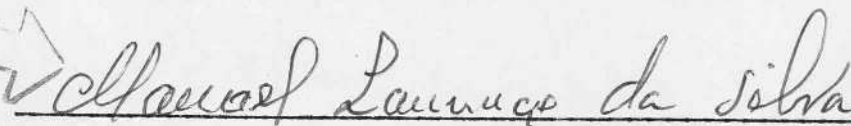
DISSÍDIO COLETIVO	DISTRIBUIÇÃO
Suscitante SINDICATO DA INDUSTRIA DO AÇUCAR DO ESTADO DE PERNAMBUCO E SINDICATO DOS CULTIVADORES DE CANA DO ESTADO DE PERNAMBUCO	
Advs: Drs. Pedro Paulo Pereira Nóbrega, Marcos de Almeida Cardoso, José Otávio Patrício de Carvalho e Horácio José Carlos de Mendonça	
Suscitado(s) SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAQUINGA E OUTROS (44)	
Procedência	
Relator Juiz ALBERDO BELO	
REVISOR: JUIZ DUARTE NETO	

401
mme

P R O C U R A Ç Ã O

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de CORTÊS, por seu representante legal infra assinado, no mea e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e JOÃO JOSÉ BANDEIRA, inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE; 4.502-RJ OAB-3049/PE, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876-PE, a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Cortês, , 19 de Setembro de 1982


Manoel da Silva

DIRETOR DO STR

Cartório João Roma
Reconheço a(s) Firma(s)
Manoel da Silva
Recibo em 21/09/82 de 19.82
Em test. [assinatura] da verdade
Mandado expedido de acordo com o art. 1.040 do CPC
Gerais, Alameda, 1.040, 1.040

402
mml

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de CONDADO-PE....., por seu representante legal infra assinado, no meia e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETERSEN e CÂNDIDO FERREIRA LIMA....., inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE; 4.502-RJ : 4541 OAB- PE, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876-PE, a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

CONDADO, 19 de Setembro de 1982

Pedro Cunha da Silva

DIRETOR DO STR * Pedro Cunha da Silva
- Presidente -

Cartório João Romão
Reconheço a(s) Firma
Pedro Cunha da Silva
Recife, 24 de 09 de 1982
Em test. Leandro da verdade
Manoel Rodrigues do Araújo
Carlos Alberto Ribeiro Romão
Rebrotados

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE AMARAJI

C.G.C. 10.123.008/0001-07

Rua 15 de Novembro, 15

AMARAJI — PERNAMBUCO

P R O C U R A Ç Ã O

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Amaraí, por seu representante legal infra assinado, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS RONEU CAVALCANTI DA FONTE, AL-¹ TAMIR GONÇALVES PETTERSEN e JOÃO JOSÉ BANDEIRA, inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE; 4.502-RJ 3049 OAB-PE, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876-PE a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para tratransigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Amarají, 19 de Setembro de 1982.

Paulo José da Silva

Paulo José da Silva

Presidente

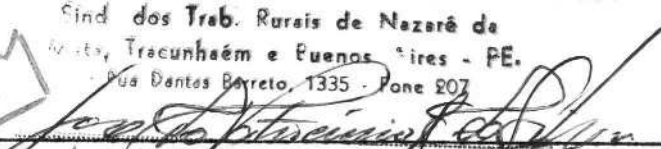
403
mbl

404
unil

P R O C U R A Ç Ã O

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nazaré da Mata, Trac. e B. Aires., por seu representante legal infra assinado, no meu e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e Fernando Gomes de Melo., inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE; 4.502-RJ 3762 OAB-PE., todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876-PE, a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Nazaré da Mata, 19 de Setembro de 1982.

Sind. dos Trab. Rurais de Nazaré da Mata, Tracunhaém e Buenos Aires - PE.
Rua Dantas Barreto, 1335 - Pône 207

José do Patrocínio Gomes da Silva
DIRETOR DO STR - PRESIDENTE.

Cartório João Rome Reconhecido (a) Firma
José do Patrocínio Gomes da Silva
Recife, de 1982
Em da verdade
Manoel Rodrigues de Araújo
Omar Alberto Ribeiro Rome
Substituto

405
mpe

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Água Preta, por seu representante legal infra assinado, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETERSEN e HERIBERTO GUEDES CARNEIRO, inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE; 4.502-RJ; 5753-OAB-PE, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876-PE. a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça / do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Água Preta, 16 de setembro de 1982

Amaro Alves da Silva

DIRETOR DO STR DE ÁGUA PRETA/PRESIDENTE

Reconheço a firma

Amaro Alves da Silva

Em tempo

da verdade

Água Preta,

16 de setembro de 1982

José Soares Toledo

1.º Tabelião Público

NÃO IMPEDIMENTO OCASIONAL DO TABELIÃO

JOSE SOARES TOLEDO
Funcionário AD-HOC
Cartório do 1.º Ofício
Água Preta - PE

SEGUNDO CARTÓRIO
Tabelião e Escrivão
JAIME ALCANTARA WANDERLEY
Água Preta - PE.

406
nuple

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de QUIPAPA, por seu representante legal infra assinado, no meu e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e HERIBERTO GUEDES CARNEIRO, inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE; 4.502-RJ _____ OAB-_____, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876-PE. a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Quipapa, 15 de setembro de 1982.

José Macena da Silva
DIRETOR DO STR - JOSÉ MACENA DA SILVA-Presidente.

Reconheço verdadeira a firma José
Macena da Silva

Quipapa, 20 de setembro de 82
Em test. [assinatura] em Verd. [assinatura]
O. Del. Pub. [assinatura]

ALBÉRIO MACIEL CAMPOS
TABELIÃO E ESCRIVÃO
— 1º OFÍCIO —
QUIPAPÁ - PERNAMBUCO

407
mpe

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ferreiros, por seu representante legal infra assinado, no mea e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e Givaldo do Bráz de Macedo, inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE; 4.502-RJ, 6.314 OAB- PE., todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876-PE, a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Ferreiros, 19 de Setembro de 1982



José Gervásio de Schack
DIRETOR DO STR



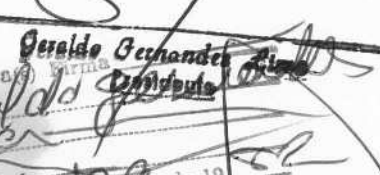
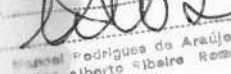
Cartório João Roma
Reconheço a Firma:
José Gervásio de Schack
Recife, 24 de 09 de 82
Em test. [assinatura] da verdade
Mancel Gervásio de Andrade
Cartório João Roma

408
mpe

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipojuca, Camela e N.º. S.º. do "O" _____, por seu representante legal infra assinado, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e EDUARDO JORGE GRIZ, inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE; 4.502-RJ _____ OAB _____, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876 - PE., a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" ple nos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Ipojuca, 20 de setembro de 1982


DIRETOR DO STR

Reconheço a firma
de Geraldo Gerhandes
em 24 de 19
Releio a verdade
Em test.

Manoel Rodrigues de Araújo
Carlos Alberto Ribeiro Roma
Schmidt

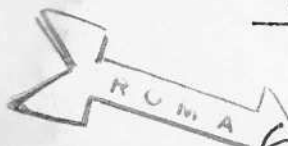


409
mpe

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de JOAQUIM NABUCO, por seu representante legal infra assinado, no mea e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e JOSÉ PATROCÍNIO DOS SANTOS, inscrições respectivas números: 2.339-DAB-PE; 4.502-RJ 5535 DAB- PE, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876-PE. a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Joaquim Nabuco, 19 de setembro de 1982



Gervásio Pires da Silva

DIRETOR DO STR

Cartório João Roma

Reconheço a(s) Firma(s) Servílio José de Silva

Recife, 21 de 1982 de 19 82

Em test. [assinatura] da verdade

Manoel Rodrigues de Araújo
Carlos Alberto Ribeiro Roma
Secretários

Sindicato dos Trabalhadores
Rurais do Rio Formoso

C.G.C. 11 628.351/0001-68

Fone: 147

SEDE PRÓPRIA

Rua Professor João Sezino, 75

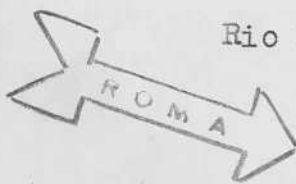
Rio Formoso - - Pernambuco

h/10
cume

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Rio Formoso, por seu representante legal infra assinado, nomeia e constitui seus / bastantes procuradores os advogados: LUIZ ROMEU CAVALCANTI' DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETERSEN, MOZART BORBA NEVES e MARIA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA NASCIMENTO, inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE; 4.502-RJ _____ OAB-_____ e OAB-118-A, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876-PE., a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Rio Formoso, 19 de setembro de 1982



José Paulo de Assis-Presidente.

Cartório João Roma

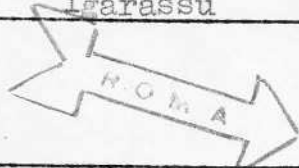
Reconheço a(s) Firma(s)
José Paulo de Assis
Recife, 24 de 09 de 1982
Em test. da verdade
Mancel Rodrigues de Araújo
Carlos Alberto Ribeiro Reis
Substituta

hmm
mmu

P R O C U R A Ç Ã O

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de IGARASSU, por seu representante legal infra assinado, no mea e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e HERIBERTO GUEDES CARNEIRO, inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE; 4.502-RJ OAB-5753, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876-PE, a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Igarassu, 16 de setembro de 1982



DIRETOR DO STR



412
mbo

P R O C U R A Ç Ã O

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sirinhaém, por seu representante legal infra assinado, no meu e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e MOZART BORBORA NEVES, inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE; 4.502-RJ _____ OAB-_____, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876-PE, a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Sirinhaém, 20 de setembro de 1982

Sindicato dos Trabalhadores
Rurais do Sirinhaém

Domingos Carlos da Silva

Domingos Carlos da Silva
Diretor Presidente

DIRETOR DO STR

413
mpe

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Panelas, por seu representante legal infra/ assinado, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advoga dos+ Luis Romeu Cavalcantu da Fonte, Altamir Gonçalves Pettersen e Sebastião Cassiano Torres, inscrições respectivas números- 2.339-/ O.A.B-PE; 4.502-RJ; O.A.B. 3134 com endereço à Av. São João Batista 334, apto. 102 Casa Caiada-Olinda-PE., Chefe do Departamento Jurídico de Panelas-PE. todos com endereço para fins de intimação à // Rua Gervásio Pires nº 876-PE. a quem concedo os poderes da "CLÁUSULA AD JUDICIA " plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e / mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar,/ firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Panelas, 18 de setembro de 1982.

Dominello Barros Borges
Presidente

Reconheço a (s) firma (s) Supra de
Barbinaldo Zaccos da Silva
sa, clare de + + +
Panelas, 20 de setembro de 1982
Em Test. [assinatura] da Verdade Tab. Público

[assinatura]
MARIA DO SOCORRO DOS PASSOS
TABELIA E ESCRIVÃ SUBSTITUTA
CARTÓRIO 2º OFÍCIO
PANELAS - PE.
FIRMA - SÃO PAULO

Tabellão JOSÉ CYRILLO
CARÃO DE PARANAPIACABA, 04
JUNTO A PRAÇA DA SÉ



SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CARPINA E LAGOA DE ITAENGA

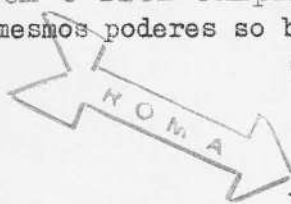
Fundado em 20 de maio de 1963 e Reconhecido em 26 de agosto de 1963

Rua Santos Dumont, s/n - Fone: 621-0196 - C. G. C. 69.985.391/0001
CARPINA - PERNAMBUCO

P R O C U R A Ç Ã O

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carpina e Lagoa de Itaenga, por seu representante legal infra assinado, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIZ' ROMEU CAVALCANTI DA FONTE e ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN, inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE.; 4.502-OAB-RJ. todos com endereço para fins de intimação à Rua Gervásio Pires nº 876 - Boa Vista - Recife-PE, a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromissos, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato; conferindo, ainda, os mesmos poderes ao bel. ANTONIO PASCOAL COSTA, OAB 7207 - PE.

Carpina, 20 de setembro de 1982.



- Presidente -

Sindicato dos Trab, Rurais de
Carpina e Lagoa de Itaenga

Reconheço a(s) Firma Benedito Ferreira Lima

Recife, 24 de 09 de 19 82

Em test. [assinatura] da verdade

Cartório João Roma

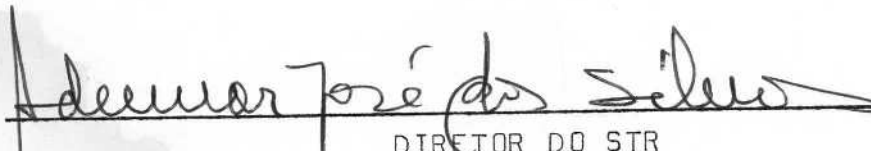
Manoel Rodrigues da Araujo
Carlos Alberto Ibaire Ramos
Colaboradores

4/15
subl

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de VICÊNCIA PE., por seu representante legal infra assinado, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e INÁCIO MA- NOEL DO NASCIMENTO, inscrições respectivas números: 2.339-DAB-PE; 4.502-RJ 5.400 DAB PE., todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876 - PE., a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Vicência, 19 de setembro de 1982


DIRETOR DO STR

Reconheço a(s) Firma
Ademair José da Silva
Recife, 24 de 1982
Em test. [assinatura] da verdade
Genival Rodrigues de Araújo
Carlos Alberto Ribeiro Reis
Substitutos

416
nme

P R O C U R A Ç Ã O

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de ESCADA., por seu representante legal infra assinado, no mea e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e Maria do Rosário de F. V. R. Pereira, inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE; 4.502-RJ 4803-PE OAB-_____, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876-PE, a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Escada, 19 de setembro de 1982

Quirino Ricardo de Oliveira

DIRETOR DO STR

16

417
mole

P R O C U R A Ç Ã O

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de PALMARES, por seu representante legal infra assinado, no mea e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e HERI - BERTO GUEDES CARNEIRO, inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE; 4.502-RJ 5753 OAB- PE, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876-PE, a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

PALMARES, 16 de SETEMBRO de 1982



DIRETOR DO STR DE PALMARES / PRESIDENTE

418
mbl

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de mandato, o Sin
Dicato dos Trabalhadores Rurais de Macaparana, por seu representan-
te legal infra assinado, nomeia e constitui sus bastantes procurado-
res os advogados: Luiz Romeu Cavalcante da Fonte, Alt^omir Gonçal -
ves Pettersem, inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE; 4.502-
RJ, todos com endereço para fins de intimação à Rua Gervásio Pires
nº 876 - PE., a quem concede os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA"
plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais
para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso,
tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Macaparana-(PE), 19 de Setembro de 1982.

Inacio Alves de Araújo
a) - Inacio Alves de Araújo - Presidente.

C.G.C. 10.109.635/0001-85

BARREIROS

PERNAMBUCO

7/19
mose

PROCURAÇÃO

b Por este instrumento particular de mandato, o SINDICA
TO DOS TRABALHADORES RURAIS DOS BARREIROS, por seu representante le-
gal infra assinado, nomeia e constitui seus bastantes procuradores
os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES
PETTERSEN e MOZART BORBA NEVES, inscrições respectivas números
2.339-OAB-PE; 4.502-RJ _____ OAB-_____, todos com endereço para
fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876-PE. a quem concedo os
poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça
do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar,
firmar compromisso, todo para o bom e fiel cumprimento do presente
mandato.

Barreiros, 20 de setembro de 1982.

1-
 2-
 3-
 4-
 5-
 6-
 7-
 8-
 9-
 10-
 11-
 12-
 13-
 14-
 15-
 16-
 17-
 18-
 19-
 20-
 21-
 22-
 23-
 24-
 25-
 26-
 27-
 28-
 29-
 30-
 31-
 32-
 33-
 34-
 35-
 36-
 37-
 38-
 39-
 40-
 41-
 42-
 43-
 44-
 45-
 46-
 47-
 48-
 49-
 50-
 51-
 52-
 53-
 54-
 55-
 56-
 57-
 58-
 59-
 60-
 61-
 62-
 63-
 64-
 65-
 66-
 67-
 68-
 69-
 70-
 71-
 72-
 73-
 74-
 75-
 76-
 77-
 78-
 79-
 80-
 81-
 82-
 83-
 84-
 85-
 86-
 87-
 88-
 89-
 90-
 91-
 92-
 93-
 94-
 95-
 96-
 97-
 98-
 99-
 100-
 101-
 102-
 103-
 104-
 105-
 106-
 107-
 108-
 109-
 110-
 111-
 112-
 113-
 114-
 115-
 116-
 117-
 118-
 119-
 120-
 121-
 122-
 123-
 124-
 125-
 126-
 127-
 128-
 129-
 130-
 131-
 132-
 133-
 134-
 135-
 136-
 137-
 138-
 139-
 140-
 141-
 142-
 143-
 144-
 145-
 146-
 147-
 148-
 149-
 150-
 151-
 152-
 153-
 154-
 155-
 156-
 157-
 158-
 159-
 160-
 161-
 162-
 163-
 164-
 165-
 166-
 167-
 168-
 169-
 170-
 171-
 172-
 173-
 174-
 175-
 176-
 177-
 178-
 179-
 180-
 181-
 182-
 183-
 184-
 185-
 186-
 187-
 188-
 189-
 190-
 191-
 192-
 193-
 194-
 195-
 196-
 197-
 198-
 199-
 200-
 201-
 202-
 203-
 204-
 205-
 206-
 207-
 208-
 209-
 210-
 211-
 212-
 213-
 214-
 215-
 216-
 217-
 218-
 219-
 220-
 221-
 222-
 223-
 224-
 225-
 226-
 227-
 228-
 229-
 230-
 231-
 232-
 233-
 234-
 235-
 236-
 237-
 238-
 239-
 240-
 241-
 242-
 243-
 244-
 245-
 246-
 247-
 248-
 249-
 250-
 251-
 252-
 253-
 254-
 255-
 256-
 257-
 258-
 259-
 260-
 261-
 262-
 263-
 264-
 265-
 266-
 267-
 268-
 269-
 270-
 271-
 272-
 273-
 274-
 275-
 276-
 277-
 278-
 279-
 280-
 281-
 282-
 283-
 284-
 285-
 286-
 287-
 288-
 289-
 290-
 291-
 292-
 293-
 294-
 295-
 296-
 297-
 298-
 299-
 300-
 301-
 302-
 303-
 304-
 305-
 306-
 307-
 308-
 309-
 310-
 311-
 312-
 313-
 314-
 315-
 316-
 317-
 318-
 319-
 320-
 321-
 322-
 323-
 324-
 325-
 326-
 327-
 328-
 329-
 330-
 331-
 332-
 333-
 334-
 335-
 336-
 337-
 338-
 339-
 340-
 341-
 342-
 343-
 344-
 345-
 346-
 347-
 348-
 349-
 350-
 351-
 352-
 353-
 354-
 355-
 356-
 357-
 358-
 359-
 360-
 361-
 362-
 363-
 364-
 365-
 366-
 367-
 368-
 369-
 370-
 371-
 372-
 373-
 374-
 375-
 376-
 377-
 378-
 379-
 380-
 381-
 382-
 383-
 384-
 385-
 386-
 387-
 388-
 389-
 390-
 391-
 392-
 393-
 394-
 395-
 396-
 397-
 398-
 399-
 400-
 401-
 402-
 403-
 404-
 405-
 406-
 407-
 408-
 409-
 410-
 411-
 412-
 413-
 414-
 415-
 416-
 417-
 418-
 419-
 420-

EDSON BUARQUE DA COSTA
1.º Tabelião, Escrivão do Cível e Anexos,
Privativo do Registro na Inscrição e Protesto
Títulos da Comarca dos Bangueros - PE
MARIA LOIZA DE MORAES COSTA
SUBSTITUTA

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão

Av. João Cardoso Ayres Filho 493 - Fone 159

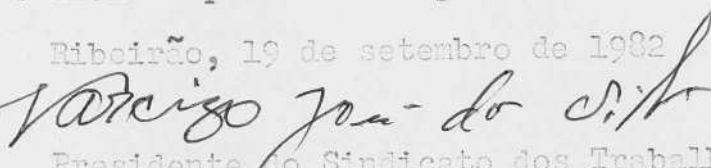
Ribeirão - Pernambuco

420
mm

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão, por seu representante legal infra-assinado, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, HERIBERTO GUEDES CARNEIRO e JOÃO JOSÉ BANDEIRA, inscrições respectivas números: 2.339-OAB/PE; 5753/OAB/PE e 3049-OAB/PE, todos com enderêço para fins de intimações à Rua Gervásio Feres, nº 876, em Recife-PE. a quem concede os poderes da Cláusula "Ad juditia" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Ribeirão, 19 de setembro de 1982


RUBICA

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão-PE.

Cartório João Roma

Reconheço a(s) Firma(s)

Manoel Rodrigues de Araújo

de *Manoel Rodrigues de Araújo*

Recife, *21/09* de 19 *82*

Em test. *[Assinatura]* da verdade

Manoel Rodrigues de Araújo
Omar Alberto Ribeiro Roma
Substituto

421
mml

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paudalho, -X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-, por seu representante legal infra assinado, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e JOSÉ AUGUSTO DE SANTANA, -X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-, inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE; 4.502-RJ; 4585 OAB PE, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876 - PE., a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Paudalho, 20 de setembro de 1982



Severino Damasceno de Lima
DIRETOR DO STR. de Paudalho.

Reconheço a(s) Firma(s)
Severino Damasceno de Lima
Recife, 21 de 1982
Em test. [assinatura] da verdade
Manoel Rodrigues de Araújo
Carlos Alberto Ribeiro
Oub...

422
mm

P R O C U R A Ç Ã O

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de SÃO LOURENÇO DA MATA, por seu representante legal infra assinado, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU ' CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e Dra. CARMELIA MARIA BEZERRA COUTINHO -+++++, inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE; 4.502-RJ e 2532 -PE OAB _____, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876 - PE., a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

SÃO LOURENÇO DA MATA, 20 de SETEMBRO de 1982

Agripino Francisco Santos
DIRETOR DO STR

423
num

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de LIMOEIRO - PE., por seu representante legal infra assinado, no mea e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e DJALMA DUTRA DE BARROS, inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE; 4.502-RJ 7.066 OAB- PE, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876-PE. a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

LIMOEIRO (PE), 19 de setembro de 1982

Silviano dos Santos Pereira
DIRETOR DO STR

424
moll

P R O C U R A Ç Ã O

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de PONTE DOS CARVALHOS, por seu representante legal infra assinado, no meu e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e MOZART BORBA NEVES, inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE; 4.502-RJ _____ OAB-_____, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876-PE, a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Ponte dos Carvalhos, 19 de setembro de 1982

Manoel Vitorino da Silva

DIRETOR DO STR

428
unpl

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaquitinga .x.x.x.x.x.x. x.x.x.x.x.x.x.x.x, por seu representante legal infra assinado, no mea e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e ALBERTO CO MOURA CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE; 4.502-RJ 7.233 OAB-PE, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876-PE. a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Itaquitinga, 20 de setembro de 1982.



[Signature]
DIRETOR DO STR de Itaquitinga

Cartório João Roma

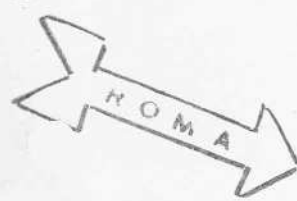
Assinatura (a) Firma	<u>Elias Carlos de Vasconcelos</u>
Recife, de 19 <u>82</u>	
Em test.	<u>[Signature]</u>
Manoel Rodrigues de Araújo Carlos Alberto Ribeiro Substituto	

426
nupl

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de GOIANA, por seu representante legal infra assinado, no mea e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e EDUAR DO JORGE GRIZ, inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE; 4.502-RJ e 4258 OAB- PE, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876-PE, a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

GOIANA, 20 de setembro de 1982



João de Deus Nunes da Silva
DIRETOR DO STR

Reconheço a(s) Firma(s)
João de Deus Nunes da Silva
Recife, 24 de 09 de 1982
Em test. [assinatura] da verdade
Mário João Roma
Manoel Rodrigues de Araújo
Gomes Alberto Ribeiro Rosa
Substitutos



Sindicato dos Trab. Rurais de Aliança - PE

Reconhecido em 12 / 08 / 65

C. G. C. 11.488.750/0001-31

Rua Marechal Deodoro, 423 - Fone: 142

CEP 55892 - Aliança - PE

424
mbr

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aliança, por seu representante legal infra assinado, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI FONTE, AITAMIR GONÇALVES PETTESEM e HERIBERO GUEDES CARNEIRO, inscrições respectivas números: 2.339 OAB-PE; 4.502 OAB RJ, 5753 OAB -PE, todos com endereços para fins de intimações à Rua Gervásio Pires n° 876-PE. a quem concede os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Aliança, 16 de setembro de 1982.

YOMA

José Berto de Santana
= DIRETOR DO STR =

Cartório João Roma

Reconheço a(s) Firma(s) _____

José Berto de Santana

Recife, 29 de 09 de 1982

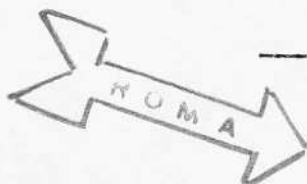
Em test. _____ da Verdade

Marcel Rodrigues de Araújo
Carlos Alberto Ribeiro Reis
Secretários

428
mpe

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de GAMELEIRA, por seu representante legal infra assinado, no meu e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e SEBASTIÃO CASSIANO TORRES, inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE; 4.502-RJ 3.134 OAB-PE, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876-PE, a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.



GAMELEIRA, 20 de setembro de 1982

Jose Sebastião da Silva
DIRETOR DO STR DE GAMELEIRA

Sind. dos Trab. Rurais
de Gameleira

Cartório João Roma
Reconheço a(s) Firma:
Jose Sebastião da Silva
Recife, 29 de 09 de 1982
Em test. [assinatura] da verdade
Narcel [assinatura] de Araújo
Ogério [assinatura] de Almeida

429
mme

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jardim, por seu representante legal infra assinado, no meu e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e _____, inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE; 4.502-RJ _____ OAB-_____, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876-PE, a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Bom Jardim, 19 de setembro de 1982

Mariano José da Silva
DIRETOR DO STR

430
nº 111

P R O C U R A Ç Ã O

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo, por seu representante legal infra assinado, no meu e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e MO-ZART BORBA NEVES, inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE; 4.502-RJ OAB- PE, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876-PE. a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

CABO, 19 de Setembro de 1982

José Rufino de Lima
DIRETOR DO STR

431
mm

P R O C U R A Ç Ã O

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de ITAMBÉ - PE., por seu representante legal infra assinado, no mea e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e ISRAEL DE MOURA FARIAS, inscrições respectivas números: 2.339-DAB-PE; 4.502-RJ 5853 OAB- PE, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876-PE, a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

ITAMBÉ, 16 de SETEMBRO de 1982

João Paulo Pereira
DIRETOR DO STR

31

432
unpl

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catende, por seu representante legal infra assinado, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA MONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e HERIBERTO GUEDES CARNEIRO, inscrições respectivas números: 2.339-O.A.B-PE; / 4.502-RJ; 5753-OAB-PE, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876-PE a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do Presente mandato.

Catende, 16 de setembro de 1982

José Rogério da Costa
DIRETOR DO SRT DE CATENDE, PRESIDENTE

Tabellionato Único — Catende - PE

Reconheço a(s) Firma(s) *Supra*
de José Rogério da Costa

Catende, 18 de Setembro de 1982

Gerclino de Lima e Silva
Gerclino de Lima e Silva

Firma no 11.º Cartório de Notas Antigo Tabellionato Veiga, Rua Libero Baduró, 293 — Loja G — Prédio Conde Prates, São Paulo.

Firma no 10.º Ofício de Notas Av. Almirante Barroso, nº 130 Rio de Janeiro - RJ

RECONHECER NO
TABELLIONATO
MACIEL
Rua Sigarra Campos, 108 - Recife

433
mm

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de TIMBAUBA-PERNAMBUCO x x x, por seu representante legal infra assinado, no meia e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e NATIVO ALMEIDA DO NASCIMENTO x x x, inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE; 4.502-RJ 5353 OAB- PE, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876-PE, a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Timbauba, 20 de Setembro de 1982



Severino José da Silva
Presidente do S. T. R. de Timbauba

DIRETOR DO STR



Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória de Santo Antão

Reconhecido em 13/05/62

Sede: Avenida Mariana Amália, 278 - Vitória de Santo Antão - PE - Fone: 523-1961

434
unpl

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória de Santo Antão, por seu representante legal infra assinado, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN E CICERO JOSE MARTINS DA SILVA, inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE; 4.502-OAB-RJ e 2.429-OAB-PE, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876 - Recife - PE, a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDITIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Vitória de Santo Antão, 20 de setembro de 1982



MANOEL ANTONIO DE LIRA

Presidente

Cartório João Roma

Reconheço a(s) firma(s)

Manoel Antonio de Lira

Recife, 24 de 1982

Em test.

Manoel Pedroza de Araújo
Carlos Alberto Ribeiro Roma
Escriturário

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO MORENO

Fundado em 30 de Setembro de 1962

Reconh. pelo M.T.P.S. em 26 de Junho de 1963

Sede: Av. Cleto Campelo, 2695 - Telef. 33

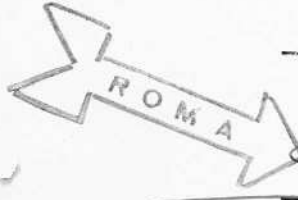
C. G. C. 10.530.509/0001-08

435
mm

P R O C U R A Ç Ã O

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moreno, por seu representante legal infra assinado, no mea e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e CICERO JOSÉ MARTINS DA SILVA, inscrições respectivas números: 2.339-DAB-PE; 4.502-RJ 2429 DAB- PE., todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876-PE, a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

MORENO, 16 de setembro de 1982



Severino José Candido Filho
DIRETOR DO STR

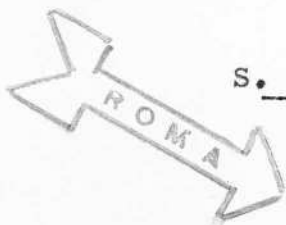
Severino José Candido Filho
Recife, 16 de setembro de 1982
Em test. *[assinatura]*
Manoel Rodrigues de Araújo
Carlos Alberto Ribeiro
da verdade
Cartório Jos. J. de Almeida
Reconheço a firma
de Manoel Rodrigues de Araújo
Carlos Alberto Ribeiro
Substituto

436
unpl

P R O C U R A Ç Ã O

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José da Coroa, Grande, por seu representante legal infra assinado, no meia e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e _____, inscrições respectivas números: 2.339-DAB-PE; 4.502-RJ _____ DAB-_____, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876-PE, a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

S. J. da C. Grande, 19 de 09 de 1982



Manoel Petter de Almeida

DIRETOR DO STR

Cartório João Roma

Reconheço a(s) Firma(s) Augusto Helvécio de Almeida

Reci. em _____ de 1982

Em test. _____ da verdade

Manoel Rodrigues de Araújo
Carlos Alberto Ribeiro Roma
Substituto

437
rubrica

P R O C U R A Ç Ã O

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de BONITO, por seu representante legal infra assinado, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e EDUARDO JORGE GRIZ, inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE; 4.502-RJ e 4258 OAB-PE, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876 - PE., a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromissos, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

BONITO, 20 de setembro de 1982

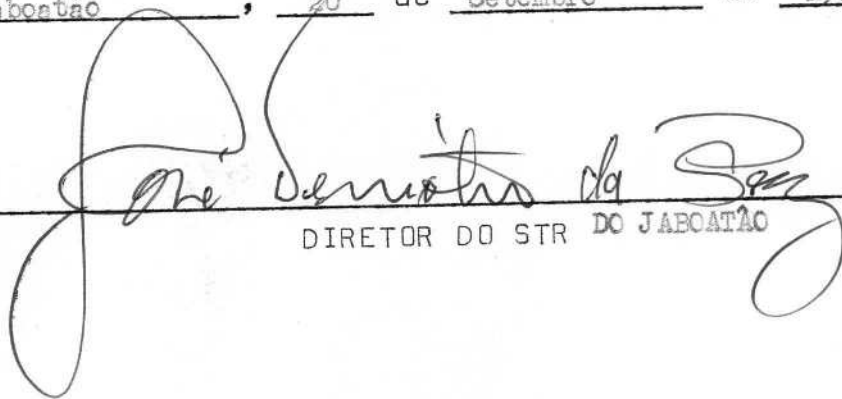
Leopoldo Domingues Carneiro
DIRETOR DO STR

438
subd

P R O C U R A Ç Ã O

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboatão, por seu representante legal infra assinado, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e CÍCERO JOSÉ MARTINS DA SILVA, inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE; 4.502-RJ, 2429 OAB PE, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876 - PE., a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Jaboatão, 20 de Setembro de 1982

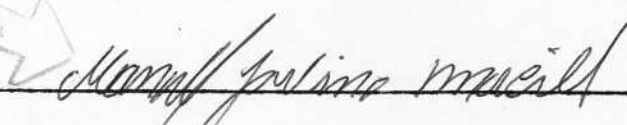

DIRETOR DO STR DO JABOATÃO

439
nume

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de CAMUTANGA-PERNAMBUCO, por seu representante legal infra assinado, no meu e constitui seus bastantes procuradores os advogados: LUIS ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e _____, inscrições respectivas números: 2.339-OAB-PE; 4.502-RJ _____ OAB-_____, todos com endereço para fins de intimações à Rua Gervásio Pires nº 876-PE, a quem concedo os poderes da "CLAUSULA AD JUDICIA" plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

CAMUTANGA, 19 de SETEMBRO de 1982


DIRETOR DO STR

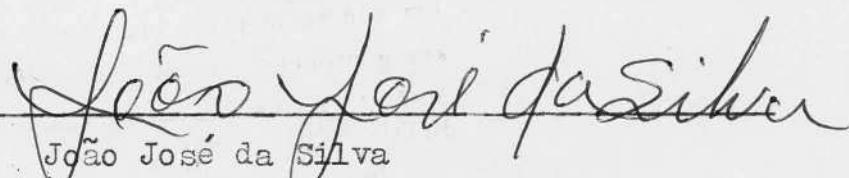
Cartório João Roma
Reconheço a(s) Firma(s)
Manoel Felipe Maciel
Recife, 19 de 08 de 1982
Em test. [assinatura] da verdade
Manoel Rodrigues de Araújo
Carlos Alberto Ribeiro Rosa
Substituído

440
mmp

P R O C U R A Ç Ã O

Por este instrumento particular de mandato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maraial, por seu representante legal infra assinado, nomeia e constitui seus bastante procuradores e advogados: LUIZ ROMEU CAVALCANTI DA FONTE, ALTAMIR GONÇALVES PETTERSEN e EDUARDO JORGE GRIZ, inscrições respectivos números: 2.339-OAB-PE; 4.502-OAB-RJ; a quem concede os poderes da "CLÁUSULA AD JUDICIA", plenos e gerais perante a Justiça do Trabalho e mais os especiais para transigir, discutir, concordar, discordar, firmar compromisso, tudo para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Maraial, 16 de setembro de 1982


João José da Silva
- Presidente S.T.R. Maraial.

Reconheço a(s) firma(s) João José da Silva

Maraial, 20 de setembro de 1982.

Em Test.º de verc.º [assinatura] O Tab. p.º.

CARTÓRIO DO OFÍCIO ÚNICO
FRANCISCO DA FONSECA LINS
Tabelião, Escrivão e Oficial de Registro
Antônio Luciano de Barros Lima
SUBSTITUTO
Maraial - PE

RECONHECER NO TABELIONATO
MACIEL
Rua Siq. Campos, 108 - Recife

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho - 6.ª Região

Nesta data, recebi estes autos do Tribunal Regional do Trabalho,

Recife, 26 de 09 de 1982

[Handwritten signature]

DISTRIBUIÇÃO

Em audiência realizada, nesta data, foi o presente processo distribuído ao Procurador MARIA TEREZA LAFAYETTE DE ANDRADE BITU,

Recife, 26 de 09 de 1982

[Handwritten signature]

5. Prutor de Roubens habuor



TRT= 28/82 - Dis. Colet.

Suscitante - Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado de Pernambuco e Sindicato dos Cultivadores de Cana do Estado de Pernambuco.

Suscitado - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaquitanga e outros (44).

P A R E C E R

I - O presente Dissídio Coletivo tem como Suscitantas: o Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco e o Sindicato dos Cultivadores de Cana de Pernambuco.

Na audiência de instrução foram admitidas como litisconsortes as seguintes empresas: Cia. Usina Tiuma, Cia. Agro Pecuária Santa Helena e Liberdade Agro Industrial S/A - LAISA. E como Suscitados: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaquitanga, mais 44 Sindicatos e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco.

II - Irrelevante que a petição inicial peça que o Exmo. Sr. Presidente do T.R.T. instaure o presente DC. Aspecto que não foi aceito, tanto que falando na audiência de instrução, o Exmo. Sr. Presidente do TRT, deixou evidente que não instaurou o DC. O Dissídio Coletivo fora instaurado mediante representação escrita da categoria econômica, nos termos do art. 856 da CLT. E do processo vemos que o Exmo Sr. Presidente, depois de receber a representação, somente designou a audiência determinando as notificações devidas.

Deixamos de apresentar manifestação a respeito da preliminar arguida pela categoria profissional, porque não há solicitação de nulidade. A nosso ver, a alegação constitui mero registro de

Handwritten signature
41



442

sentir da classe profissional, não se configurando tecnicamente preliminar.

III - Não houve conciliação total entre as partes litigantes e assim vem o processo à Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho, para os fins legais.

IV - A preliminar pertinente à falta de autenticação dos documentos vindos ao processo, não deve prosperar. Na realidade, de ontem para hoje, não havia como se fazer a referida autenticação. E ademais não houve invocação de falsidade para os mesmos.

V - Os Suscitantes do presente processo anexaram documentos desejando demonstrar o cumprimento das cautelas legais pertinentes à matéria. Quanto ao Sindicato dos Cultivadores de Cana, sem qualquer reparo a fazer, todavia o Sindicato da Indústria do Açúcar, em vista da ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 13 de setembro do corrente ano, às fls., deixou de fazer menção à formalidade legal imperativa disposta no art. 524 da CLT - textual - "Serão sempre tomadas por escrutínio secreto, na forma estatutária, as deliberações da Assembléia Geral ...". E ao caso, não interessa o entendimento do Sindicato do Açúcar de que o DC não fôra por ele instaurado. Na realidade o referido Sindicato é um dos instauradores do DC. Vislumbramos na mencionada ata, in verbis - "As propostas do sr. Alfredo Maurício Fernandes foram aprovadas por unanimidade dos presentes". Não há referência à votação por escrutínio secreto. Foi a votação realizada por escrutínio secreto ou por aclamação ? Opinamos no sentido de ser dada oportunidade ao Sindicato da Indústria do Açúcar, para, neste momento, esclarecer o aspecto - desde que se a votação não se realizou por escrutínio secreto, o presente DC está irregularmente instaurado devendo, preliminarmente, ser julgado extinto, sem julgamento do mérito, quanto ao Sindicato da Indústria do Açúcar.

Ante as circunstâncias do atual DC, com uma grande categoria profissional em greve, decidimos prosseguir, no parecer, desconhecendo a posição que o Egrégio TRT pode tomar.

VI - Reivindicações dos Suscitados:

Primeira Reivindicação - Aumento de Produtivi-

42 maly



443

dade - "Fica assegurado um aumento de produtividade de 9% (nove por cento), pelo que o salário unificado aprovado pelo TRT e confirmado pelo TST será de CR\$ 29.601,00 (CR\$ 27.156,88 $\pm$ 9% produtividade = - - 29.601,00)".

Consideramos normal e regular o presente pleito.

Há referência incisiva ao aumento de produtividade. O salário de CR\$ 27.156,88 é o resultante da aplicação do INPC do mês de outubro de 1982, legalmente determinado - e que será acrescido de produtividade a ser concedida.

Os Suscitados não trouxeram ao processo elementos esclarecedores de ter a sua classe o direito aos 9% de produtividade, acontecendo também que os Suscitantes não nos ofereceram perícias, elementos enfim, que ficasse evidente a absoluta falta de produtividade - e no caso, preferimos adotar o critério que tem sido seguido pela jurisprudência das cortes trabalhistas do Brasil, opinando pela concessão de 4% como acréscimo de produtividade para toda a categoria profissional, aplicados nos termos da Lei 6.708/79.

Segunda Reivindicação - Tabela de Tarefas - No tocante à presente cláusula em dissídios coletivos anteriores preferimos que a mesma fosse mantida, eis que a matéria é bastante complexa, necessitando de estudo aprofundado para solução compatível. Mas, no presente DC, em virtude do que nele consta, admitimos que haja reformulação da tabela de tarefas, desde que a realidade do trabalho do campo está demonstrando que a situação dos seus serviços assim o exigem. Bem explicitada a situação na contestação apresentada pelos Trabalhadores Rurais, com documentos provenientes da categoria patronal, enquanto que os Empregadores Rurais, embora entendendo que, às fls, "a fixação das tarefas deveria refletir uma possibilidade média de trabalho do homem em cada uma das atividades, a fim de ser cumprida, sem grande esforço durante uma jornada de trabalho" - não enfrentam precisamente a questão principal do presente DC, como afirmam os trabalhadores rurais, que é o pertinente à falta de um disciplinamento salarial para o corte de cana solta. A Justiça do Trabalho não pode deixar de atentar para o presente caso. O trabalhador rural sustenta que cortando a cana solta

43 MTS

444
8

está injustamente remunerado, porquanto o trabalho se realiza por produção - e por produção não existe dimensionamento, nos termos dos DC anteriores - "onde se convencionou "Diária ou Produção a Combinar"". E que "nos referidos itens não havendo dimensionamento das tarefas, não representa a tabela uma disciplina de pesos e medidas". E o serviço executado "por produção a combinar" cai na imperiosidade do salário a ser ganho, pois, na prática o que existe é imposição unilateral por parte do Empregador. Admiramo-nos que a contrariedade do Empregador à matéria, não observe os detalhes necessários para a peculiaridade do assunto. A categoria profissional trouxe ao processo dados que deixam evidente a situação. O cortador da cana solta, não tendo critério estipulado para o seu serviço, pode trabalhar mais que 8 horas e não atingir o salário a que faz jus. Depende do que o Empregador quizer pagar. Não são todos os Empregadores que assumem o posicionamento injusto. Poderá assumir ou não. No processo temos o exemplo da Usina Tiama que adotou um critério para resolver a questão. Necessário que o Egrégio TRT observe o aspecto em tela. Temos que o modelo da Usina Tiama deve ser usado para disciplinar o corte da cana solta no Estado de Pernambuco. A questão não pode ficar como se encontra atualmente.

A tabela de tarefas foi realizada pelo consenso das partes - mas, no transcurso de 3 anos alterou profundamente a maneira de se realizar o trabalho. Quanto a este entendimento não houve impugnação da parte da categoria patronal.

A categoria profissional postula um dimensionamento para o corte da cana solta de 70% do preço da cana amarrada, fixado em dissídios coletivos anteriores. A Usina Tiama já paga por uma tonelada de cana solta o equivalente a 50% do preço de uma tonelada de cana amarrada (documentos). Igualmente observamos que a Associação dos Fornecedores de Cana reconhece que o trabalhador rural consegue fazer por cana solta, a metade do trabalho que poderia fazer por cana amarrada. Não temos condição de conceder a cláusula totalmente, pois falta ao processo elementos periciais necessários. O reajuste semestral solicitado não tem amparo legal.

Ante o exposto, opinamos no sentido de que a tabela de tarefas seja modificada em parte, sendo determinado o seguinte

mosky

444

445
8

te disciplinamento-para cada tonelada de cana solta deve ser paga o equivalente a 50% da cana amarrada. *cutado*

Terceira reivindicação - "Salário na doença" -

Percebemos distinção quanto ao título do pleito tendo em vista o DC do ano anterior. Preferimos a denominação atual. Somos pela manutenção dos termos da cláusula, ficando assegurado aos trabalhadores rurais o salário pago pelos Empregadores dos 15 primeiros dias de doença, desde que comprovada por atestado médico. Reivindicação já conquistada pelos trabalhadores rurais. Cláusula que deve proceder.

Quarta reivindicação - "Atividades insalubres e perigosas" -

Cláusula conciliada, ~~que~~ deve ser homologada.

Quinta reivindicação - "13º Salário" -

A matéria pertinente constante do DC anterior deve ser mantida, sem qualquer alteração. A 1ª. parcela deve ser paga até o dia 30 de junho e a 2ª. parcela até o dia 20 de dezembro.

Não acolhemos a solicitação dos Trabalhadores Rurais de antecipação da data da 1ª. parcela. Cláusula que deve proceder, em parte.

Sexta reivindicação - "Lei do Sítio" -

A presente cláusula deve ser mantida. Vantagem já assegurada ao trabalhador rural. "Cumprindo determinação do Decreto Lei 6969/68, regulamentado pelo Decreto nº 57.020 e pelo Ato nº 18/68, do Instituto do Açúcar e do Alcool, os empregadores concederão aos seus trabalhadores rurais, com mais de um ano de serviço contínuo na empresa, o uso a título gratuito de uma área de terra para plantação e criação necessária à subsistência da família do trabalhador, com dimensão, localização e demais características previstas na citada regulamentação.

§ 1º) esta cláusula se reputará cancelada e de nenhum efeito, caso as normas legais reguladoras da matéria sejam revogadas ou alteradas por novos instrumentos legais, ou, ainda, na hipóte-

MOSBY
45



se de ser declarada a inconstitucionalidade da referida legislação, por decisão judicial com trânsito em julgado.

§ 2º) a concessão prevista no caput desta cláusula não terá quaisquer caráter remuneratório."

Sétima reivindicação - "Serviços fora da propriedade onde residem" -

Cláusula conciliada, que deve ser homologada. Deixamos de transcrever em virtude da exiguidade do tempo.

Oitava reivindicação - "Restauração de Casas de Moradia" -

Não podemos adotar a tese contrária à presente postulação, desde que já importa em vantagem auferida pelos trabalhadores rurais, como também porque mesmo que os Poderes Públicos procurem solucionar a questão, não haverá, de imediato, a possibilidade para a verdadeira restauração das casas existentes nos engenhos. A cláusula deve proceder nos termos já concedidos, devendo prosperar.

" Os empregadores se responsabilizarão pela restauração de 1/3 das habitações destinadas à moradia de seus empregados, observadas as condições de higiene e segurança, inclusive banheiro e piso de cimento, devendo ser dada prioridade às residências que se encontram em piores condições."

Nona reivindicação - "Ferramentas e Equipamentos de proteção".

A reivindicação deve ser mantida nos termos dos dissídios coletivos anteriores.

" Os empregadores se obrigam a fornecer a seus empregados rurais permanentes, as ferramentas necessárias à execução das tarefas a eles atribuídas.

Parágrafo único - Os empregadores fornecerão, ainda, a seus empregados rurais permanentes, o equipamento de proteção individual, contra acidentes do trabalho, conforme disposto na legislação vigente."



Décima reivindicação - "Escolas" - cláusula conciliada, que deve ser homologada.

Décima primeira reivindicação - "Local e Horário de Pagamento" -

Cláusula que não deve proceder nos termos pretendidos pelos trabalhadores rurais. A cláusula em apreço deve observar a concessão determinada no DC anterior - in verbis - "O pagamento semanal dos salários, sempre que possível, será feito nos horários dos serviços. Verificada esta impossibilidade deverá ser realizado até às 18 horas, na sexta-feira; no sábado, até às 14 horas. Parágrafo 1º - os Empregadores que têm a seu serviço mais de 100 empregados e que efetuem o pagamento dos salários aos sábados, poderão realizá-los até às 15 horas. Parágrafo 2º - no caso do pagamento não ser efetuado nos horários prefixados nesta cláusula, o empregador será obrigado a pagar a título de multa, horas extras até o máximo de três para os estabelecimentos com menos de 100 empregados e duas para os demais. Parágrafo 3º - o pagamento dos salários será feito fora da área dos barracões e sem qualquer vinculação com o barraqueiro ou preposto, vedados quaisquer descontos por dívidas contraídas com aqueles estabelecimentos."

Décima segunda reivindicação - "Tempo à disposição" - cláusula conciliada, que deve ser homologada.

Décima terceira reivindicação - "Comprovantes de pagamento" - Cláusula conciliada.

x Décima quarta reivindicação - "Delegado Sindical" -

O pleito dos trabalhadores rurais não deve ser acolhido na forma solicitada. A cláusula pertinente deve apenas conter o que já foi auferido no DC anterior.

"Dentro da base territorial que lhe for determinada é facultado ao sindicato instituir delegacias ou seções, para melhor proteção dos associados e da categoria econômica ou profissional

447
47



448

representada na forma do art. 517, § 2º da CLT. Os delegados sindicais destinados à direção das delegacias ou seções instituídas na forma estabelecida em conformidade com o art. 523 da CLT, serão designados pela diretoria dentre os associados radicados no território da correspondente delegacia.

Décima quinta reivindicação - Término da Jornada Semanal de Trabalho -

Não acolhemos a pretensão dos trabalhadores rurais, quase que reduzindo os dias de trabalho, por semana.

A cláusula presente deve ser mantida nos termos do DC anterior.

11 Será assegurado ao empregado, que trabalha no regime de diária, que a carga horária semanal termine às 12 horas do sábado de cada semana, mediante compensação que garanta o cumprimento das 48 (quarenta e oito) horas semanais, salvo atividades que exijam necessariamente trabalho ininterrupto, tais como, as de enchimento de veículos quando por diária, e de tratamento de animais. 11

Décima sexta reivindicação - "Assinatura das CTPS e contratos de safra" -

A cláusula foi conciliada, deve ser homologada. 11 Ficarão os empregadores rurais obrigados, no ato de admissão de empregadas, a assinar a sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, nos termos do art. 29 da CLT. Em relação aos safristas, os empregadores se obrigam a celebrar os respectivos contratos de safra, mediante a apresentação, pelo trabalhador, dos documentos pessoais necessários.

Décima sétima reivindicação - "Fiscalização da DRT com Sindicatos" -

A cláusula foi conciliada, deve ser homologada.

Décima oitava reivindicação - "Fiscalização de Pesos e Medidas IPEN - INPM" -

449
CJ

Cláusula conciliada, deve ser homologada.

Décima nona reivindicação - "Contribuição Social" -

Embora o pleito presente tenha sido concedido pelo Egrégio TRT, data venia, mantemos a posição do parecer dado em dissídios coletivos anteriores. A lei não permite o desconto da contribuição mensal, inexistindo autorização expressa e individual de cada empregado (art. 545 da CLT). É o caso dos autos. Cláusula que não deve proceder.

Vigésima reivindicação - "Salário-Família" -

A presente cláusula podia não ter sido incluída, desde que o Direito foi reconhecido pelo Egrégio TRT ao Trabalhador Rural - embora em termos mais genéricos, como interpretação de dispositivo da Constituição Federal. Os Empregadores insurgem-se a postulação. Mas, ante a realidade dos acontecimentos, como ser negado o salário família nos termos solicitados ? A cláusula deve proceder. "Fica assegurado ao trabalhador rural o pagamento do salário família, na base de uma quota mensal de 5% sobre o salário mínimo regional, por filho menor de 14 anos".

Vigésima primeira reivindicação - "Estabilidade da Gestante" -

Discordamos da estabilidade nos termos pedidos. Ofende a lei pertinente. A CLT em seu art. 392, dispõe o tempo que forçosamente, em razão do parto, a mulher recebe a proteção pertinente à maternidade. Cláusula que nos termos pedidos não deve proceder.

Vigésima segunda reivindicação - "Transporte para os trabalhadores não residentes e remuneração do percurso de ida e volta ao trabalho" -

Cláusula que, a nosso ver, já se encontra disciplinada na 7a. reivindicação - "Serviço fora da propriedade onde residem". A inovação do pedido não tem amparo na Súmula 90 do Colendo

WJF
49



450

TST. Não deve proceder.

Vigésima terceira reivindicação - "Repouso semanal remunerado com base na produção" -

Consideramos razoável a postulação. A cláusula deve proceder.

Vigésima quarta reivindicação - "Audiência na JCC - reparação de danos decorrentes" -

Discordamos da presente cláusula. Não tem apoio legal. Não deve proceder.

Vigésima quinta reivindicação - "Dia do Trabalhador Rural. Feriado remunerado" -

Postulação que não tem apoio legal e não deve merecer procedência, nos termos pedidos. O dia 25 de maio pode ser reconhecido como dia do trabalhador rural, mas não ser determinada ~~como~~ ^{ferias} remuneração do mesmo. Cláusula que deve proceder em parte.

Vigésima sexta reivindicação - "Taxa assistencial" -

"Deve ser mantida a cláusula enfocada, nos termos solicitados desde que assegurado em DC anterior." Os empregadores rurais creditarão diretamente aos Sindicatos da Categoria Profissional a quantia de CR\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros), descontada de cada um de seus empregados, de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias, sendo que os SINDICATOS repassarão 50% (cinquenta por cento) para a FETAPE. Nos municípios onde não houver sindicato, este desconto será feito diretamente em favor da FETAPE, ficando assegurado aos empregados não associados o prazo de 10 (dez) dias para manifestação contrária."

Vigésima sétima reivindicação - "Multa do DC"

Somos pela manutenção da cláusula pertinente no DC anterior - in verbis - "a parte que infringir qualquer das cláusulas do presente DC será aplicada multa no valor de um salário de re-

50



trência por infração".

petência -

Vigésima oitava reivindicação - " Foro de com-

A nosso ver a presente cláusula consta do pedido de reivindicações em vista do mesmo ser preparado para a audiência de conciliação promovida pela Delegacia do Trabalho. O foro de competência para as controvérsias resultantes do presente DC, obviamente que é o da Justiça do Trabalho.

Vigésima nona reivindicação -

A cláusula vigésima-nona deve fixar a vigência do presente DC.

"O presente DC deve vigor de 08 de outubro de 1 982 a 07 de outubro de 1 983."

É o parecer.

Recife, 26 de setembro de 1 982.

Maria Thereza Lafayette de A. Bitu
(Maria Thereza Lafayette de A. Bitu)

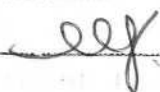
PROCURADOR REGIONAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho - 6.ª Região

Nesta data, recebidos estes autos do Procurador
NARIA THEREZA LAFAYETTE DE ANDRADE L.T.U.,
remeto os ao Tribunal Regional do Trabalho.

Recife, 26 de 09 de 1982





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

Devolvidos, nesta data, pela Procuradoria, faço os presentes
autos conclusos ao exmo. sr. juiz - presidente.

Recife, 26 / 09 / 82

P diretor-geral da Secretaria

À distribuição

Recife, 26 / 09 / 82

presidente

Sorteado relator o sr. juiz **JUIZ ALFREDO BELO**

Revisor o sr. juiz **JUIZ DUARTE NETO**

Recife, 26 / 09 / 82

presidente

Visto, ao sr. revisor.

Recife, / /

relator

Visto, à Secretaria.

Recife, / /

revisor

Em pauta.

Recife, / /

presidente

JUNTADA

NESTA DATA FAÇO JUNTADA A ÊSTES AUTOS

D o pedido de juntada de documentos
do Secretário e Presidente do Diret. de Ind. do Acares

RECIFE, 26 DE Setembro DE 1982

Secretário do Tribunal
TRT - 6a. Região

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos, sob as penas da lei, que a aprovação das propostas formuladas pelo Sr. Alfredo Maurício Fernandes, representante da USINA CATENDE S/A na Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato da Indústria do Açúcar, no Estado de Pernambuco do dia 13 de setembro de 1982, incluída aquela para outorgar poderes, ao mesmo Sindicato, para acompanhar a fase conciliatória do movimento reivindicatório; para firmar, se for o caso, convenção coletiva; e, ainda, para propor dissídio coletivo, acompanhando-o em todas as suas fases e instâncias, e celebrar conciliação, havendo oportunidade; e para desistir, foram aprovadas pelos presentes à sessão através de votação secreta, na forma do artigo 524, letra e, da CLT.

Mendonça

Horácio José Carlos de Mendonça
Secretário Ad Hoc do Sindicato

Gilson Machado

Gilson Machado Guimarães Filho
Presidente do Sindicato

EM BRANCO

6. Around Int



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. N.º TRT DC-28/82

CERTIFICO que, em sessão extraordinária, hoje realizada, sob a presidência do exmo. sr. juiz José Ajuricaba

..... com a presença do representante da Procuradoria Regional do Trabalho da Sexta Região e dos exmos. srs. juízes Alfredo Belo (Relator), Duarte Neto (Revisor), Clóvis Valença, Gondim Filho, Francisco Fausto e Luiz Generoso

..... resolveu o Tribunal, por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, não conhecer como preliminar de nulidade as alegações de cerceamento de defesa e do exercício do direito de greve, feitas pelos suscitados. MÉRITO: por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, homologar o acordo celebrado pelas partes quanto às seguintes reivindicações dos suscitados constantes de fls. 58v., 59, 59v., 60, 60v. e 61 dos autos: quarta reivindicação: fica assegurado ao empregado que execute serviços de natureza insalubre ou perigosa, o adicional legal respectivo, após a constatação da insalubridade ou periculosidade por perícia do setor competente da Delegacia Regional do Trabalho, facultada a assistência dos respectivos sindicatos de empregados e empregadores; sétima reivindicação: fica vedado aos empregadores fornecer serviços aos seus empregados fora da propriedade onde estes residem, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, bem como as hipóteses de término do plantio ou da colheita na propriedade de residência do trabalhador e de atividades programadas pela empresa no sistema de "frentes de serviços" - parágrafo único: nos casos de deslocamento dos empregados previstos nesta cláusula, fica ajustado que: I - será fornecido obrigatoriamente transporte gratuito pelo empregador em condições de segurança conforme definidas na legislação específica; II - o tempo despendido pelo trabalhador no percurso

Certifico e dou fé.

Sala das sessões, de de

Secretário do Tribunal

EM BRANCO

455
R1

- 2 -

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. N.º TRT DC-28/82

CERTIFICO que, em sessão hoje
realizada, sob a presidência do exmo. sr. juiz
..... com a presença do representante da Procuradoria
Regional do Trabalho da Sexta Região e dos exmos. srs. juízes

..... resolveu o Tribunal,
de ida e volta, bem como o de espera do transporte, será consi-
derado como de efetivo serviço. Computar-se-ão como extraordiná-
rias as horas-extras que excederem a jornada de oito horas, acres-
cida de uma hora para repouso e refeição e calculado o seu valor
pela média da produção do dia; III - não será devida ao emprega-
do a remuneração extraordinária do item anterior, nos casos de
atraso motivado por caso fortuito ou força maior a ser comprova-
do pelo empregador; décima reivindicação: toda propriedade rural
que mantenha a seu serviço ou trabalhando em seus limites mais
de cinquenta famílias de trabalhadores de qualquer natureza, é
obrigada a possuir e conservar em funcionamento escola primária,
inteiramente gratuita, para os filhos destes, com tantas classes
quantos sejam os grupos de quarenta crianças, em idade escolar ;
§ 1º: a matrícula da população em idade escolar será obrigató-
ria, sem qualquer outra exigência além da certidão de nascimen-
to, para cuja obtenção o empregador proporcionará todas as faci-
lidades aos responsáveis pelas crianças; § 2º: quando o emprega-
dor dispuser de escola em sua propriedade com capacidade para
atender os filhos dos empregados, situada num raio de 1 quilôme-
tro de suas residências, fica atendido o disposto nesta reivindi-
cação; décima-segunda reivindicação: considera-se tempo de ser-
viço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do
empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição es-
Certifico e dou fé.

Sala das sessões, de de

Secretário do Tribunal

EM BRANCO



456
Pm

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. N.º TRI DC-28/82

CERTIFICO que, em sessão hoje
realizada, sob a presidência do exmo. sr. juiz
..... com a presença do representante da Procuradoria
Regional do Trabalho da Sexta Região e dos exmos. srs. juizes
..... resolveu o Tribunal
pecial expressamente consignada; décima-terceira reivindicação: os
empregadores rurais, no ato do pagamento dos salários, fornecerão
aos seus empregados envelopes ou comprovantes timbrados, discrimi-
nando as parcelas ou quantias pagas a cada trabalhador rural, com
indicação expressa da frequência, nome do empregador, do empregado
e a especificação dos descontos; décima-sexta reivindicação: fica-
rão os empregadores rurais obrigados, no ato de admissão de emprega-
dos, a assinar as suas Carteiras de Trabalho e Previdência Social,
nos termos do art. 29 da CLT. Em relação aos safristas, os emprega-
dores se obrigarão a celebrar os respectivos contratos de safra, me-
diante a apresentação, pelo trabalhador, dos documentos pessoais ne-
cessários; décima-sétima reivindicação: os representantes do Minis-
tério do Trabalho, incumbidos de exercerem a fiscalização do cumpri-
mento deste contrato coletivo, poderão fazer-se acompanhar por re-
presentantes dos sindicatos dos empregados e empregadores, se estes
assim o desejarem; décima-oitava reivindicação: fica assegurado que
o Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Pernambuco/Instituto Na-
cional de Pesos e Medidas serão incumbidos de exercer a fiscaliza-
ção do cumprimento deste contrato coletivo, relativamente às balan-
ças e instrumentos de medição, podendo fazer-se acompanhar por repre-
sentantes dos sindicatos dos empregadores e empregados, se estes as-
sim o desejarem; vigésima-oitava reivindicação: as controvérsias re-
sultantes da aplicação do presente contrato coletivo de trabalho
Certifico e dou fé.

Sala das sessões, de de
.....
Secretário do Tribunal

EM BRANCO



457
Rep

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

- 4 -

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.^a REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. N.º TRT DC-28/82

CERTIFICO que, em sessão hoje
realizada, sob a presidência do exmo. sr. juiz
..... com a presença do representante da Procuradoria
Regional do Trabalho da Sexta Região e dos exmos. srs. juízes

..... resolveu o Tribunal,
serão dirimidas pela Justiça do Trabalho; julgar procedente em
parte o presente dissídio, a fim de que produza os seus efeitos
legais, nas seguintes bases: a) por unanimidade, deferir em par-
te a reivindicação quanto ao aumento de produtividade, para se
conceder um aumento de 4% (quatro por cento) a título de produ-
tividade, calculado sobre o salário reajustado pela aplicação do
INPC de outubro - Cr\$27.156,88 (vinte e sete mil cento e cinquen-
ta e seis cruzeiros e oitenta e oito centavos) -, de acordo com
o parecer da Procuradoria Regional; b) por unanimidade, de acor-
do com o parecer da Procuradoria Regional, manter a tabela de
tarefas para regime de produção aprovada no DC-36/80, com alte-
ração, apenas, do item 31-E, para fixar em 50% (cinquenta por
cento) do valor da cana amarrada o preço da tonelada da cana sol-
ta; c) por maioria, de acordo com o parecer da Procuradoria Re-
gional, deferir a reivindicação referente ao salário na doença
para assegurar o pagamento do salário pelo empregador durante os
primeiros 15 dias do afastamento do trabalhador rural por motivo
de doença, desde que comprovada mediante atestado médico, contra
o voto em parte do Juiz Relator, que acrescia à mesma os seguin-
tes parágrafos: § 1º: para efeito de pagamento previsto nesta
cláusula, o atestado médico comprobatório da doença obedecerá à
ordem de preferência estabelecida no art. 32 da CLPS, combinado
com o § 2º do art. 6º da Lei 605/49; § 2º: não será concedido
Certifico e dou fé.

Sala das sessões, de de

Secretário do Tribunal

EM BRANCO



458
Ref

- 5 -

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.^a REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. N.º TRT DC-28/82

CERTIFICO que, em sessão hoje
realizada, sob a presidência do exmo. sr. juiz
..... com a presença do representante da Procuradoria
Regional do Trabalho da Sexta Região e dos exmos. srs. juízes

..... resolveu o Tribunal,
novo auxílio na hipótese de ser o trabalhador acometido da mesma
doença que originou o pagamento previsto na cláusula, dentro de
um período de 60 (sessenta) dias, a contar do término da licen-
ça; d) por maioria, deferir em parte a reivindicação relativa ao
13º salário, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional,
para manter a redação da cláusula quarta do DC-36/80, assegu-
rando o pagamento da primeira parcela do 13º salário a que tiver di-
reito o trabalhador rural até o dia 30 (trinta) de junho e, o da
segunda, até o dia 20 (vinte) de dezembro de cada ano, vencidos
os Juízes Francisco Fausto e Luiz Generoso, que a deferiam com a
alteração proposta; e) por unanimidade, de acordo com o parecer
da Procuradoria Regional, deferir a reivindicação quanto à Lei
de Sítio para, cumprindo determinação do Decreto-Lei 6969/44,
regulamentado pelo Decreto 57.020/65 e pelo Ato 18/68, do Insti-
tuto do Açúcar e do Alcool, os empregadores concederem aos seus
trabalhadores rurais, com mais de um ano de serviço contínuo na
empresa, o uso, a título gratuito, de uma área de terra para plan-
tação e criação, necessárias à subsistência da família do traba-
lhador, com dimensão, localização e demais características pre-
vistas na citada regulamentação; § 1º: esta cláusula se reputará
cancelada e de nenhum efeito, caso as normas legais reguladoras
da matéria sejam revogadas ou alteradas por novos instrumentos
legais ou, ainda, na hipótese de ser declarada a inconstituição -
Certifico e dou fé.

Sala das sessões, de de

Secretário do Tribunal

EM BRANCO



459
82

- 6 -

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. N.º TRT DC-28/82

CERTIFICO que, em sessão hoje
realizada, sob a presidência do exmo. sr. juiz
..... com a presença do representante da Procuradoria
Regional do Trabalho da Sexta Região e dos exmos. srs. juízes

..... resolveu o Tribunal
validade da referida legislação por decisão judicial com trânsito
to em julgado; § 2º: a concessão prevista no caput desta cláusula
não terá qualquer caráter remuneratório; f) por unanimidade,
de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a reivindicação
quanto à restauração das casas de moradia, para determinar que os empregadores se responsabilizarão pela restauração
de 1/3 das habitações destinadas à moradia de seus empregados,
observadas as condições de higiene e segurança, inclusive banheiro
e piso de cimento, devendo ser dada prioridade às residências
que se encontrem em piores condições; parágrafo único: no
caso de os empregadores serem arrendatários, a obrigação constante
da presente cláusula será proporcional, por mês de vigência
do contrato de arrendamento, ao terço estabelecido, enquanto
durar a presente convenção; g) por maioria, de acordo com o
parecer da Procuradoria Regional, deferir a reivindicação relativa
a ferramentas e equipamentos de proteção, para determinar que os
empregadores se obrigam a fornecer a seus empregados rurais
permanentes, as ferramentas necessárias à execução das tarefas
a eles atribuídas; parágrafo único: os empregadores fornecerão, ainda,
aos seus empregados rurais permanentes, o equipamento de
proteção individual contra acidentes de trabalho, conforme disposto
na legislação vigente, contra o voto em parte do Juiz Relator,
que acrescia à mesma os seguintes parágrafos: § 1º: os empregados
Certifico e dou fé.

Sala das sessões, de de

Secretário do Tribunal

59

EM BRANCO



460
Ref

- 7 -

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.^a REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. N.º TRT DC-28/82

CERTIFICO que, em sessão hoje
realizada, sob a presidência do exmo. sr. juiz
..... com a presença do representante da Procuradoria
Regional do Trabalho da Sexta Região e dos exmos. srs. juizes

..... resolveu o Tribunal
dos rurais, a fim de fazerem jus à percepção de nova ferramenta
de trabalho, terão de devolver a ferramenta imprestável; § 2º :
ao término de cada período de serviço, os empregados, igualmen -
te, se obrigam a devolver as ferramentas usadas; § 3º: as ferra -
mentas deverão ser devolvidas ao empregador em caso de rescisão
de contrato de trabalho do empregado; § 4º: em caso de perda de
ferramenta ou de seu extravio, por qualquer motivo, salvo as hi -
póteses de caso fortuito ou de força maior, os empregados ru -
rais arcarão com o custo da nova ferramenta; h) por unanimidade,
de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir em
parte a reivindicação quanto ao local e horário de pagamento, pa -
ra manter a redação da 11a. cláusula do DC-36/80, nos seguintes
termos: o pagamento semanal dos salários, sempre que possível ,
será feito nos horários dos serviços. Verificada essa impossibi -
lidade, deverá ser realizado, até às 18:00 horas, na sexta-fei -
ra, e no sábado até às 14:00 horas; § 1º: os empregadores que te -
nham a seu serviço mais de 100 (cem) empregados e que efetuem o
pagamento dos salários aos sábados, poderão realizá-lo até às
15:00 horas; § 2º: no caso do pagamento não ser efetuado nos ho -
rários pré-fixados acima, o empregador se obriga a pagar ao em -
pregado, a título de multa, horas-extras até o máximo de 3(três)
para os estabelecimentos com menos de 100 (cem) empregados, e
2 (duas) para os demais; § 3º: o pagamento dos salários será fei

Certifico e dou fé.

Sala das sessões, de de

Secretário do Tribunal

EM BRANCO



H61
RER

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.^a REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. N.º TRT DC-28/82

CERTIFICO que, em sessão hoje
realizada, sob a presidência do exmo. sr. juiz
..... com a presença do representante da Procuradoria
Regional do Trabalho da Sexta Região e dos exmos. srs. juízes

..... resolveu o Tribunal
to fora da área dos barracões sem qualquer vinculação com o bar-
raqueiro ou preposto, vedados quaisquer descontos por dívidas
contraídas com aqueles estabelecimentos; i) por maioria, de
acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir em parte
a reivindicação quanto ao delegado sindical, para manter as cláu-
sulas 14a. e 15a. do DC-36/80; dentro da base territorial que
lhe for determinada, é facultado ao sindicato instituir delega-
cias ou seções, para melhor proteção dos associados e da catego-
ria econômica ou profissional, representada na forma do art.517,
§ 2º, da C.L.T.; os delegados sindicais, destinados à direção
das delegacias ou seções instituídas na forma estabelecida na
cláusula 14a. acima referida, em conformidade com o art.523 da
C.L.T., serão designados pela diretoria dentre os associados ra-
dicados no território da correspondente delegacia, vencido o
Juiz Luiz Generoso que a deferia integralmente, nas formas rei-
vindicadas; j) por unanimidade, de acordo com o parecer da Pro-
curadoria Regional, deferir em parte a reivindicação quanto ao
término da jornada semanal de trabalho, para manter a redação da
cláusula 17a. do DC-36/80: será assegurado ao empregado que tra-
balhe no regime de diária, que a carga horária semanal termine
às 12:00 horas dos sábados de cada semana, mediante compensação
que garanta o cumprimento das 48 horas semanais, salvo ativida-
des que exijam, necessariamente, trabalho ininterrupto, tais co-
Certifico e dou fé.

Sala das sessões, de de

Secretário do Tribunal

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.^a REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. N.º TRT DC-28/82

CERTIFICO que em sessão hoje
realizada, sob a presidência do exmo. sr. juiz
..... com a presença do representante da Procuradoria
Regional do Trabalho da Sexta Região e dos exmos. srs. juizes

..... resolveu o Tribunal
mo as de enchimento de veículos quando por diária, e de tratamen
to de animais; l) por maioria, de acordo com o parecer da Procu
radoria Regional, indeferir a reivindicação relativa à contribui
ção social, contra o voto do Juiz Francisco Fausto que a deferiria
integralmente; m) por unanimidade, de acordo com o parecer da
Procuradoria Regional, deferir a reivindicação referente ao sa
lário-família, para assegurar aos trabalhadores rurais o pagamen
to do salário-família, pelo empregador, na base de 1 (uma) cota
mensal de 5% (cinco por cento) sobre o salário-mínimo regional ,
por filho menor de até 14 anos, de qualquer condição; n) pelo vo
to de desempate do Senhor Juiz Presidente, acompanhando o voto
dos Juizes Revisor e Clóvis Valença, deferir em parte a reivin
dicação quanto à estabilidade da gestante, para conceder à em
pregada rural gestante a estabilidade no emprego até 60 (sessen
ta) dias após o término da licença prevista no art. 392, da C.
L.T., contra o voto do Juiz Relator que, de acordo com o parecer
da Procuradoria Regional, a indeferia, do Juiz Gondim Filho que
a deferia em parte para conceder à empregada rural gestante a
garantia do emprego no período da licença de que trata o art.392
da C.L.T., e dos Juizes Francisco Fausto e Luiz Generoso que a
deferiam nos termos do pedido; o) por maioria, de acordo com o
parecer da Procuradoria Regional, indeferir a reivindicação re
lativa a transporte para os trabalhadores não residentes e re
Certifico e dou fé.

Sala das sessões, de de

Secretário do Tribunal

EM BRANCO

EM BRANCO



H63
rel

- 10 -

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. N.º TRI DC-28/82

CERTIFICO que, em sessão hoje
realizada, sob a presidência do exmo. sr. juiz
..... com a presença do representante da Procuradoria
Regional do Trabalho da Sexta Região e dos exmos. srs. juízes

..... resolveu o Tribunal
muneração do percurso de ida e volta ao trabalho, contra o voto
do Juiz Luiz Generoso que a deferia nos termos do pedido; p) por
unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional ,
deferir a reivindicação quanto ao repouso-semanal-remunerado com
base na produção para determinar que, quando o trabalhador for
remunerado no regime de produção, o repouso-semanal-remunerado se
rá calculado com base na produção obtida cada semana, assegurado
o mínimo da categoria; q) por unanimidade, de acordo com o pare-
cer da Procuradoria Regional, indeferir a reivindicação referen-
te à audiência na JCJ - reparação de danos decorrentes do ato
ilícito; r) por maioria, indeferir a reivindicação referente ao
dia do trabalhador rural - feriado remunerado, contra o voto do
Juiz Luiz Generoso que a deferia nos termos do pedido; s) por
maioria, deferir a reivindicação referente à taxa assistencial ,
com a seguinte redação: os empregadores rurais creditarão dire-
tamente aos sindicatos da categoria profissional, a quantia de
Cr\$600,00 (seiscentos cruzeiros), descontada de cada um de seus
empregados, de uma só vez, no prazo máximo de 30 (trinta) dias ,
sendo que os sindicatos repassarão 5% (cinco por cento) para a
FETAPE. Nos municípios onde não houver sindicato, esse desconto
será feito diretamente em favor da FETAPE. Fica assegurado aos
empregados não associados o prazo de 10 (dez) dias para manifes-
tação contrária, contados a partir da publicação do acórdão, con-
Certifico e dou fé.

Sala das sessões, de de

Secretário do Tribunal

63

EM BRANCO



464
pel

- 11 -

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. N.º TRT DC-28/82

CERTIFICO que, em sessão hoje
realizada, sob a presidência do exmo. sr. juiz
..... com a presença do representante da Procuradoria
Regional do Trabalho da Sexta Região e dos exmos. srs. juízes

..... resolveu o Tribunal,
tra o voto do Juiz Duarte Neto que a indeferia por entender in-
competente a Justiça do Trabalho; t) por maioria, deferir a rei-
vindicação relativa à multa do dissídio por infração, com a se-
guinte redação: a qualquer das partes que infringir cláusula des-
ta sentença normativa, será aplicada a multa de 1 (um) salário
de referência por infração praticada, vencido o Juiz Gondim Fi-
lho que a deferia com a seguinte redação: a qualquer dos empre-
gadores integrantes das categorias econômicas suscitantes que
infringir cláusulas deste dissídio, será aplicada a multa no va-
lor de 1 (um) salário de referência por infração praticada, re-
vertendo em favor do empregado. O presente dissídio vigorará pe-
lo prazo de 1 (um) ano, de 08.10.1982 a 07.10.1983. Custas pelos
suscitantes, calculadas sobre 20 (vinte) salários de referência.

Acórdão pelo Juiz Clóvis Valença.

O Juiz Alfredo Belo foi convocado para compor a representação pa-
ritária.

Certifico e dou fé

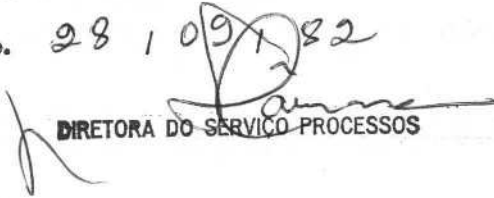
Sala das sessões, 26 de 09 de 1982...

Secretário do Tribunal

64

RECEBIDOS NESTA DATA.

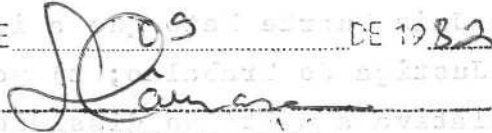
Re. 28 / 09 / 82


DIRETORA DO SERVIÇO PROCESSOS

CONCLUSÃO

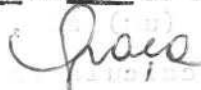
NESTA DATA, FAÇO ESTES AUTOS CONCLUSIVOS
AO SR. JUIZ Antônio Valença

RECIFE, 28 DE 09 DE 1982


Recebi em 30.09.82
Frase

Nesta data, devolvo os pre-
sentes autos com o acórdão
datilografado.

Re. 09 de 11 de 1982

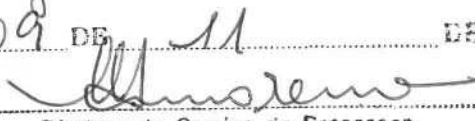

Frase

JUNTADA

NESTA DATA FAÇO JUNTADA A ESTES AUTOS

D a petições prot. 7317/82 que
se segue

RECIFE, 09 DE 11 DE 1982


Diretora do Serviço de Processos

JUSTIÇA DO TRABALHO
T.R.T. - 6ª REGIÃO

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRT DA 6ª REGIÃO

LIVRO 115
PROTOCOLO 02
GERAL

465
[assinatura]

P. Ao SPO para informar, com
urgência, qual a situação atual do
processo.

Re. 28/82

Presidente do TRT da 6ª. Região

CIA. UZINA TIUMA e CIA. AGRO PECUÁRIA
SANTA HELENA, nos autos do dissídio coletivo - Processo TRT - DC-
nº 28/82 - por seu preposto e advogado infra-assinado, vêm, tem -
pestivamente, atendendo ao r. despacho de V.Ex^a, requerer a ANEXA
ÇÃO aos autos da PROCURAÇÃO (doc. nº 01) que confere poderes ao
subscritor desta peça para representar as ora Peticionárias no re-
ferido dissídio coletivo, ratificando todos os atos pelo mesmo
praticados!

Respeitosamente,

Pedem Deferimento.

Recife, 28 de setembro de 1982.

[assinatura]

Marcelo Antonio B. Lopes
Advogado
O. A. B. - Pa. N.º 3.606
C.P.F. N.º 018.498.084

EM BRANCO

466
[Handwritten signature]

P R O C U R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento particular de mandato, CIA. UZINA TIUMA, inscrita no C.G.C. do M.F. sob o nº 11.702.941/0001-93 e CIA. AGRO PECUÁRIA SANTA HELENA, inscrita no C.G.C. do M.F. sob o nº 10.687.648/0001-31, ambas com escritório na Rua da Madre de Deus, nº 27, por seus representantes legais infra-assinados, nomeiam e constituem seu bastante procurador o Bel. MARCELO ANTÔNIO BRANDÃO LOPES, brasileiro, casado, inscrito na O.A.B. - Seção de Pernambuco - sob o nº 3.606, a quem confere poderes para o foro em geral e, em especial, para, como preposto e advogado, representar as Outorgantes no dissídio coletivo instaurado perante o Egrégio Tribunal Regional pelo SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR NO ESTADO DE PERNAMBUCO, e pelo SINDICATO DOS CULTIVADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, podendo o aludido Procurador atuar em qualquer instância, sendo ainda outorgados poderes para transigir, ficando ratificados todos os atos pelo mesmo já praticados pelos quais se responsabilizam as Outorgantes.

Recife, 28 de setembro de 1982.

[Handwritten signature]
COSTA LIMA

COMPANHIA UZINA TIUMA

[Handwritten signature]
COSTA LIMA

[Handwritten signature]
COSTA LIMA

CIA. AGRO PECUÁRIA STA. HELENA

[Handwritten signature]
COSTA LIMA

Cartório COSTA LIMA

Bel. Alvaro da Costa Lima

4.º Tabelião

C.G.C. nº 11.573.680/0001-59

Bel. Josephina V. de Albuquerque

Bel. José Bonifácio Falcão

Substitutos

Rua Diário de Pernambuco, 28

Fone: 224-5223 Recife, PE

Reconheço a firma

[Handwritten signature]

Recife, 28 de 19

em test.º da verd. 6 Tab.

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

467
[assinatura]

Exmo. Sr. Juiz Presidente:

Informo a V.Exa. que os autos
do Proc. TRT- DC- 28/82, foram conclusos /
ao Exmo. SR. Juiz Clóvis Valença , em :
28.09.82, para redigir acórdão.

Re.29.09.82

[assinatura]

Nise Farias de Moreno
Diretora do Serviço de Processos
T. R. T. 6a. Região -

CONCLUSÃO

NESTA DATA, FAÇO ESTES AUTOS CONCLUSOS

AO SR. JUIZ PRESIDENTE

RECIFE, 29 DE 09 DE 1982

[assinatura]
Diretora do Serviço de Processos

À Exmo. Sr. Juiz Relator.
Re. 30.09.82

José Ajuricaba da Costa e Silva
Presidente do TRT

Recebi em 04.10.82

[assinatura]

Nos autos.

Recife, 05.10.82

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

468
NV

R E C E B I M E N T O

Nesta data, foram recebidos os presentes
autos, com o acórdão laurado.

Recife, 10 de 11 de 1982

M. V. V.
Chefe do Setor de Publicações

C E R T I D ã O

Certifico que o acórdão e as cópias
respectivas foram remetidas à PRT para a devi-
da assinatura em 11/11/82, tendo sido de-
volvidos nesta data.

Recife, 11 de 11 de 1982

M. V. V.
Chefe do Setor de Publicações

J U N T A D A

Nesta data, faço juntada a estes au-
tos do acórdão que se segue.

Recife, 11 de 11 de 1982

M. V. V.
Chefe do Setor de Publicações

EM BRANCO

6. Acorns (common)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

Proc. nº T.R.T. - DC - 28/82

Suscitantes : SINDICATO DA INDÚSTRIA
DO AÇÚCAR NO ESTADO DE
PERNAMBUCO E SINDICATO
DOS CULTIVADORES DE CA
NA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO
DE PERNAMBUCO.

Suscitados : SINDICATO DOS TRABALHA
DORES RURAIS DE ITAQUI
TINGA E OUTROS (44).

A C Ó R D ã O: EMENTA -

1 Dissídio Coletivo que se julga procedente em parte para conceder aos integrantes da categoria suscitada o salário-família, com fundamento na Constituição Federal, a estabilidade à gestante até sessenta dias após o término da licença legal e a produtividade no percentual de 4%.

Vistos, etc.

O SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR NO ESTADO DE PERNAMBUCO E O SINDICATO DOS CULTIVADORES DE CANA - -DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE PERNAMBUCO suscitam dissídio coletivo contra o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAQUITINGA E OUTROS (44), na forma do que dispõem os artigos 857 e 616, § 2º, da C.L.T., e em face da iminência de deflagração de greve, uma vez que frustradas foram as negociações para a fixação de convenção coletiva.

Refutam os suscitantes o índice de produtividade postulado de 9%, insurgindo-se contra a fixação do piso salarial para a classe e alegam que, se malogrou a negocia-

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

Acórdão — Continuação — 2 —

ção, este Tribunal, à falta de competência legal, não tem poderes para fixar salário profissional ou piso salarial, por se tratar de matéria da alçada do legislativo.

Impugnam, ainda, item por item das reivindicações dos suscitados, apresentando contra-proposta em relação à tabela de tarefas.

Contestação pelos suscitados a fls. 216/237, com preliminar de inobservância do que dispõe o artigo 860, da C.L.T.

À audiência de instrução, foram admitidas como litisconsortes as empresas Cia. Usina Tiúma, Cia. Agro-Pecuária Santa Helena e Liberdade Agro-Industrial S/A - LAÍSA.

As partes resolveram conciliar quanto às cláusulas 4, 7, 10, 12, 13, 16, 17, 18 e 28.

Razões finais.

A douta Procuradoria Regional do Trabalho opina nos termos do parecer de fls. 441/451.

É o relatório.

V O T O:

O presente feito está obedecendo a rito processual sumaríssimo, que preconiza a lei 4.330/64, de instrução e pronto julgamento com o fim de eliminar as insatisfações ocorridas no setor da denominada zona canavieira, dada a situação de greve deflagrada naquela região.

Trata o presente dissídio de matéria urgente por envolver o setor base do Estado de Pernambuco, qual seja, o da lavoura canavieira e industrialização do açúcar e do álcool, onde uma paralização por maior tempo acarretaria sérios prejuízos à sua economia. Convém ressaltar o empenho desenvolvido por todos os que compõem este Egrégio Regional, juntamente com a douta Procuradoria, no sentido de procurar uma solução rápida, por

... ..
... ..
... ..

... ..
... ..
... ..

... ..
... ..
... ..

... ..
... ..
... ..
... ..

... ..
... ..

... ..
... ..
... ..

... ..
... ..

... ..
... ..
... ..

... ..
... ..
... ..

... ..
... ..
... ..

... ..
... ..
... ..

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

- 3 -

Acórdão — Continuação —

que não dizer instantânea, contribuindo assim para uma normalização da situação, salvaguardando os dissidentes de maiores danos e levando a paz social, interrompendo a ampliação da greve com consequências mais drásticas.

Quanto às preliminares de não observância do art. 860 da C.L.T. e de falta de autentificação das xerox dos documentos trazidos aos autos, ficam como mero registro, visto que não foi requerida a nulidade processual nem impugnação aos referidos documentos. Com relação à extinção do processo sem julgamento do mérito, quanto ao Sindicato da Indústria do Açúcar, levantada pela douta Procuradoria, adotamos a sua posição, devida as circunstâncias do atual dissídio.

Mérito: São vinte e oito (28) as cláusulas que constituem o presente dissídio coletivo onde os debates principais serão alvos de estudo com as necessárias cautelas, como também todo o pedido.

Sobre o acréscimo de produtividade, reivindicado, o art. 11 da lei 6.708/79 dispõe que o aumento poderá ser estipulado por convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa.

Por outro lado, regulamenta o decreto 84.560 de 14 de março de 1980, em seu art. 6º que o índice de produtividade decorre do melhor desempenho do trabalhador. Esse, há de decorrer sem dúvidas, em função tão somente dos interesses do empregador para melhor desenvolvimento de seu negócio.

A unificação do salário na zona canavieira vem sendo alvo de grande interesse social. Havendo trabalhadores por exemplo de uma mesma usina percebendo salário diverso, em razão da variação existente entre a diversidade das regiões, gerando um clima de insatisfação entre eles, que, não mais existindo, vem a contribuir para a pacificação entre as classes

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

- 4 -

Acórdão - Continuação -

e em proveito delas próprias.

Cláusula primeira - FIXAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

| Defiro o pedido relativo à taxa de produtividade, porém no índice de 4%, o qual será calculado sobre o salário reajustado pela aplicação do INPC de outubro de 1982 - Cr\$27.156,88. |

Cláusula Segunda - TABELA DE TAREFAS

| Mantenho a tabela do dissídio coletivo de 1980 (DC-36/80), com alteração, apenas, do item 31-E para fixar em 50% do valor da cana amarrada, o preço da tonelada da cana solta.

Dada a complexidade de se determinar uma tabela de tarefas e como as partes ficaram intransigentes quanto a um acordo, e diante da existência de dissídio anterior, adota-se o que foi decidido no referido dissídio que teve o nº 36/80. |

Cláusula Terceira - SALÁRIO DOENÇA

| Fica assegurado o pagamento dos salários pelo empregador durante os primeiros 15 dias do afastamento do trabalhador rural por motivo de doença, desde que comprovada mediante atestado médico. |

Justo o pedido. Igual direito já têm os trabalhadores urbanos.

Cláusula Quarta - ATIVIDADES INSALUBRES E PERIGOSAS

Cláusula conciliada que se homologa.

Cláusula Quinta - 13º SALÁRIO

A primeira parcela do 13º salário deverá ser paga até o dia 30 de junho e a segunda parcela até o dia 20 de dezembro, de cada ano, nos termos do parecer.

Cláusula já contida no DC-36/80. Não há porque indeferir-se o pedido, objeto de sentença normativa que

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

- 5 -

Acórdão — Continuação —

vem sendo cumprida pelas partes.

Quanto ao desdobramento do pagamento, assim já se vem procedendo em relação ao trabalhador urbano.

Cláusula Sexta — LEI DO SÍTIO

De acordo com o parecer da Procuradoria, no sentido de manter a reivindicação por ser vantagem já assegurada ao trabalhador rural.

Cláusula Sétima — SERVIÇOS FORA DA PROPRIEDADE ONDE RESIDE O EM - PREGADO

Esta cláusula deve ser homologada tendo em vista a conciliação realizada entre as partes.

Cláusula Oitava — RESTAURAÇÃO DE CASAS DE MORADIA

Esta reivindicação repete literalmente a concedida nos Dissídios de 80/81 e mantida no DC de 82 pela douta Procuradoria, cujo parecer adoto.

Cláusula Nona — FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO

| Os empregadores se obrigam a fornecer aos seus empregados rurais as ferramentas necessárias a execução das tarefas a eles atribuídas.

§ 1º — Os empregadores fornecerão ainda a seus empregados rurais, o equipamento de proteção individual contra acidente de trabalho, conforme o disposto na legislação vigente.

Justifica-se o pedido porque se pelo empregador não forem fornecidas ferramentas e equipamentos de proteção, os trabalhadores sofrerão prejuízos nos seus salários com a sua aquisição.

Cláusula Décima — ESCOLAS

Cláusula conciliada que se homologa, de acordo com o parecer.

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

- 6 -

Acórdão - Continuação -

Cláusula Décima-primeira - LOCAL E HORÁRIO DE PAGAMENTO

| A cláusula em apreço deve observar a concessão determinada no dissídio coletivo anterior: "O pagamento semanal dos salários sempre que possível será feito nos horários dos serviços. Verificada esta impossibilidade, deverá ser realizada até às 18 (dezoito) horas na sexta-feira, no sábado , até às 14 horas.

§ 1º - Os empregadores que tem a seus serviços mais de cem empregados e que efetuarem o pagamento dos salários aos sábados, poderão realizá-los até às 15 horas.

§ 2º - No caso do pagamento não ser efetuado nos horários pré-fixados nesta cláusula, o empregador será obrigado a pagar a título de multa horas extras até no máximo de 3 (três) para os estabelecimentos com menos de cem empregados e duas para os demais.

§ 3º - O pagamento dos salários será feito fora da área dos barracões e sem qualquer vinculação com barraqueiro ou preposto, vedados quaisquer descontos por dívidas contraídas com aqueles estabelecimentos." |

Com o parecer.

Cláusula Décima-segunda - TEMPO À DISPOSIÇÃO

Cláusula conciliada. Homologa-se.

De acordo com o parecer.

Cláusula Décima-terceira - COMPROVANTES DE PAGAMENTOS

Cláusula conciliada que se homologa, de acordo com o parecer.

Cláusula Décima-quarta - DELEGADO SINDICAL

Adoto como razões de decidir o parecer da d. Procuradoria com relação a esta cláusula, cuja posição é no sentido de manter o que já foi auferido no dissídio anterior.

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

- 7 -

Acórdão — Continuação —

"O pleito dos trabalhadores rurais não deve ser acolhido na forma solicitada. A cláusula pertinente deve apenas conter o que já foi auferido no DC anterior.

"Dentro da base territorial que lhe for determinada é facultado ao sindicato instituir delegacias ou seções, para melhor proteção dos associados e da categoria econômica ou profissional representada na forma do art. 517, § 2º da CLT. Os delegados sindicais destinados à direção das delegacias ou seções instituídas na forma estabelecida em conformidade com o art. 523 da CLT, serão designados pela diretoria dentre os associados radicados no território da correspondente delegacia."

Cláusula Décima-quinta — TÉRMINO DA JORNADA DE TRABALHO

Não acolhemos a pretensão dos trabalhadores rurais, quase que reduzindo os dias de trabalho por semana.

A cláusula presente é de ser mantida nos termos do dissídio coletivo anterior.

Será assegurado ao empregado, que trabalhe no regime de diária, que a carga horária semanal termine às 12 horas do sábado de cada semana, mediante compensação que garanta o cumprimento das 48 horas semanais, salvo atividades que exijam necessariamente trabalho ininterrupto, tais como, as de enchimentos de veículos quando por diária e de tratamento de animais.

Com o parecer.

Cláusula Décima-sexta — ASSINATURA DAS CTPS E CONTRATOS DE SAFRA

Esta cláusula foi conciliada, deve ser homologada.

Cláusula Décima-sétima — FISCALIZAÇÃO DA DRT COM OS SINDICATOS

Esta cláusula foi conciliada. Deve ser

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

- 8 -

Acórdão — Continuação —

homologada, nos termos do parecer.

Cláusula Décima-oitava - FISCALIZAÇÃO DE PESOS E MEDIDAS - IPEM - INPM

Cláusula conciliada, que deve ser homologada, com o parecer.

Cláusula Décima-nona - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

¶ A lei não permite o desconto da contribuição mensal, inexistindo autorização expressa e individual de cada empregado (art. 545 da CLT). É o caso dos autos. Cláusula que não deve proceder, nos termos do parecer.

Cláusula Vigésima - SALÁRIO FAMÍLIA

¶ A presente cláusula podia não ter sido incluída, desde que o direito já foi reconhecido por este Regional ao trabalhador rural embora em termos genéricos, como interpretação de dispositivo da Constituição Federal. Os empregadores insurgem-se à postulação. Mas, ante a realidade dos acontecimentos, como ser negado o salário família nos termos solicitado?

A cláusula deve proceder.

Fica assegurado ao trabalhador rural o pagamento do salário família na base de uma cota mensal de 5% sobre o salário mínimo regional, por filho menor de 14 anos.

Nos termos do parecer.

Cláusula Vigésima-primeira - ESTABILIDADE DA GESTANTE

Defiro a cláusula relativa à estabilidade da gestante. Nada mais justo do que a mulher se sentir garantida no emprego a partir do momento em que entra de licença e até sessenta dias após o término desta.

Cláusula Vigésima-segunda - TRANSPORTES PARA OS TRABALHADORES NÃO RESIDENTES E REMUNERAÇÃO NO PERCURSO DE IDA E VOLTA AO TRABALHO

Nos termos do parecer e sem amparo na

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

- 9 -

Acórdão — Continuação —

súmula 90 do Colendo TST, indefiro a presente cláusula.

Cláusula Vigésima-terceira - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO COM BASE NA PRODUÇÃO

Concedo a cláusula, nos termos do pedido.

Quando for remunerado no regime de produção o repouso semanal será calculado com base na produção obtida a cada semana, assegurado o mínimo da categoria.

Com o parecer.

Cláusula Vigésima-quarta - AUDIÊNCIA NA JCJ - REPARAÇÃO DE DANOS DECORRENTES DE ATO ILÍCITO

Indefiro a presente cláusula, porque sem amparo legal.

Concordo, assim, com o parecer da Procuradoria.

Cláusula Vigésima-quinta - DIA DO TRABALHADOR RURAL-FERIADO REMUNERADO

Indefiro. Sem amparo legal a pretensão.

Cláusula Vigésima-sexta - TAXA ASSISTENCIAL

Concedo parcialmente a presente cláusula, desde que assegurada em dissídio anterior. Os empregadores rurais creditarão diretamente aos sindicatos da categoria profissional a quantia Cr\$600,00 (seiscentos cruzeiros), descontadas de cada um de seus empregados de uma só vez no prazo máximo de 30 dias sendo que os sindicatos repassarão 5% para a FETAPE. No município onde não houver sindicato, este desconto será feito diretamente em favor da FETAPE, ficando assegurado aos empregados não associados o prazo de 10 (dez) dias para manifestação contrária, contado a partir da data da publicação do acórdão.

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

- 10 -

Acórdão — Continuação —

Cláusula Vigésima-sétima - MULTA DO DISSÍDIO COLETIVO

Defiro nos termos da reivindicação.

A qualquer das partes que infringir qualquer das cláusulas do presente dissídio coletivo será aplicada a multa no valor de 1 (hum) salário de referência por infração praticada.

Cláusula Vigésima-oitava - FORO DE COMPETÊNCIA

Conciliada.

Cláusula Vigésima-nona - VIGÊNCIA

O presente dissídio coletivo vigorará pelo prazo de um ano a partir de 08.10.82 a 07.10.83.

CUSTAS pelos suscitantes calculadas sobre 20 (vinte) salários de referência.

Assim, ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, não conhecer como preliminar de nulidade as alegações de cerceamento de defesa e do exercício do direito de greve, feitas pelos suscitados. MÉRITO : por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, homologar o acordo celebrado pelas partes quanto às seguintes reivindicações dos suscitados constantes de fls. 58v., 59, 59v., 60v. e 61 dos autos : quarta reivindicação: fica assegurado ao empregado que execute serviços de natureza insalubre ou perigosa, o adicional legal respectivo, após a constatação da insalubridade ou periculosidade por perícia do setor competente da Delegacia Regional do Trabalho, facultada a assistência dos respectivos sindicatos de empregados e empregadores; sétima reivindicação: fica vedado aos empregadores fornecer serviços aos seus empregados fora da propriedade onde estes residem, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, bem como as hipóteses de término do plantio ou da colheita na propriedade de residên -

105-1

67830-02, 67830-03, 67830-04, 67830-05, 67830-06, 67830-07, 67830-08, 67830-09, 67830-10, 67830-11, 67830-12, 67830-13, 67830-14, 67830-15, 67830-16, 67830-17, 67830-18, 67830-19, 67830-20, 67830-21, 67830-22, 67830-23, 67830-24, 67830-25, 67830-26, 67830-27, 67830-28, 67830-29, 67830-30, 67830-31, 67830-32, 67830-33, 67830-34, 67830-35, 67830-36, 67830-37, 67830-38, 67830-39, 67830-40, 67830-41, 67830-42, 67830-43, 67830-44, 67830-45, 67830-46, 67830-47, 67830-48, 67830-49, 67830-50, 67830-51, 67830-52, 67830-53, 67830-54, 67830-55, 67830-56, 67830-57, 67830-58, 67830-59, 67830-60, 67830-61, 67830-62, 67830-63, 67830-64, 67830-65, 67830-66, 67830-67, 67830-68, 67830-69, 67830-70, 67830-71, 67830-72, 67830-73, 67830-74, 67830-75, 67830-76, 67830-77, 67830-78, 67830-79, 67830-80, 67830-81, 67830-82, 67830-83, 67830-84, 67830-85, 67830-86, 67830-87, 67830-88, 67830-89, 67830-90, 67830-91, 67830-92, 67830-93, 67830-94, 67830-95, 67830-96, 67830-97, 67830-98, 67830-99

1. The first step in the process is to identify the problem or issue that needs to be addressed. This involves gathering information and understanding the context of the problem.

B

100

1. *Staphylococcus aureus* (100%)

Y

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

- 11 -

Acórdão — Continuação —

cia do trabalhador e de atividades programadas pela empresa no sistema de "frentes de serviços" - parágrafo único: nos casos de deslocamento dos empregados previstos nesta cláusula, fica ajustado que: I - será fornecido obrigatoriamente transporte gratuito pelo empregador em condições de segurança conforme definidas na legislação específica; II - o tempo despendido pelo trabalhador no percurso de ida e volta, bem como o de espera do transporte, será considerado como de efetivo serviço. Computar-se-ão como extraordinárias as horas-extras que excederem a jornada de oito horas, acrescida de uma hora para repouso e refeição e calculado o seu valor pela média da produção do dia; III - não será devida ao empregado a remuneração extraordinária do item anterior, nos casos de atraso motivado por caso fortuito ou força maior a ser comprovado pelo empregador; décima reivindicação : toda propriedade rural que mantenha a seu serviço ou trabalhando em seus limites mais de cinquenta famílias de trabalhadores de qualquer natureza, é obrigada a possuir e conservar em funcionamento escola primária, inteiramente gratuita, para os filhos destes, com tantas classes quantos sejam os grupos de quarenta crianças, em idade escolar; § 1º - a matrícula da população em idade escolar será obrigatória, sem qualquer outra exigência além da certidão de nascimento, para cuja obtenção o empregador proporcionará todas as facilidades aos responsáveis pelas crianças; § 2º: quando o empregador dispuser de escola em sua propriedade com capacidade para atender os filhos dos empregados, situada num raio de 1 quilômetro de suas residências, fica atendido o disposto nesta reivindicação; décima-segunda reivindicação: considera-se tempo de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada; décima-terceira reivindicação: os empregadores rurais, no ato do pagamento dos'

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

- 12 -

Acórdão — Continuação —

salários, fornecerão aos seus empregados envelopes ou comprovantes timbrados, discriminando as parcelas ou quantias pagas a cada trabalhador rural, com indicação expressa da frequência, nome do empregador, do empregado e a especificação dos descontos; décima-sexta reivindicação: ficarão os empregadores rurais obrigados, no ato de admissão de empregados, a assinar as suas Carteiras de Trabalho e Previdência Social, nos termos do art. 29 da CLT. Em relação aos safristas, os empregadores se obrigarão a celebrar os respectivos contratos de safra, mediante a apresentação, pelo trabalhador, dos documentos pessoais necessários; décima-sétima reivindicação: os representantes do Ministério do Trabalho, incumbidos de exercerem a fiscalização do cumprimento deste contrato coletivo, poderão fazer-se acompanhar por representantes dos sindicatos dos empregados e empregadores, se estes assim o desejarem; décima-oitava reivindicação: fica assegurado que o Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Pernambuco/Instituto Nacional de Pesos e Medidas serão incumbidos de exercer a fiscalização do cumprimento deste contrato coletivo, relativamente às balanças e instrumentos de medição, podendo fazer-se acompanhar por representantes dos sindicatos dos empregadores e empregados, se estes assim o desejarem; vigésima-oitava reivindicação: as controvérsias resultantes da aplicação do presente contrato coletivo de trabalho serão dirimidas pela Justiça do Trabalho; julgar procedente em parte o presente dissídio, a fim de que produza os seus efeitos legais, nas seguintes bases: a) por unanimidade, deferir em parte a reivindicação quanto ao aumento de produtividade, para se conceder um aumento de 4% (quatro por cento) a título de produtividade, calculado sobre o salário reajustado pela aplicação do INPC de outubro - Cr\$27.156,88 (vinte e sete mil cento e cinqüenta e seis cruzeiros e oitenta e oito centavos) -, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional; b) por unanimidade, de acor-

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8.ª REGIÃO

- 13 -

Acórdão — Continuação —

do com o parecer da Procuradoria Regional, manter a tabela de ta-
refas para regime de produção aprovada no DC-36/80, com alteração,
apenas, do item 31-E, para fixar em 50% (cinquenta por cento) do
valor da cana amarrada o preço da tonelada da cana solta;c) por
maioria, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, defe-
rir a reivindicação referente ao salário na doença para assegurar
o pagamento do salário pelo empregador durante os primeiros 15
dias do afastamento do trabalhador rural por motivo de doença ,
desde que comprovada mediante atestado médico, contra o voto em
parte do Juiz Relator, que acrescia à mesma os seguintes parágra-
fos: § 1º - para efeito de pagamento previsto nesta cláusula, o
atestado médico comprobatório da doença obedecerá à ordem de pre-
ferência estabelecida no art. 32 da CTPS, combinado com o § 2º do
art. 6º da Lei 605/49; § 2º: não será concedido novo auxílio na
hipótese de ser o trabalhador acometido da mesma doença que origi-
nou o pagamento previsto na cláusula, dentro de um período de 60
(sessenta) dias, a contar do término da licença; d) por maioria ,
deferir em parte a reivindicação relativa ao 13º salário, de acor-
do com o parecer da Procuradoria Regional, para manter a redação
da cláusula quarta do DC-36/80, assegurando o pagamento da primei-
ra parcela do 13º salário a que tiver direito o trabalhador rural
até o dia 30 (trinta) de junho e, o da segunda, até o dia 20 (vin-
te) de dezembro de cada ano, vencidos os Juízes Francisco Fausto
e Luiz Generoso, que a deferiam com a alteração proposta;e) por
unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional ,
deferir a reivindicação quanto à Lei de Sítio para, cumprindo de
terminação do Decreto-Lei 6969/44, regulamentado pelo Decreto
57.020/65 e pelo Ato 18/68, do Instituto do Açúcar e do Alcool ,
os empregadores concederem aos seus trabalhadores rurais, com mais
de um ano de serviço contínuo na empresa, o uso, a título gratui-
to, de uma área de terra para plantação e criação, necessárias à

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

- 14 -

Acórdão — Continuação —

subsistência da família do trabalhador, com dimensão, localização e demais características previstas na citada regulamentação; § 1º: esta cláusula se reputará cancelada e de nenhum efeito, caso as normas legais reguladoras da matéria sejam revogadas ou alteradas por novos instrumentos legais, ou, ainda, na hipótese de ser declarada a inconstitucionalidade da referida legislação por decisão judicial com trânsito em julgado; § 2º: a concessão prevista no caput desta cláusula não terá qualquer caráter remuneratório; f) por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a reivindicação quanto à restauração das casas de moradia para determinar que os empregadores se responsabilizarão pela restauração de 1/3 das habitações destinadas à moradia de seus empregados, observadas as condições de higiene e segurança, inclusive banheiro e piso de cimento, devendo ser dada prioridade às residências que se encontrem em piores condições; parágrafo único: no caso de os empregadores serem arrendatários, a obrigação constante da presente cláusula será proporcional, por mês de vigência do contrato de arrendamento, ao terço estabelecido, enquanto durar a presente convenção; g) por maioria, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a reivindicação relativa a ferramentas e equipamentos de proteção, para determinar que os empregadores se obrigam a fornecer a seus empregados rurais permanentes, as ferramentas necessárias à execução das tarefas a eles atribuídas; parágrafo único: os empregadores fornecerão, ainda, aos seus empregados rurais permanentes, o equipamento de proteção individual contra acidentes de trabalho, conforme disposto na legislação vigente, contra o voto em parte do Juiz Relator, que acrescia à mesma os seguintes parágrafos: § 1º: os empregados rurais, a fim de fazerem jus à percepção de nova ferramenta de trabalho, terão de devolver a ferramenta imprestável; § 2º: ao término de cada período de serviço, os empregados, igualmente, se obrigam a

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8.ª REGIÃO

- 15 -

Acórdão — Continuação —

devolver as ferramentas usadas; § 3º: as ferramentas deverão ser devolvidas ao empregador em caso de rescisão de contrato de trabalho do empregado; § 4º: em caso de perda de ferramenta ou de seu extravio, por qualquer motivo, salvo as hipóteses de caso fortuito ou de força maior, os empregados rurais arcarão com o custo da nova ferramenta; h) por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir em parte a reivindicação quanto ao local e horário de pagamento, para manter a redação da 11a. cláusula do DC-36/80, nos seguintes termos: o pagamento semanal dos salários, sempre que possível, será feito nos horários dos serviços. Verificada essa impossibilidade, deverá ser realizado, até às 18:00 horas, na sexta-feira, e no sábado até às 14:00 horas; § 1º: os empregadores que tenham a seu serviço mais de 100 (cem) empregados e que efetuem o pagamento dos salários aos sábados, poderão realizá-lo até às 15:00 horas; § 2º: no caso do pagamento não ser efetuado nos horários pré-fixados acima, o empregador se obriga a pagar ao empregado, a título de multa, horas-extras até o máximo de 3(três) para os estabelecimentos com menos de 100 (cem) empregados, e 2 (duas) para os demais; § 3º: o pagamento dos salários será feito fora da área dos barracões, sem qualquer vinculação com o barraqueiro ou preposto, vedados quaisquer descontos por dívidas contraídas com aqueles estabelecimentos; i) por maioria, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir em parte a reivindicação quanto ao delegado sindical, para manter as cláusulas 14a. e 15a. do DC-36/80; dentro da base territorial que lhe for determinada, é facultado ao sindicato instituir delegacias ou seções, para melhor proteção dos associados e da categoria econômica ou profissional, representada na forma do art. 517, § 2º, da C.L.T.; os delegados sindicais, destinados à direção das delegacias ou seções instituídas na forma estabelecida na cláusula 14a. acima referida, em

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8.ª REGIÃO

- 16 -

Acórdão — Continuação —

conformidade com o art. 523 da C.L.T., serão designados pela diretoria dentre os associados radicados no território da correspondente delegacia, vencido o Juiz Luiz Generoso que a deferiria integralmente, nas formas reivindicadas; j) por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir em parte a reivindicação quanto ao término da jornada semanal de trabalho, para manter a redação da cláusula 17a. do DC-36/80: será assegurado ao empregado que trabalhe no regime de diária, que a carga horária semanal termine às 12:00 horas dos sábados de cada semana, mediante compensação que garanta o cumprimento das 48 horas semanais, salvo atividades que exijam, necessariamente, trabalho ininterrupto, tais como as de enchimento de veículos quando por diária, e de tratamento de animais; l) por maioria, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferir a reivindicação relativa à contribuição social, contra o voto do Juiz Francisco Fausto que a deferiria integralmente; m) por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a reivindicação referente ao salário-família, para assegurar aos trabalhadores rurais o pagamento do salário-família, pelo empregador, na base de (uma) cota mensal de 5% (cinco por cento) sobre o salário-mínimo regional, por filho menor de até 14 anos, de qualquer condição; n) pelo voto de desempate do Senhor Juiz Presidente, acompanhando o voto dos Juízes Revisor e Clóvis Valença, deferir em parte a reivindicação quanto à estabilidade da gestante, para conceder à empregada rural gestante a estabilidade no emprego até 60 (sessenta) dias após o término da licença prevista no art. 392, da C.L.T., contra o voto do Juiz Relator que, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, a indeferia, do Juiz Gondim Filho que a deferiria em parte para conceder à empregada rural gestante a garantia do emprego no período da licença de que trata o art. 392 da C.L.T., e dos Juízes Francisco Fausto e Luiz Generoso que

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

- 17 -

Acórdão — Continuação —

a deferiam nos termos do pedido; o) por maioria, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferir a reivindicação relativa a transporte para os trabalhadores não residentes e remuneração do percurso de ida e volta ao trabalho, contra o voto do Juiz Luiz Generoso que a deferia nos termos do pedido; p) por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a reivindicação quanto ao repouso-semanal-remunerado com base na produção para determinar que, quando o trabalhador for remunerado no regime de produção, o repouso-semanal-remunerado será calculado com base na produção obtida cada semana, assegurado o mínimo da categoria; q) por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferir a reivindicação referente à audiência na JCJ - reparação de danos decorrentes do ato ilícito; r) por maioria, indeferir a reivindicação referente ao dia do trabalhador rural - feriado remunerado, contra o voto do Juiz Luiz Generoso que a deferia nos termos do pedido; s) por maioria, deferir a reivindicação referente à taxa assistencial, com a seguinte redação : os empregadores rurais creditarão diretamente aos sindicatos da categoria profissional, a quantia de Cr\$600,00 (seiscientos cruzeiros), descontada de cada um de seus empregados, de uma só vez, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo que os sindicatos repassarão 5% (cinco por cento) para a FETAPE. Nos municípios onde não houver sindicato, esse desconto será feito diretamente em favor da FETAPE. Fica assegurado aos empregados não associados o prazo de 10 (dez) dias para manifestação contrária, contados a partir da publicação do acórdão, contra o voto do Juiz Duarte Neto que a indeferia por entender incompetente a Justiça do Trabalho; t) por maioria, deferir a reivindicação relativa à multa do dissídio por infração, com a seguinte redação: a qualquer das partes que infringir cláusula desta sentença normativa, será aplicada a multa de 1 (um) salário de referência por infração praticada

EM BENICO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

- 18 -

Acórdão — Continuação —

da, vencido o Juiz Gondim Filho que a deferia com a seguinte redação: a qualquer dos empregadores integrantes das categorias econômicas suscitantes que infringir cláusulas deste dissídio, será aplicada a multa no valor de 1 (um) salário de referência por infração praticada, revertendo em favor do empregado. O presente dissídio vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, de 08.10.1982 a 07.10.1983. Custas pelos suscitantes, calculadas sobre 20 (vinte) salários de referência.

Recife, 26 de setembro de 1982

José Ajuricaba da Costa e Silva
Juiz Presidente

Clóvis Valença Alves
Juiz Relator

Maria Thereza Lafayette de A. Bitu
Procuradora Regional do Trabalho

- 1. The first of the three main parts of the report is a general survey of the situation in the country. This part is divided into two sections: the first deals with the political situation and the second with the economic situation. The second part of the report is a detailed analysis of the political situation. This part is divided into three sections: the first deals with the internal situation, the second with the external situation, and the third with the international situation. The third part of the report is a detailed analysis of the economic situation. This part is divided into three sections: the first deals with the internal situation, the second with the external situation, and the third with the international situation.

SECRET

EM BLANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

487
NA

CERTIDÃO

Certifico que pelo Of. TRT-SJ-nº 416/82,
as conclusões e a ementa do acórdão foram remetidas
à Imprensa Oficial do Estado.

Recife, 22 de 11 de 1982.

M. Veras
Chefe do Setor de Publicações

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA

Certifico que as conclusões e a ementa
do acórdão foram publicadas no Diário da Jus-
tiça do dia 30 de 11 de 1982.

O referido é verdade, dou fê.

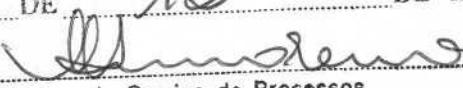
Recife, 30 de 11 de 1982.

M. Veras
Chefe do Setor de Publicações

JUNTADA

NESTA DATA FAÇO JUNTADA A ESTES AUTOS
D os Embargos Declaratórios
que se seguem

RECIFE. 01 DE 12 DE 19 82


Diretora do Serviço de Processos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.^a REGIÃO

288
/ 15/12/82

PROC. TRT-ED-131/82

Assunto

EMBARGOS DECLARATÓRIOS

JULGADO EM
15/12/82

EMBARGANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE
ITAQUITINGA E OUTROS(44)

ADV: Luis Romeu C. da Fonte, José Augusto de San-
tana

EMBARGADO: SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR NO ESTA-
DO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CULTIVADORES DE CANA
DE AÇÚCAR NO ESTADO DE PERNAMBUCO, LIBERDADE AGRO IN-
DUSTRIAL S/A, COMPANHIA USINA TIUMA e COMPANHIA AGRO-
PECUARIA SANTA HELENA

RELATOR: JUIZ CLOVIS VALENÇA

AUTUAÇÃO

Aos 01 dias do mês de dezembro
1982, nesta cidade de Recife
autuo a Embargos Declaratórios que se segue
Vanessa M. Maia
Diretora do Serviço de Cadastro e Processual, subst.

EM BRANCO

7. Changes as follows

489
AS

Exmo.Sr.Dr.Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho
da 6ª Região

Tribunal Regional do Trabalho	
6.ª REGIÃO	
Livro <i>C.D.</i>	Folha <i>37</i>
Proc. <i>131</i>	Classe <i>1131</i>
Data: <i>01-12-82</i>	Hora: <i>16:45</i>
<i>M. F. R. da Fonte</i>	
Serv. Cadast. Processual	

O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAQUITINGA E OUTROS (44), suscitados no Dissídio Coletivo Nº TRT 28/82, sendo suscitantes o SINDICATO DA INDUSTRIA DO AÇUCAR NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CULTIVADORES DE CANA- DE - AÇUCAR NO ESTADO DE PERNAMBUCO, LIBERDADE AGRO INDUSTRIAL S/A (litisconsorte ativa), COMPANHIA USINA TIUMA e COMPANHIA / AGRO PECUARIA SANTA HELENA (litisconsortes ativas), vêm, por seu advogado, com base nos artigos 464 e seguintes, 535 e seguintes, todos do CPC, formular EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, visando sanar omissões e contradições, pelo que pedem a V. Excia. que se digne de encaminhá-los ao douto JUIZ RELATOR, Dr.CLÓVIS VALENÇA ALVES, na forma e para os fins da lei.

Pedem deferimento

Recife, 01 de dezembro de 1982

Luis Romeu C. da Fonte

LUIS ROMEU C. DA FONTE - advogado

Jose Augusto de Santana

JOSE AUGUSTO DE SANTANA - advogado

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Exmo.Sr.Dr. JUIZ RELATOR CLÓVIS VALENÇA ALVES

Os Embargantes, objetivando sanar omissões, obscuridades e contradições visualizadas no ACÓRDÃO publicado no D.O de 30 de novembro de 1982, vêm, com base nas razões ora formuladas e com fundamento nos artigos 464 e seguintes, 535 e seguintes do CPC, formular os seguintes EMBARGOS DE DECLARAÇÃO :

I - OMISSÃO :

Conforme se vê da ATA DE INSTRUÇÃO E CONCILIA -

1961

1-1	2-1	3-1	4-1	5-1
6-1	7-1	8-1	9-1	10-1
11-1	12-1	13-1	14-1	15-1
16-1	17-1	18-1	19-1	20-1
21-1	22-1	23-1	24-1	25-1
26-1	27-1	28-1	29-1	30-1
31-1	32-1	33-1	34-1	35-1
36-1	37-1	38-1	39-1	40-1
41-1	42-1	43-1	44-1	45-1
46-1	47-1	48-1	49-1	50-1
51-1	52-1	53-1	54-1	55-1
56-1	57-1	58-1	59-1	60-1
61-1	62-1	63-1	64-1	65-1
66-1	67-1	68-1	69-1	70-1
71-1	72-1	73-1	74-1	75-1
76-1	77-1	78-1	79-1	80-1
81-1	82-1	83-1	84-1	85-1
86-1	87-1	88-1	89-1	90-1
91-1	92-1	93-1	94-1	95-1
96-1	97-1	98-1	99-1	100-1

F M BRANCO

1000-1000 1000-1000 1000-1000 1000-1000 1000-1000
1000-1000 1000-1000 1000-1000 1000-1000 1000-1000
1000-1000 1000-1000 1000-1000 1000-1000 1000-1000
1000-1000 1000-1000 1000-1000 1000-1000 1000-1000
1000-1000 1000-1000 1000-1000 1000-1000 1000-1000

CONCILIAÇÃO de fls.190/196, a Empresa LIBERDADE AGRO INDUS - TRIAL S/A - LAISA, as empresas COMPANHIA USINA TIUMA e COM - PANHIA AGRO PECUARIA SANTA HELENA, foram admitidas como LI - TISCONSORTES ATIVAS.

No relatório - fls.470 - V.Excia. registrou a ad - missão das referidas Empresas como LITISCONSORTES ATIVAS.

No enunciado das partes, Acórdão publicado no D.O. de 30 de novembro de 1982, entretanto, as LITISCONSORTES A - TIVAS não figuram como partes.

Sendo o Acórdão publicado no DO o instrumento para ações de cumprimento e reclamações trabalhistas, a omissão em tela poderá gerar dificuldades aos Embargantes.

Pedem que a omissão em tela seja sanada.

II - OMISSÃO / CONTRADIÇÃO/OBSCURIDADE :

A douta PROCURADORIA REGIONAL, em seu parecer de fls.441/451, precisamente no item V, fls.442, levantou o / descumprimento da formalidade do art,524 da CLT (votação por escrutínio secreto), pelo SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR. A Procuradoria, no mesmo item do Parecer, diante da constatação em tela, sugeriu que o SINDICATO DA INDUSTRIA DO AÇÚCAR"esclarecesse o aspecto - desde que se a votação não se realizou por escrutínio secreto, o presente DC está irre - regularmente instaurado devendo, preliminarmente, ser julgado extinto, sem julgamento do mérito, quanto ao Sindicato da In - dústria do Açúcar " . (verbis).

Na sessão de julgamento, o SINDICATO DA INDUSTRIA DO AÇÚCAR, oportuno tempore, juntou o DOCUMENTO de fls.453 (juntada deferida), pelo qual provou que a votação se dera por escrutínio secreto.

No acórdão de fls.469/486, precisamente na parte de VOTO de fls.471, V.Excia. adotou a posição da Procurado - ria, " devida as circunstâncias do atual dissídio "(verbis)

Com a juntada do documento de fls.453 (oportunida - de sugerida pela Procuradoria e deferida pelo Eg.TRT), os Embargantes entendem que a preliminar de extinção do proces - so ficou rejeitada ou prejudicada.

Entretanto, a hipótese não ficou explicitada, data vênua, no acórdão, de modo a evitar dúvidas e embaraços.

Nem no relatório, nem no voto, nem na conclusão, / ficou explicitado que a preliminar fora rejeitada ou conside -

EM BRANCO

considerada prejudicada.

Os Embargantes pedem que a matéria fique melhor explicitada, pela rejeição ou superação da preliminar, de modo a evitar quaisquer embaraços no cumprimento do DC.

III - TAXA ASSISTENCIAL - Contradição resultante de engano de escrita ou datilografia :

Os Embargantes reivindicaram uma taxa assistencial de 600 cruzeiros, dos quais 50% (cinquenta por cento) " serão repassados para a FETAPE ". - VIGÉSIMA SEXTA REIVINDICAÇÃO -

A Procuradoria opinou pelo seu deferimento, in verbis : " Deve ser mantida a cláusula enfocada, nos termos solicitados desde que assegurado em DC anterior " . E transcreve a reivindicação tal como formulada pelos Embargantes. Vide Parecer, fls.450.

Na CERTIDÃO DE JULGAMENTO de fls.454/464, precisamente fls.463, em lugar de datilografar-se 50%(cinquenta / por cento), datilografou-se 5% (cinco por cento), no que se refere ao repasse dos Sindicatos para a FETAPE.

O engano de datilografia da certidão de julgamento gerou o transplante do mesmo engano para o acórdão, o que é visível e manifesto nos autos.

VEJAMOS :

a - Toda a Categoria Profissional, em suas 44 Assembléias, aprovou o repasse de CINQUENTA POR CENTO para a FETAPE, enquanto entidade sindical coordenadora, de grau superior. Essa a vontade da classe trabalhadora e dos Sindicatos profissionais;

b - A Categoria Econômica limitou-se a impugnar a reivindicação sob a ótica da preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho. Não houve contestação de mérito / quanto à reivindicação, muito menos quanto ao percentual de repasse para a FETAPE.

c) A douta procuradoria opinou pelo DEFERIMENTO da reivindicação como formulada pela Classe Trabalhadora;

d) Na sessão de julgamento, a redução do percentual de repasse para a FETAPE não foi objeto de voto de qualquer dos doutos Juizes : nem do relator, nem do revisor, nem de qualquer outro duto Juiz.



IBGE

EM BRANCO



FETAPE

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

Reconhecida em 17 - 10 - 62

Rua Gervásio Pires, 876 — Fone: 222-2682

Recife — Pernambuco

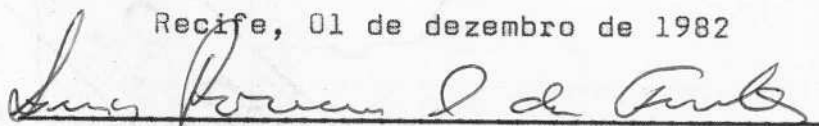
Na sessão de julgamento, a reivindicação foi deferida, por maioria, contra o voto do Juiz Revisor que entendia a Justiça do Trabalho incompetente.

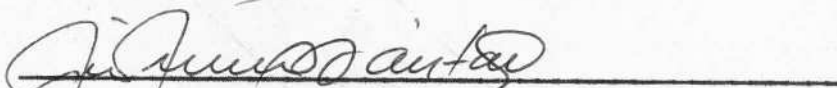
Manifesto, pois, que a redução do percentual de 50% (cinquenta por cento) para 5% (cinco por cento) originou-se de erro de datilografia na CERTIDÃO DE JULGAMENTO, transplantando-se involuntariamente para o acórdão.

Podendo o erro em tela ser corrigido ex-officio, nos termos do art.833 da CLT, os Embargantes, ao ensejo dos presentes Embargos de Declaração, pedem que o mesmo seja sanado, de modo a restaurar a verdade do Julgamento.

Isto posto, pedem que os presentes EMBARGOS DECLARATÓRIOS sejam julgados procedentes, por ser de inteira JUSTIÇA.

Recife, 01 de dezembro de 1982


LUIZ ROMEU C DA FONTE - advogado


JOSE AUGUSTO DE SANTANA - advogado -

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 4ª REGIÃO

493
unp

C E R T I F I C O, que nesta data, o
interessado recebeu para o devido reconhe-
cimento de custas e emolumentos, a guia expedi-
da sob o nº 540/82
no valor total de Cr\$ 6.674,84

Re: 06.12.82

unp



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

493
[assinatura]

CONCLUSÃO

NESTA DATA, FAÇO ESTES AUTOS CONCLUSOS

AO SR. JUIZ RELATOR

RECIFE, 01 DE 12 DE 1982

[assinatura]
Diretora do Serviço de Processos

Recebi em 02.12.82

[assinatura]

012-123400

012-123400

012-123400

012-123400

012-123400





495
[assinatura]

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.^a REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. N.º TRT ED-131/82

CERTIFICO que, em sessão ordinária hoje
realizada, sob a presidência do exmo. sr. juiz Gondim Filho
..... com a presença do representante da Procuradoria
Regional do Trabalho da Sexta Região e dos exmos. srs. juizes Clóvis Valença (Re-
lator), Francisco Fausto, Luiz Generoso, Edgar Lacerda, Barreto
Campello
..... resolveu o Tribunal
por unanimidade, acolher os embargos para declarar prejudicada a
preliminar relativa ao descumprimento do art. 524 da CLT por ha-
ver a parte satisfeito a exigência da Procuradoria Regional em
seu parecer, declarando, ainda, que o desconto em favor da FETA-
PE é de 50% (cinquenta por cento).

Os Juizes Edgar Lacerda e Barreto Campello foram convocados, por
sorteio, para compor o "quorum" deste Tribunal, de acordo com o
art. 118 da LOMAN.

Certifico e dou fé.

Sala das sessões, 15 de 12 de 1982

Secretário do Tribunal

95

Nesta data, feço estes autos conclusos ao

St. JAMES RELATOR

Beetle 17 de junio 1983

PRINCIPAIS DO SERVIÇO DE PROCESSOS

Recibí em 21.12.82

Chase

61507



MINISTÉRIO DA FAZENDA
DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO
DE RECEITAS FEDERAIS - DARF

01 - CPF OU CARIMBO PADRONIZADO DO CGC

02 - RESERVADO

04 - RESERVADO

CPF

03 - DATA DE EMISSÃO

05 - NOME COMPLETO DO CONTRIBUINTE

SIND. DA IND. DO AÇUCAR DO EST. DE PE E CULTIVADORES CANA EST. PE

06 - ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC.)

Cais da Alfandega

07 - NÚMERO

130

08 - COMPLEMENTO (ANDAR, SALA, ETC.)

09 - BAIRRO OU DISTRITO

Recife

10 - CEP

50.000

11 - MUNICÍPIO (CIDADE)

RECIFE

12 - SIGLA DA UF

PE

13 - EXERCÍCIO

82

14 - COTA OU DUODÉSIMO

4

15 - PERÍODO DE APURAÇÃO

16 - TIPO

3

17 - Nº PROCESSO

DC-28/82

18 - REFERÊNCIAS

19 - ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA

☒ EMOLUMENTOS

☒ CUSTAS

20 - CÓDIGO
1505

21 - VALOR - CR\$ 6.672,844

31 - OUTRAS INFORMAÇÕES PREVISTAS EM INSTRUÇÕES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Nº E ESPÉCIE
DO PROCESSO

DC-28/82

22 - EMOLUMENTOS

23 - CÓDIGO
1450

24 - VALOR - CR\$ 2,00

25

26 - CÓDIGO

27 - VALOR - CR\$

ATENÇÃO PREENCHA O DARF
À MÁQUINA OU EM LETRA DE
FORMA.

28 - TOTAL

29 - VALOR - CR\$ 6.674,84

AUTENTICAÇÃO

25 2 4 2007 6

6.674,84

GUI

000.540/82

EXPEDIDA EM

06.12.82

RUBRICA DO FUNCIONÁRIO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

497
M

R E C E B I M E N T O

Nesta data, foram recebidos os presentes
autos, com o acórdão laurado.

Recife, 03 de 02 de 1983

M. V. V.
Chefe do Setor de Publicações

C E R T I D ã O

Certifico que o acórdão e as cópias
respectivas foram remetidas à PRT para a devi-
da assinatura em 04 / 02 / 83, tendo sido de-
volvidos nesta data.

Recife, 07 de 02 de 1983

M. V. V.
Chefe do Setor de Publicações

J U N T A D A

Nesta data, faço juntada a estes au-
tos do acórdão que se segue.

Recife, 07 de 02 de 1983

M. V. V.
Chefe do Setor de Publicações

EM BRANCO

S. Alford 20 but some as ordered 20
Bellevue



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

498
18/

Proc. nº T.R.T- DC- 28/82

ED-131/82

Embargante: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAQUITINGA E OUTROS

Embargado : SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CULTIVADORES DE CANA DE AÇÚCAR NO ESTADO DE PERNAMBUCO, LIBERDADE AGRO INDUSTRIAL S/A, COMPANHIA USINA TIÚMA E COMPANHIA PECUÁRIA SANTA HELENA.

A C Ó R D ã O: EMENTA -

Embargos de declaração que se acolhe para o fim de esclarecer, omissão e contradição contidas no acórdão.

Vistos, etc.

O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAQUITINGA E OUTROS formulam embargos de declaração visando sanar omissões e contradições visualizadas no acórdão proferido por este Regional ao julgar o dissídio coletivo em que são suscitantes o SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS.

Dizem os embargantes que, conforme

2013-01-01

100000

100000

100000

100000

100000

100000

100000

100000

100000

100000

100000

100000

100000

100000

100000

100000

100000

100000

100000

100000

100000

100000

100000

100000

100000

100000

100000

100000

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

- 2 -

Acórdão — Continuação —

se vê da ata de instrução e conciliação de fls., as empresas LIBERDADE AGRO-INDUSTRIAL S/A-LAISA, COMPANHIA USINA TIÚMA E COMPANHIA AGRO-PECUÁRIA SANTA HELENA foram admitidas como litiscon -
sortes ativas, fato registrado no relatório do acórdão, porém ,
ao ser este publicado, não constou o enunciado das partes,omis -
são esta que pode gerar dificuldades. Acrescentam que, apesar '
da Procuradoria Regional, em parecer, haver opinado, preliminar
mente, pela extinção do dissídio sem julgamento do mérito quan -
to ao Sindicato da Indústria de Açúcar, e tendo este, na sessão
de julgamento, juntado o documento de fls. 453, fato pelo qual '
entendem ter ficado prejudicada ou rejeitada a referida preli
nar, a hipótese não ficou explicitada no acórdão, pedindo, as -
sim, que seja declarado se houve rejeição ou superação da preli
minar. Por fim, alegam que houve contradição resultante de enga
no de escrita ou datilografia, pois tendo sido reivindicada uma
taxa assistencial de Cr\$ 600,00 dos quais 50% seria repassado '
para a FETAPE, na certidão de julgamento datilografou-se 5% ge
rando o transplante do mesmo engano para o acórdão, podendo es
se erro ser corrigido "ex-officio".

É o relatório.

V O T O:

Diz o embargante às fls. 490 cons -
ta do relatório que as empresas LIBERDADE AGRO-INDUSTRIAL S/A -
LAISA, e as COMPANHIA USINA TIÚMA E AGRO-PECUÁRIA SANTA HELENA '
foram admitidas como litisconsortes ativas.

A não publicação no D.O., das refe
ridas empresas como partes, não se constitui em omissão do acór
dão.

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

- 3 -

Acórdão — Continuação —

No que se refere ao descumprimento da formalidade do art. 524 da CLT, questão suscitada pela douta Procuradoria Regional do Trabalho, prejudicada restou a referida preliminar por haver a parte satisfeito a exigência contida no parecer.

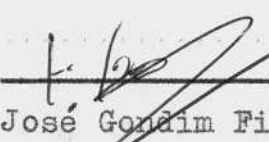
Nessa parte razão tem o embargante.

Igualmente razão assiste ao embargante no tocante ao percentual do repasse em favor da FETAPE. Huve erro datilografico. Ao invés de 5% como consta do acórdão o desconto é no percentual de 50%.

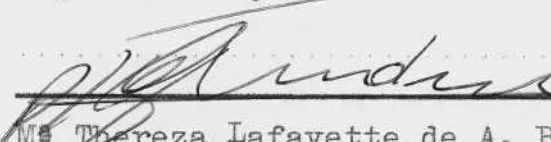
Acolho assim os embargos para declarar prejudicado a preliminar relativa ao descumprimento do art. 524 da CLT, bem assim para declarar que o desconto em favor da FETAPE é de 50%.

Assim, ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, por unanimidade, acolher os embargos para declarar prejudicada a preliminar relativa ao descumprimento do art. 524 da CLT por haver a parte satisfeito a exigência da Procuradoria Regional em seu parecer, declarando, ainda, que o desconto em favor da FETAPE é de 50% (cinquenta por cento).

Recife, 15 de dezembro de 1982


José Gondim Filho - Juiz no exercício da Presidência


Clóvis Valença Alves - Juiz Relator


M.ª Thereza Lafayette de A. Bitu
Procurador Regional do Trabalho

0-72169-0-8

100-443887-100

BR

TM



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

501
M

C E R T I D A O

Certifico que pelo Of. TRT-SJ-nº 61, 83
as conclusões e a ementa do acórdão foram remetidas
à Imprensa Oficial do Estado.

Recife, 10 de 02 de 1983.

M. Veras
Chefe do Setor de Publicações

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA

Certifico que as conclusões e a ementa
do acórdão foram publicadas no Diário da Jus-
tiça do dia 23 de 02 de 1983.

O referido é verdade, dou fé.

Recife, 23 de 02 de 1983

M. Veras
Chefe do Setor de Publicações

JUNTADA

NESTA DATA FAÇO JUNTADA A ESTES AUTOS

D o processo ordinário

que se segue

RECIFE, 23 DE 02 DE 1983

Impugnativa
Diretora do Serviço de Processos substa

9. how to overcome

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT - 6ª REGIÃO

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO.

09/12/82 009577

LIVRO

PROTÓCOLO GERAL

P. Nos Autos

Venham Concorridos

Recife, 15 de 12 de 1982

José T. de Sá Pereira
Vice-Presidente do TRT

O SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR, NO ESTADO DE PERNAMBUCO e o SINDICATO DOS CULTIVADORES DE CANA DE AÇÚCAR, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, já qualificados, nos autos do Dissídio Coletivo - Proc. TRT-DC-28/82 - em que figuram como Suscitados o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAQUITINGA E OUTROS (44), vêm, com a presente, por seus advogados legalmente constituídos e no final assinados, com arrimo no art. 895, letra "b" da CLT, interpor o presente Recurso Ordinário para o Colendo Tribunal Superior do Trabalho, requerendo que V. Exa. determine a remessa dos autos àquela Superior Instância, após cumpridas as formalidades legais.

O recurso é tempestivo. Publicado o acórdão no DJE de 30.11.82, o prazo terminaria a 08.12.82. Por ser este dia feriado municipal (conf. Lei Municipal nº 9.777, de 06.06.67 - cópia autenticada em anexo), o prazo prorrogou-se para o dia subsequente (art. 184, § 1º, do CPC).

Respeitosamente,

Pedem Deferimento.

Recife, 09 de dezembro de 1982.

JOSE OTÁVIO PATRÍCIO DE CARVALHO - OAB-PE Nº 3.549

PEDRO PAULO PEREIRA DA NÓBREGA
OAB-PE Nº 3.113

HORÁCIO JOSÉ CARLOS DE MENDONÇA
OAB-PE Nº 4.281

MARCOS DE ALMEIDA CARDOSO
OAB-PE Nº 2.057

Insignes Ministros:

(O SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, e o SINDICATO DOS CULTIVADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, irresignados "permissa venia", com parte da decisão proferida pelo Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Sexta-Região, quando do julgamento do Dissídio Coletivo suscitado contra o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAQUITINGA E OUTROS (44), interpõem o presente Recurso Ordinário, com fulcro nos fatos e jurídicos fundamentos que se seguem:

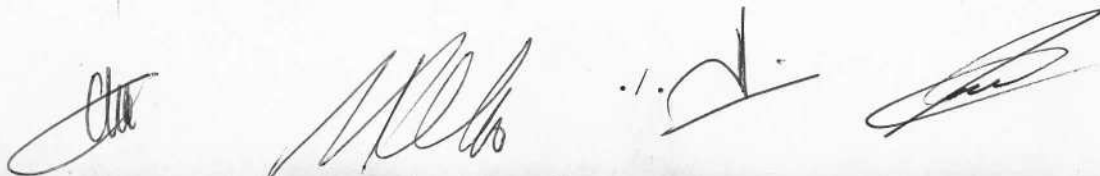
I - Insurgem-se os Recorrentes contra as seguintes cláusulas, deferidas, indevidamente, "data venia", pelo Regional "a quo":

- a) Fixação de Salário Mínimo Profissional;
- b) Tabela de Tarefas;
- c) Salário-Doença;
- d) Lei do Sítio;
- e) Restauração de Casas de Moradia;
- f) Ferramentas e Equipamentos de proteção;
- g) Salário-Família;
- h) Multa do Dissídio Coletivo.

Esse Colendo Pretório, após a análise das ponderáveis razões de direito contidas nesta peça, decerto reformará a decisão ou excluirá cláusulas deferidas, conforme o caso.

II - Reiteração de Considerações Preliminares
Sobre as Postulações.

Os Recorrentes em sua petição introdutória destacaram a fragi-



lidade jurídica da invocação de situação preexistente, como fundamento para concessão de direitos (item III, da mencionada peça).

Malgrado as ponderáveis razões de direito alí expostas, o Egrégio TRT da 6a. Região calçou o seu entendimento, exatamente, na tese da preexistência do direito.

Ora, convém insistir nas alegações, em razão da precariedade, "permissa venia", da aludida fundamentação, a qual vai de encontro, inclusive, à natureza jurídica do Dissídio Coletivo e do próprio instituto do direito adquirido.

Com efeito, a norma coletiva tem efeito temporal; vencido o seu termo (que é de sua própria essência, frise-se), a validade do direito caduca.

A norma preconizada no artigo 873 da CLT, no sentido de serem revistas as decisões quando as normas coletivas tenham se "tornado injustas ou inaplicáveis", aplica-se ao caso em tela.

O Direito do Trabalho, como direito eminentemente social, visa a proteger o trabalhador, com o fim de manter, com justiça, a paz social. Pela sua amplitude e a abrangência do seu campo de incidência, as normas coletivas deverão ser administradas, sempre, com o cuidado de preservar essa ordem social em todos os seus aspectos. Muitas vezes, uma norma aparentemente protecionista para o trabalhador, lhe trará consequências nefastas e danosas, no mais das vezes, em decorrência da exacerbação do sentido protecionista pretendido.

A grave situação econômica do setor canavieiro, mormente no Estado de Pernambuco, que tanto tem preocupado o Governo Federal, e seus órgãos de assessoramento econômico, constitui fato de inteiro conhecimento dos segmentos mais esclarecidos de nossa sociedade em que se incluem os preclaros ministros.

As normas coletivas decorrentes do presente Dissídio se aplicam tanto às Usinas de Açúcar, como aos fornecedores de cana, a maioria vivendo em condições de verdadeira penúria.

Em um setor da economia onde o dirigismo estatal retira dos produtores a maior parcela das deliberações, deixando-os, quase que só, com os riscos do negócio, não poderá imputar-se à falta de dili -



gência ou capacidade patronal a situação de penúria do setor. Tal situação atinge, não só o produtor, como também e principalmente o trabalhador. Diversos produtores de Pernambuco já tiveram inviabilizados os seus negócios, sendo as vítimas principais os seus trabalhadores, cujos ganhos (salários) constituem a única fonte alimentar.

Assim, se a existência de algumas condições de trabalho que foram impostas em decisões anteriores à categoria econômica dos Recorrentes não foi a causa primeira das dificuldades atuais, decerto que contribuíram para o agravamento da crise e a manutenção das mesmas poderá trazer, como consequência, a inexequibilidade do cumprimento.

A situação econômica dos produtores será analisada com mais detalhes na abordagem da primeira cláusula.

Portanto, a situação aconselha, para o bem de ambas as categorias, a revisão de algumas cláusulas, dentro da possibilidade jurídica já analisada.

Permitem-se os Recorrentes, mais uma vez, transcrever um ares-to jurisprudencial e a opinião doutrinária do inexcédível mestre do Direito do Trabalho - Ministro Mozart Victor Russomano - acerca do problema da preexistência e revisão de decisões:

"DISSÍDIO COLETIVO - MANUTENÇÃO DE VANTAGENS OBTIDAS EM CONVENÇÕES ANTERIORES. - Ao proferir sentença normativa, deve a Justiça do Trabalho sopesar o interesse público e os interesses das categorias envolvidas, lançando mão da equidade e tendo em mente a conjuntura econômica vigente. Tal comportamento não se coaduna com o entendimento de que as conquistas sociais alcançadas pelos empregados em convenções coletivas anteriores devem ser pura e simplesmente conservadas, sem que se proceda qualquer análise de seu conteúdo" (Ac. 1.022/82 - TRT - PR -9a. Região - Proc. nº DC 005/82 - Rel. Juiz TOBIAS DE MACEDO - publicado em sessão de 17.06.82 - "in" Decisório Trabalhista - junho/82 - nº 2.291 - grifos dos Recorrentes).



./.



"Em última análise, toda e qualquer solução dada ao conflito coletivo de trabalho, mesmo quando dessa solução resulta coisa julgada, é passível de revisão posterior, tendo como referência a originalidade institucional do conflito, a natureza "sui generis" da solução que lhe é dada e a extraordinária variabilidade das condições fáticas que determinam o nascimento do litígio e a adoção da forma conciliatória" (in "Direito Sindical" - Editor José Komfino - 1975 - RJ - obra do Ministro MOZART VICTOR RUSSOMANO - pág. 220 - destaques dos Recorrentes).

Assim, além do respaldo legal existente, será de inteira justiça a modificação de algumas cláusulas ou extinção de outras, mesmo pré-existentes, consoante análise casuística que será feita.

X

x

X

X

X

X

x

X

x

 χ

x

V

y

v

X

x

x

 γ

Y

22

10

22

- segue -

FIXAÇÃO DE SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

Se bem analisada a cláusula primeira da sentença normativa, vê-se, claramente, que o Eg. Regional não se limitou a conferir taxa de aumento salarial aos integrantes da categoria profissional com base no Art. 11 da Lei 6.708/79.

O próprio título dado à cláusula no voto do Relator exprime o seu conteúdo: "FIXAÇÃO DE SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL". Sem dúvida, foi instituído pelo 6º TRT, um PISO SALARIAL para a classe, de Cr\$.28.243,15, valor este resultante da aplicação do percentual de 4% (quatro por cento) sobre "o salário reajustado pela aplicação do INPC de outubro de 1982 - Cr\$.27.156,88" (fls. 472).

Em sendo assim, este recurso, no particular, limitar-se-á à impugnação dessa vantagem, mediante a fundamentação seguinte.

Se malogrou a negociação, evidente que o Tribunal "a quo", à falta de competência legal, não tinha poderes para fixar salário profissional ou piso salarial pois a matéria é da alçada do Legislativo.

Com efeito, de acordo com o Art. 8º, inc, XVII, letra "b", da Constituição Federal, é da competência exclusiva da União legislar sobre Direito do Trabalho. Logo, não se insere na competência normativa da Justiça do Trabalho, estabelecer, por decisão normativa, salário-mínimo profissional, que, repita-se, constitui matéria da competência legislativa da União.

No sentido de que viola os artigos 8º, XVII, letra "b", e 142, § 1º da Constituição Federal, a sentença coletiva que fixa piso salarial para a categoria profissional, tem decidido o Supremo Tribunal Federal, consoante os acórdãos proferidos nos Recursos Extraordinários n.ºs. 79.046 (RTJ 77/844), 77.538 (RTJ 78/188) e 79.317 (RTJ 83/403).

Não pode, desse modo, a Justiça do Trabalho, senão com ofensa ao artigo 142, § 1º da Carta Magna, fixar salário-mínimo profissional ou piso salarial, cabendo a propósito citar o trecho do voto do Ministro Antônio Neder, no RE 77.538, acolhido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, verbis:

"Na verdade, não passa de fixação de salário-mínimo o estender aos empregados admitidos na vigência de sentença normativa o sa-



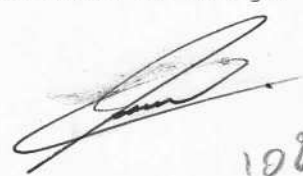
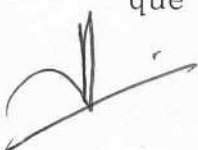
lário determinado no seu decisum para uma categoria profissional; e o fixar salário-mínimo não se inclui na competência que a Constituição assegura à Justiça do Trabalho para estabelecer normas e condições de trabalho (art. 142, § 1º, e art. 165, I, da Constituição)".

A própria Justiça do Trabalho vem reconhecendo o limite da sua competência repelindo pedido de concessão de piso salarial ao decidir as ações coletivas que lhe são submetidas a julgamento conforme decisórios abaixo transcritos:

"Nego, também, provimento ao recurso, na parte em que pretende a fixação de "salário-profissional" ou "piso-salarial". Na forma da jurisprudência deste Tribunal Superior e do Colendo Supremo Tribunal, a matéria é de natureza legislativa em sentido estricto..." (Proc. TST-RO-DC nº 326/78 - Ac. TP nº 2.943/78, de 13.12.78 - Rel.Min. MOZART VICTOR RUSSOMANO - DJU de 02.04.79, p. 2.503).

"Fixação do salário profissional para os auxiliares de enfermagem. A fixação do salário-profissional refoge à competência da Justiça do Trabalho no âmbito da sentença normativa, somente podendo ele ser estabelecido através de lei". (Proc. TST-RO-DC nº 263/77, Ac. TP nº 2.467/77, DOU de 03.03.78, p. 989).

"Recurso ordinário provido para ser excluída da decisão a cláusula que fixa o salário-profissional. Meu entendimento -que tem base, inclusive, em decisões do Colendo Supremo Tribunal Federal é no sentido de que o salário-profissional não pode ser fixado pelos tribunais trabalhistas, porque excede da competência normativa traça-



da pela Constituição da República e pelas leis ordinárias correlatas. Não colhe, "in casu", o argumento de que, na decisão revisanda, existia cláusula estipulando salário-profissional. Tal não ocorre ..." (Proc. TST-RO-DC nº 439/77, Ac. TP nº 247/79, de 12.03.79, Rel. Min. MOZART VICTOR RUSSOMANO, DOU de 02.04.79, p. 2.505).

Por consequência, já que não houve acordo, o 6º Regional não podia fixar piso salarial para os trabalhadores abrangidos na representação sindical dos suscitados.

Embora veladamente, o 6º TRT, na tentativa de justificar a inclusão dessa vantagem, faz arguição de preexistência de cláusula vez que se refere a "salário reajustado" em 1982, isto é, o que seria de corrente da aplicação do INPC do mês de outubro/82 sobre o que fora instituído via dissídio anterior - de 1981.

Tal circunstância, entretanto, não embasa nem autoriza seja fixado novo piso salarial. Não há, verdadeiramente, "direito adquirido" face à eficácia temporal da norma coletiva. Segundo o seguro e insuspeitável ensinamento do mestre WILSON DE SOUZA CAMPOS BATALHA, "as sentenças normativas, tendo prazo de validade estabelecido por elas mesmas ou por lei, não se incorporam aos contratos de trabalho de maneira a valerem como cláusulas inalteráveis dos mesmos contratos". Ele explica que cessada a vigência da norma de sentença normativa, "deixa de vigor não apenas para as relações de trabalho que se estabelecerem ad futurum, mas também para as relações de trabalho em curso de execução. Não encontra qualquer fundamento, salvo onde existe lei expressa a propósito, a alegada sobrevivência da norma coletiva relativamente às relações laborais em curso". (Tratado de Direito Judiciário do Trabalho, Editora LTr, ed. 1977, p. 721).

Aliás, os Recorrentes, na parte preambular deste apelo, já se manifestaram sobre o assunto, inclusive citando pronunciamento jurisprudencial segundo o qual, nas sentenças normativas, "deve a Justiça do Trabalho sopear o interesse público e os interesses das categorias envolvidas", para evitar a inclusão, ou mesmo a manutenção, de cláusulas inconvenientes, tendo em mente, sempre, "a conjuntura econômica vigente", de modo a não se tornar regra o absurdo entendimen-



510
unle

to de que "as conquistas sociais alcançadas pelos empregados em convenções coletivas anteriores devem ser pura e simplesmente conservadas, sem que se proceda qualquer análise do seu conteúdo".

A propósito, merece transcrever, aqui, ementa do acórdão nº 240/80 proferido pelo Colendo Tribunal Superior do Trabalho, da lavra do eminente Ministro MARCELO PIMENTEL, segundo o qual:

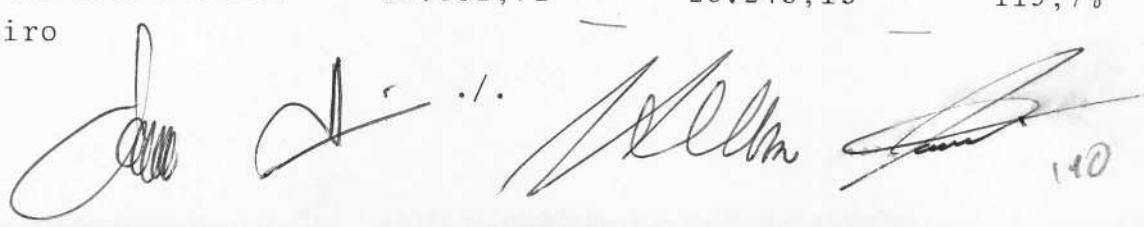
"Piso Salarial. Novo ou velho como cláusula de dissídio, sendo preexistente ou não, a inconstitucionalidade não desaparece pelo tempo, uso ou costume. Adaptação do piso ao Prejulgado nº 56". (Ac. prof. em 26.02.80 no Proc. RO-DC-631/79 - DJU de 25.04.80-In Revista do TST, ano 1980, p. 149).

Claro, então, que essa incompetência constitui um obstáculo intransponível para o estabelecimento de piso salarial via judicial. Recentemente, decidiu o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL por sua 2a. Turma, tendo como relator do acórdão o Ministro DÉCIO MIRANDA, que:

"Estabelecida, por acordo coletivo dos Sindicatos patronais e de empregados, a cláusula do piso salarial, que diz respeito à área reservada ao legislador, deve ser cancelada pela Justiça do Trabalho, no juízo de homologação ou no de recurso". (Ag. Rg. RJ nº 87.570-1, de 14.05.82 - DJU de 04.06.82, p. 5.461).

Não bastasse isto, nunca é demais confrontar a evolução dos salários da categoria com o evoluir dos preços dos produtos do setor econômico suscitado:

	<u>out/81</u>	<u>out/82</u>	<u>variação</u>
- Preço da Cana (remuneração ao produtor)	2.320,04 (1)	4.545,01 (2)	95,9%
- Preço do Açúcar (remuneração ao produtor)	723,77 (1)	1.226,08 (2)	69,4%
- Salário do trab. rural canavieiro	12.852,72	28.243,15	119,7%



511
mm

	<u>out/81</u>	<u>out/82</u>	<u>variação</u>
- Inflação (índice geral de preços - disponibilidade interna)	1.062,4 (3)	2.081,01 (3)	95,9%

- 1- Ato 32/81, de 02.10.81, do IAA, publ. no DOU;
- 2- Ato 31/82, de 28.09.82, do IAA, publ. no DOU;
- 3- Coluna Dois da Revista "Conjuntura Econômica", da Fundação Getúlio Vargas.

O quadro acima não reflete a evolução, por exemplo, de 3 anos para cá, que apontaria uma defasagem contra a classe empregadora, muito mais gritante.

Além disso, também não aborda os demais custos da produção da cana e do açúcar, que podem ser bastante avaliados, se considerada a inflação no período.

As classes produtoras recorrentes estão marchando, portanto, aceleradamente, para a descapitalização, que não interessa a elas, nem ao erário público e, muito menos, aos trabalhadores, maiores vítimas de um quadro recessivo.

A situação é agravada pelas cotações internacionais do açúcar, cada vez menores, hoje atingindo menos da metade do valor de 1 ano atrás.

Quanto mais altos os custos de produção, menor a competitividade do produto brasileiro no mercado internacional.

Como reduzida já é a competitividade da produção agro-açucareira de Pernambuco no quadro nacional. De maior produtor, em outras épocas, nosso Estado foi já superado, de longe, por São Paulo e, mais recentemente, por Alagoas.

Entre outros fatores, é evidente o peso dos custos de produção, muito mais elevados em Pernambuco do que em qualquer outro lugar do Brasil. Nenhum outro Estado paga piso-salarial, nenhum paga qualquer outro importe além do salário-mínimo legal a seus rurícolas canavieiros.

[Handwritten signatures and initials]

512
mnh

As propriedades do Centro-Sul não têm o custo de investimento e manutenção das centenas e, às vezes, milhares de casas de moradia que o produtor pernambucano fornece a seus empregados rurais.

Por outro lado, é indispensável ressaltar que o salário-mínimo profissional concedido pelo dissídio -Cr\$.28.243,15- consoante es-
clarece o próprio acórdão, resultou de aplicar-se ao que o empregado ganhava 110% (cento e dez por cento - 1.1) do INPC e, após isto, a-
plicar 4% de produtividade.

Considerando que o INPC fora 43.2, o salário cresceu:

a) ganho anterior	:	18.408,95
b) ganho decorrente do dissídio	:	28.243,15
c) variação	:	53,42%
d) menos INPC	:	43,20%
aumento real do salário	:	10,22%

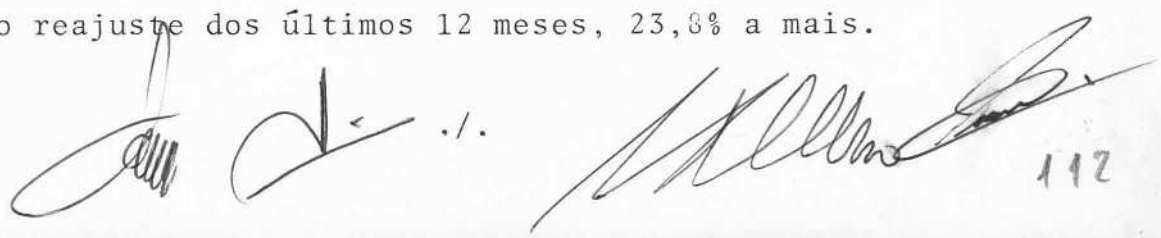
O aumento real do salário, em 6 meses, foi, portanto, de 10,22% (dez vírgula vinte e dois por cento).

Se consultarmos o quadro mais acima, ainda vamos verificar que, de outubro/81 a outubro/82, para uma inflação de 95,9%, o salá-
rio questionado evoluiu 119,7%. Ou seja, teve um crescimento real, descontada a inflação, de: 119,7% - 95,9% = 23,8% (vinte e três vír-
gula oito por cento).

Embora louvável a legislação atual, que preconiza maiores rea-
justes aos empregados de menor poder aquisitivo, apelamos para o re-
conhecido saber e o comprovado bom-senso desse Tribunal: não há ati-
vidade produtiva que suporte um aumento real de salários, em 12 me-
ses, de 23,8%.

Ainda mais quando este aumento do salário não é correspondido
de incremento na produtividade da mão-de-obra pois, como se viu, o
TRT manteve a mesma tabela de tarefas de 2 anos atrás!

Isto significa que, para executar hoje a mesma tarefa de há
2 anos, o trabalhador canavieiro de Pernambuco está ganhando, só con-
siderando o reajuste dos últimos 12 meses, 23,8% a mais.

 112

A situação é tanto mais grave se for feita a reconstituição dos 24 meses, ao invés de somente 12.

E muito mais séria porque a receita do empregador não ficou sequer próxima dessa evolução, com prejuízo muito mais acentuado para o açúcar.

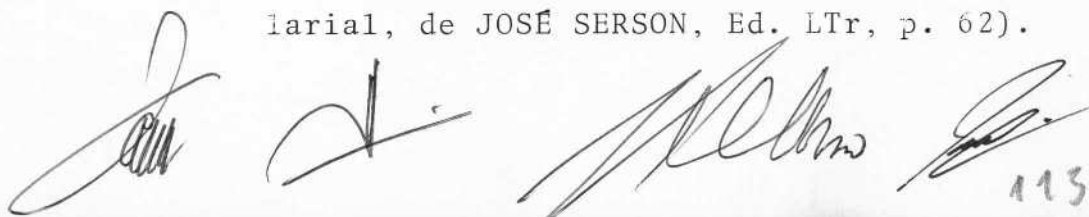
Não é descapitalizando as empresas e estimulando a baixa produtividade, datíssima venia, que se irá fazer justiça social nem melhorar a economia da nação.

Também, porisso, conseqüentemente, não pode ser, concessa vênua, mantida a fixação do piso salarial de que ora se recorre.

Se muito, e mesmo assim contrariando o que dispõem os artigos 128 e 460 do Código de Processo Civil, já que não houve expressa postulação, poderia o Tribunal conceder à categoria profissional representada pelos Sindicatos suscitados um salário normativo na forma do item IX da Instrução Normativa nº 01 do Eg. TST (ex-prejulgado nº 56) com as alterações recomendadas pela jurisprudência em face da adequação à Lei nº 6.708/79.

Entretanto, caso o Colendo TST venha a fixar um salário normativo, obviamente não levará em conta qualquer taxa de aumento a título de crescimento da produtividade da categoria profissional (claro que não há esse crescimento cf. razões anteriores). Esta observação está conforme a lei e tem aprovação doutrinária:

"Na composição do salário normativo não se conta o aumento de salário resultante da chamada "produtividade" pois a base de cálculo é o "reajustamento" decretado, tendo o Prejulgado sido assim redigido porque, na época, o índice de elevação salarial era decretado pelo Presidente da República, mensalmente. Esse índice foi substituído pelo atual INPC, Índice Nacional de Preços ao Consumidor, com o qual não se confunde o aumento de salário decorrente da produtividade, que é fruto de negociação ou arbitramento judicial". (Curso de Correção Salarial, de JOSÉ SERSON, Ed. LTr, p. 62).



514
mm

TABELA DE TAREFAS

Preliminarmente, cumpre ressaltar que a única estipulação legal sobre execução de trabalho é a jornada diária de 8 horas prevista na C.L.T.

Não existindo convenção coletiva nem acordo, a decisão coativa do judiciário fica, data vênica, adstrita aos termos da lei, garantindo o salário ao empregado mediante cumprimento da jornada legal diária, sem o que ficará ferido o princípio da reserva legal contido na Constituição.

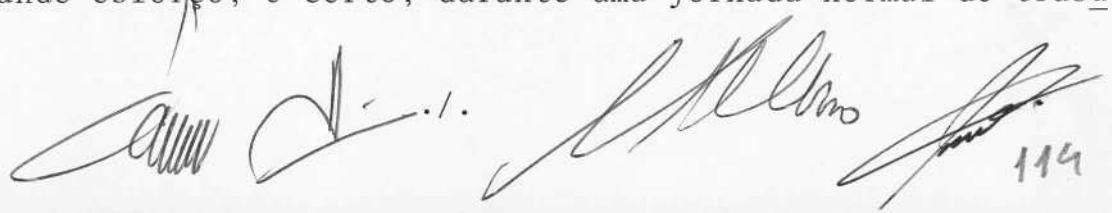
Falece competência, portanto, à Justiça do Trabalho, para estipulação de Tabela de Tarefas para prestação dos serviços, como fez, o Egrégio Regional. Em face disto, deve ser excluída da sentença normativa a Tabela de Tarefas, regendo-se a prestação de serviços da categoria suscitada pela jornada legal.

Ainda sobre o assunto, por amor ao debate, dizem os suscitan-tes, no mérito.

O Egrégio Regional, estribado em condição preexistente, determinou a manutenção da Tabela de Tarefas determinada no Dissídio Coletivo de 1980 (DC-36/80), repetida no Dissídio Coletivo de 1981. Ademais, aleatoriamente, "data vênica", fixou o preço da tonelada de cana solta em 50% (cinquenta por cento) do valor da cana amarrada.

Analisando, inicialmente, o primeiro ponto, ressaltam os Recor-rentes que a falta de realismo da Tabela de Tarefas determinada cons-titui, exatamente, no ponto da sentença normativa anterior que mais pesou na situação vexatória por que passa o setor canavieiro de Per-nambuco. Os camponeses do Estado têm as tarefas mais reduzidas do Brasil (praticamente 50% das dimensões das tarefas dos demais Esta-dos) e o salário mais elevado do setor em todo o País. Há, assim, uma distorção gritante, que, além de acarretar as dificuldades já apontadas, abre, a cada dia, o fosso entre o Nordeste e o Centro-Sul, e mesmo o Sul do País, porquanto, em sendo inegável a importância do Estado de Pernambuco na conjuntura econômica do Nordeste, a ativida-de canavieira é o suporte básico da economia do Estado.

A fixação das tarefas deveria refletir uma possibilidade média de trabalho do homem em cada uma das atividades, a fim de ser cumpri-da, sem grande esforço, é certo, durante uma jornada normal de traba-

 114

lho. O que se constata, no entanto, é a flagrante facilidade com que o trabalhador cumpre as tarefas em menos da metade do tempo de uma jornada de trabalho, criando uma nefasta distorção com relação às outras atividades ou categorias profissionais, bem como, frise-se da resultante produtividade do Estado em relação aos demais.

Portanto, deve esse Colendo Tribunal, face às ponderáveis razões de fato apresentadas, bem como da possibilidade jurídica de revisão das decisões coletivas na forma prevista no art. 873 da CLT, de terminar o retorno dos autos ao TRT "a quo", a fim de que, mediante laudo ou parecer técnico, calcado em amostragens paritárias de tarefas, fixe uma tabela condizente com a real possibilidade da categoria profissional, sem sangrar o setor econômico, o que seria um ato de justiça.

Caso esse Colendo Pretório adote posicionamento contrário, o que não deverá prevalecer, "data vênica", por um princípio de coerência e justiça, deveria, ao menos, determinar o acréscimo de 4% (quatro por cento) à tabela vigente, o que corresponde ao índice de produtividade concedido no último dissídio. Assim não procedendo, estará diminuindo, ainda mais, as tarefas existentes, uma vez que aumentará, em termos reais, o preço das mesmas.

Quanto ao segundo ponto da cláusula deferida -fixação do preço da cana solta em 50% do valor da cana amarrada -releva notar dois aspectos essenciais:

- a) A fixação da tarefa não decorreu de fundamentação alguma, consoante se constata pela leitura do acórdão, às fls. 472 dos autos.

Assim, a fixação da tarefa que deveria espelhar a possibilidade média real do trabalho do homem, mediante um elemento palpável, jamais poderia ser fixado aleatoriamente como o fez o TRT "a quo".

- b) Em segundo lugar, a fixação da tarefa de cana solta, constitui um extrapolamento do Poder Normativo da Justiça do Trabalho.

Com efeito, o Poder Normativo da Justiça do Trabalho é ex-





- segue -

SALÁRIO DOENÇA

A v. sentença normativa merece ainda a impugnação do Recorrente, por conceder, sem autorização legal, ao trabalhador rural, o salário-doença, impondo ao empregador obrigação eminentemente previdenciária, qual seja a de pagar os primeiros quinze dias de afastamento em razão de enfermidade.

Trata-se de matéria, todavia, que somente pode ser regulada em lei, face aos princípios dos artigos 8º, inciso XVII, letra "c", 43, 81, inciso III, 142, § 1º, 153, § 2º e 165, § Único, da Carta Magna, vedado à Justiça do Trabalho criar tal obrigação em decisão coletiva.

Contraria e ofende os dispositivos constitucionais mencionados, a sentença normativa que defere ao trabalhador rural o direito ao salário-doença quando, por sua natureza, tal prestação apenas pode ser regulada em lei, como ocorre com relação ao trabalhador urbano.

Face à sua origem legislativa, o salário-doença guarda caráter previdenciário, não se configurando como salário, eis que não constitui contra-prestação do trabalho, revestindo-se de compensação pecuniária ao trabalhador incapacitado temporariamente para o trabalho.

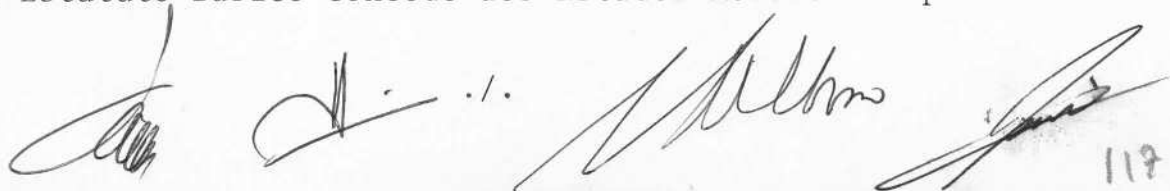
Tal prestação, com relação ao trabalhador urbano, vem prevista nos diplomas legais previdenciários a teor do disposto no art. 32 da CLPS; art. 79 do novo Regulamento de Benefício da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 83.080, de 24.01.79 e art. 25 da Lei 3.807/60.

Mas, conferindo ao trabalhador rural o salário-doença, extrapolou o egrégio Tribunal Regional do Trabalho sua competência normativa, para exercer função legislativa atribuída ao Congresso Nacional.

A competência legislativa em matéria previdenciária é da União, através dos Poderes Legislativo e Executivo, conforme dispõem o art. 8º, inciso XVII, letra "c", art. 43 e art. 81, inciso III, da Constituição Federal.

Cabe, com efeito, ao Congresso Nacional expedir normas sobre previdência social com a sanção do Presidente da República (art. 43 da C.F.), a quem caberá também promulgar e fazer publicar as leis (art. 81, inciso III, da C.F.).

C Estatuto Básico concede aos Estados-membros competência su-



pletiva para legislar sobre matéria previdenciária, respeitada a Lei Federal, conforme dispõe o parágrafo único do art. 8º, verbis:

"Parágrafo Único. A competência da União não exclui a dos Estados para legislar supletivamente sobre as matérias das alíneas "c", "d", "e", "n", "q" e "v" do item XVII, respeitada a Lei Federal".

Mas, tal poder, demais, não pode ser exercitado pela Justiça do Trabalho, sob pena de violação também do art. 6º do Texto Básico, que dispõe sobre a tripartição dos Poderes:

"Art. 6º - São poderes da União, independentes e harmônicos, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário".

A atividade normativa da Justiça do Trabalho é excepcional e constitucionalmente delimitada.

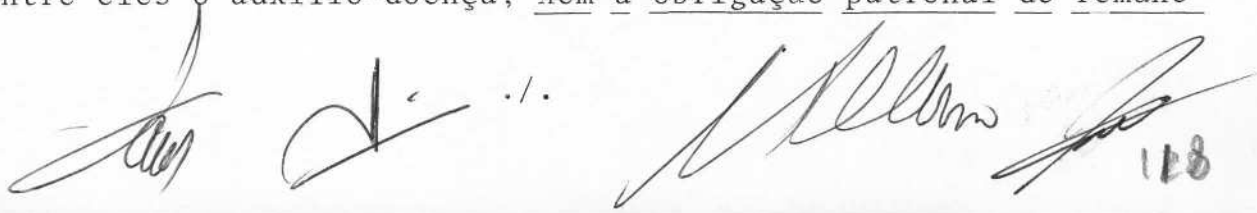
O art. 142, § 1º, da Constituição Federal contém, de certo modo, exceção ao princípio da indelegabilidade de poderes, pois que, com ele, se permitiu que o Congresso Nacional deixasse à Justiça do Trabalho função legislativa (Pontes de Miranda, Comentários à Constituição de 1967, vol. IV, p. 278).

Para que a Justiça do Trabalho possa exercitar sua função normativa, impõem-se a existência da lei especificadora, a que se refere o art. 142, § 1º, do Texto Magno.

Eis o disposto no retrocitado §1º do art. 142 da Constituição Federal:

"A lei especificará as hipóteses em que as decisões nos dissídios coletivos poderão estabelecer normas e condições de trabalho".

As prestações de natureza previdenciária devidas aos trabalhadores rurais são previstas, expressamente, na Lei Complementar nº 11, com as alterações oriundas da Lei Complementar nº 16/73, não figurando, entre eles o auxílio-doença, nem a obrigação patronal de remune-



rar o trabalhador nos primeiros quinze dias de doença.

Inexistindo autorização legal para a criação de normas de cunho previdenciário pela Justiça do Trabalho, importa em violação do art. 142, § 1º, da Carta Magna a concessão de salário-doença ao trabalhador rural, padecendo, também sob esse aspecto, a sentença recorrida de vício de inconstitucionalidade.

Ademais, ao impor ao empregador rural o dever (obrigação) de pagar o salário-doença ao seu trabalhador, a decisão coletiva ora impugnada violou ainda o princípio da reserva legal consubstanciado no art. 153, § 2º, da Constituição Federal, que dispõe nesses termos:

"Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei".

Cabe lembrar finalmente que ao próprio legislador, a Carta Federal impõe a criação de prévia fonte de custeio para concessão da prestação de caráter previdenciário, como se lê do princípio inscrito no art. 165, do teor seguinte:

"Parágrafo Único. Nenhuma prestação de serviço de assistência ou de benefício compreendidos na previdência social será criada, majorada ou estendida, sem a correspondente fonte de custeio total".

Ao exposto, como poderia a Justiça do Trabalho, face aos princípios constitucionais examinados, criar benefício de cunho previdenciário, impondo ao empregador a obrigação de pagá-lo?

Outrossim, a cláusula não pode subsistir sob o fundamento de manutenção de vantagens anteriormente obtidas. A preexistência da referida cláusula não constitui razão para sua manutenção na nova decisão normativa. Nesse ponto, reporta-se o Recorrente às considerações formuladas anteriormente a propósito de inexistência de direitos adquiridos.

Se, "ad argumentandum", o referido dispositivo previdenciário for mantido nos termos da cláusula "c" da sentença ora impugnada, apesar de sua evidente inconstitucionalidade, as disposições contidas

 ./.

nos §§ 1º e 2º do atual Regulamento de Benefícios da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 83.080/79, teriam que ser apostas, por força de equidade, como parágrafo também da própria cláusula da sentença normativa, como proposto pelos Suscitantes, ora Recorrentes.

Os dois parágrafos, com ligeira modificação de redação, passariam, na forma das proposições apresentadas, a ter os seguintes enunciados normativos:

"§ 1º - A empresa que dispõe de serviço médico ou em convênio tem a seu cargo o exame médico para abono das faltas correspondentes a esse período.

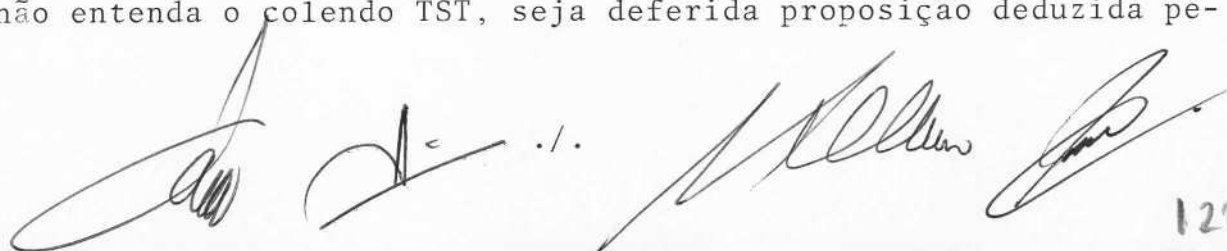
§ 2º - Não será concedido novo auxílio, na hipótese de ser o trabalhador acometido da mesma doença que originou o pagamento previsto nesta cláusula, dentro de um período de 60 dias, a contar do término da licença".

Demais, considerando ser imprescindível disciplinar a expedição dos atestados médicos, impõem-se a inclusão de outro parágrafo com a seguinte redação:

"§ 3º - Os atestados médicos observarão o estabelecido na Portaria PF-GM nº 1.722 de 25.07.79, do MPAS".

Se, só para argumentar, vier a cláusula do salário-doença a ser acolhida, faz-se imprescindível, data venia, sejam acrescentados os referidos parágrafos, como modo de disciplinar e regular a concessão da referida prestação, dentro duma categoria profissional que abrange mais de trezentos e cinquenta mil trabalhadores espalhados pela Zona da Mata do Estado de Pernambuco, prestando serviços à categoria econômica dos cultivadores de cana, composta de mais de sete mil empregadores e às empresas açucareiras e alcooleiras.

Ex positis, espera o Recorrente que a cláusula "c", objeto da presente impugnação, seja excluída da sentença a quo, ou, quando assim não entenda o colendo TST, seja deferida proposição deduzida pe-

 ./. 120

lo Suscitante, ora Recorrente, na sua petição inicial de fls. para
inserção dos citados parágrafos, como de direito.

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

- segue

CONCESSÃO DE SÍTIO

Os Recorrentes não desconhecem a existência do Decreto-Lei 6.969/44, regulamentado pelo Decreto nº 57.020/65 e pelo Ato nº 18/68 do Instituto do Açúcar e do Alcool, que regulam a matéria, dispondo sobre a concessão compulsória por parte do empregador rural do Setor Canavieiro, de uma área de suas terras para cultivo gratuito do trabalhador rural, ferindo, frontalmente o direito de propriedade.

Contudo, insistem em que os dispositivos legais citados são inconstitucionais.

Ora, dispõe o § 22 do artigo 153 da Constituição Federal que:

"É assegurado o direito de propriedade salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvado o disposto no artigo 161, facultando-se ao expropriado aceitar o pagamento em título da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária. Em caso de perigo público iminente, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior." (grifos dos Recorrentes)

Por sua vez, o Direito de Propriedade é bem definido pelo artigo 524 do Código Civil Brasileiro, que dispõe:

"A Lei assegura ao proprietário o direito de usar, gozar e dispor de seus bens, e de reavê-los do poder de quem quer que injustamente os possua."

Assim, Colendo Tribunal, a pretensão fere o direito constitucional de propriedade, pois pretende retirar o direito de usar, gozar e dispor do bem, por parte do seu lídimo proprietário. Inconstitucional, também, são os diplomas legais invocados, pois, pecam pelo mesmo vício apontado.



Seria dado ao Poder Público o direito constitucional de se utilizar das prerrogativas constantes do citado preceito constitucional, caso pretenda outorgar maior proteção ao rurícola do setor canavieiro, distiguindo-os dos demais?

O tema encontra-se "sub-judice" no Excelso Supremo Tribunal Federal, enquanto que alguns Regionais, sensíveis à clara inconstitucionalidade da pretensão, têm-se manifestado contrário à mesma. Esta sensibilidade também tocou o plenário desse Colendo TST, conforme adiante se verá.

Os Recorrentes, "ad argumentandum", permitem-se transcrever, mais uma vez, o aresto jurisprudencial abaixo, o qual se adequa, perfeitamente, ao caso em tela:

"Dissídio Coletivo. Trabalhador Rural. Embora louvável a atitude do empregador, que em acordo, cede uma área de terra aos trabalhadores, para a formação de horta individual ou comunitária, tal medida não pode ser imposta em decisão normativa, pois atentaria contra o direito de propriedade, que a Constituição assegura." (Ac. TRT - PR-9a. Região nº 1.098/81 - Proc. DC-001/81 - unânime - Rel. Juíza CARMEM A. GANEM. Publicado em sessão de 11.06.81 e D.J.PR de 17.06.81, e transcrito in "Decisório Trabalhista" nº 1.680 - Junho de 1981).

Na apreciação do RO-DC-46/82, em que um dos atuais suscitantes, o SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, figura como recorrente, essa Alta Corte de Justiça do Trabalho' decidiu:

"III - Recurso do Sindicato da Indústria do Açúcar, no Estado de Pernambuco.

1-por maioria, dar provimento parcial, para excluir a cláusula que determina a concessão, a título gratuito, de área de terra para plantio e criação necessários à subsistência do trabalhador..."

(Ata do julgamento publicada no



Diário da Justiça de 27.08.82).

Afora esse aspecto de alta relevância jurídica, por si só bastante para o indeferimento do pleito, há o aspecto fático que clama pela não adoção da medida. Sua adoção implicaria em visível' prejuízo para os empregadores que, para atender à obrigatoriedade' de concessão de sítio a cada empregado rural permanente, em uma atividade onde a utilização de mão-de-obra é intensa, teriam de erradicar vastas áreas de canaviais. Isto, paradoxalmente, implicaria em desemprego: diminuindo o cultivo da cana, já não seria mais necessária a mesma quantidade de braços e parte da mão-de-obra teria fatalmente de ser despedida.

Há casos mais graves. Em Pernambuco existe uma empresa açucareira que possui somente 7.000 ha. de terras próprias, e 3.500 empregados camponeses. A se cumprir rigorosamente a concessão de sítios - e se a norma coletiva for mantida cumpre observá-la - essa empresa (considerando as áreas de estradas, rios e córregos, matas e edificações) teria, simplesmente, de erradicar todos os seus canaviais e ainda adquirir mais terras, só para atender aos sítios de seus atuais empregados!

Como se vê, também pela sua inviabilidade prática, a reivindicação não pode ser atendida, cabendo sua exclusão da sentença normativa.

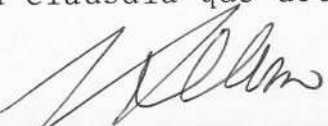
Em suma, este seria mais um problema que, substancialmente, estaria afeto ao Poder Público, não cabendo à classe produtora, responsável que é pelo maior contingente de mão-de-obra da Região, sofrer mais esse gravame, que, pior de tudo, fere frontalmente o direito de uso e gozo da propriedade assegurado na Carta Magna.

Não fora as bastantes razões de direito e de fato apresentadas, os Recorrentes, por simples amor ao debate, proclamam que a matéria seria ociosa e desnecessária em Dissídio Coletivo.

Ultrapassada a inconstitucionalidade da cláusula, o que se admite só para argumentar, existiria legislação expressa regulando a matéria, desaconselhando sua inserção em sentença normativa.

Estipula o acórdão do RO-DC-46/82, acima referido, relatado pelo eminente Ministro Nélson Tapajós:

"por maioria, dar provimento parcial, para excluir a cláusula que determina a concessão

 ./..   124

RESTAURAÇÃO DE CASAS DE MORADIA

Esperam os Recorrentes que esse Colendo Pretório exclua a cláusula epigrafada, uma vez que, não havendo suporte legal para o deferimento, não poderia o Regional "a quo", criar essa norma coletiva, sob pena de ferir, frontalmente, o disposto no § 1º, do artigo 142 da Constituição Federal.

Cutrossim, já demonstraram os Recorrentes que a invocação de condição preexistente é juridicamente frágil e totalmente desaconselhável do ponto de vista fático, tendo em vista a situação de penúria do setor.

Do ponto de vista jurídico-processual, temos, ainda, uma matéria que refoge a competência dessa Justiça especializada, tornando desaconselhável, também sob esse prisma, a inserção da cláusula no presente Dissídio Coletivo.

Os Recorrentes asseveram, no entanto, que já restauram as moradias de seus trabalhadores, na medida do possível, por uma questão de justiça e promoção sociais, além de, do ponto de vista administrativo, ser de interesse da categoria econômica manter a paz social, a fim de não ser afetado o aspecto de produção de serviços.

Outro aspecto a ser enfocado no caso em tela é o de que não há, na pretensão dos Recorridos, critério definidor das necessidades de restauração das casas, pelo que a disposição, longe de dirimir conflitos, será uma fonte de litígio, indesejável para todos os de boa-fé.

Por outro lado, os Poderes Públicos já estão conscientes da problemática de moradia na Zona da Mata de Pernambuco, instituindo programas de atendimento no que concerne a moradias, estradas, saneamento, eletrificação, etc. Assim é que, através da atuação do PRODECOR, já foram construídas diversas agrovilas em terras doadas pelos empregadores, destinadas à moradia dos trabalhadores rurais canavieiros.

Insistem, assim, os Recorrentes no ponto fundamental que clama pelo indeferimento da cláusula: não existe previsão legal alguma quanto à matéria, e, "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei" (Princípio Constitucional da Legalidade).



Portanto, deve esse Colendo Tribunal excluir a pretensão, para prestigiar as normas legais aqui invocadas e por ser um ato de Justiça.

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

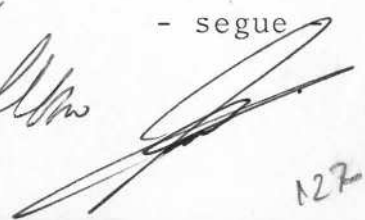
x

x

x

x

- segue



FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO

A reivindicação deferida configura dois pleitos que deverão ser distinguidos em razão das fundamentações distintas no presente apelo: Postula a categoria profissional o fornecimento de ferramentas e o fornecimento de equipamentos de proteção individual.

Com relação ao fornecimento de equipamentos de proteção individual é um direito que não toca ao trabalhador rural.

O Decreto nº 73.626, de 12.02.74, o qual aprovou o Regulamento das Relações Individuais e Coletivas de Trabalho Rural, em seu art. 4º, discrimina quais os dispositivos da CLT que se aplicam às mesmas relações, não contemplando os artigos 154 a 201, os quais corporificam o Capítulo V do Título II do nosso diploma Consolidado, que dispõe sobre a matéria de Segurança e Medicina do Trabalho.

Por sua vez, a Portaria nº 3.214, de 08.06.78, do Ministério do Trabalho, a qual instituiu as normas regulamentadoras sobre a matéria, vincula-se, apenas, ao aludido Capítulo da CLT, escapando ao trabalhador rural.

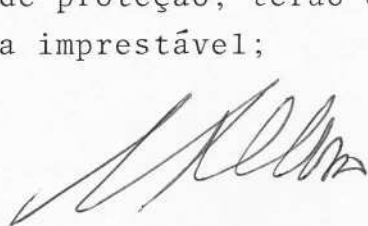
O uso e fornecimento de equipamentos de proteção individual é matéria regulada pelo artigo 166 da CLT e pela Norma Regulamentadora nº 06, da Portaria nº 3.214. Como já foi visto, tais dispositivos não se aplicam ao rurícola.

Contudo, os Recorrentes não se furtam a conceder os referidos equipamentos, nos casos cabíveis, bem como as ferramentas de trabalho, contanto que haja os lógicos e justos resguardos para a classe empregadora, postulada pelos Recorrentes em sua defesa inicial.

Aliás o nobre Juiz Relator de primeira Instância, sensível à problemática, admitiu as ressalvas, sendo voto vencido nesse aspecto.

Assim, a classe patronal espera que esse Colendo Tribunal, usando de sua Costumeira Justiça, determine a inserção na Cláusula dos seguintes parágrafos:

"Os empregados rurais, a fim de fazerem jus à percepção de nova ferramenta de trabalho ou equipamento de proteção, terão de devolver a ferramenta imprestável;



Ao término de cada período de serviço os empregados, igualmente, se obrigam a devolver as ferramentas e equipamentos usados;

As ferramentas e equipamentos deverão ser devolvidos ao empregador em caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado;

Em caso de perda ou extravio da ferramenta ou do equipamento, por qualquer motivo, salvo as hipóteses de caso fortuito ou de força maior, os empregados rurais arcarão com o custo da nova ferramenta".

Os insígnies Ministros não de convir que as ressalvas em nada prejudicarão os trabalhadores bem intencionados. Constituem, apenas, um resguardo ao patrimônio patronal contra os incautos, que, sabem os Recorrentes, constituem exceção.

O espírito de Justiça, equidade e manutenção da ordem social no trabalho configuram os ideais maiores do Judiciário Trabalhista, pelo que essa Colenda Corte há de atender à pretensão dos Recorrentes, determinando o acréscimo dos parágrafos acima discriminados.

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

- segue -

SALÁRIO FAMÍLIA

A respeitável sentença normativa merece, ainda, a impugnação do Suscitante, ao deferir, nos termos da cláusula "m", a reivindicação do salário-família ao trabalhador rural vinculado ao regime do PRORURAL.

A concessão, pelo eg. Tribunal Regional, do salário-família ao trabalhador rural canavieiro, numa quota mensal equivalente a cinco por cento do salário-mínimo regional, por filho menor de quatorze anos, não pode nem deve prevalecer, eis que proferida com evidente a fronta a princípios constitucionais inalienáveis.

Ofende os cânones inscritos nos artigos 8º, inciso XVII, letras "a" e "b", art. 43, 81, inciso III, 142, § 1º, 165, § Único e 153, § 2º da Constituição Federal, a sentença coletiva que defere o salário-família ao trabalhador rural, uma vez que tal direito não pode ser outorgado senão por Lei.

Com efeito, quer se tenha a prestação do salário-família como de caráter trabalhista, quer se tenha como de natureza previdenciária, somente à União compete dispor sobre a matéria, ao expresse teor do art. 8º, inciso XVII, letras "a" e "b", da Carta Magna, que a propósito preceitua:

"Compete à União:

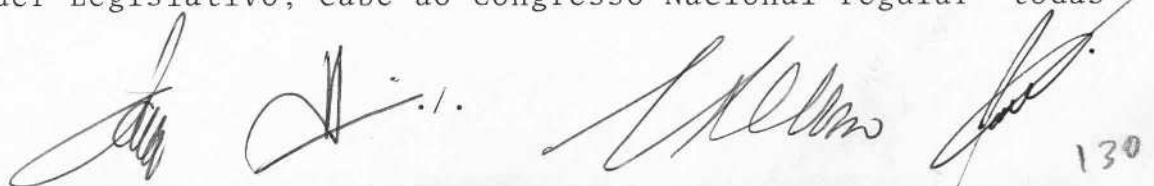
XVII - Legislar sobre:

- b) - direito civil ... e do trabalho;
- c) - normas gerais sobre o orçamento ...
e previdência social".

Trata-se, como visto, de matéria que apenas pode ser regulada em Lei, diante do princípio da competência legislativa, fixada no invocado art. 8º, qualquer que seja a natureza do direito ao salário-família.

A sentença coletiva que confere ao rurícola o salário-família contraria, também, frontalmente, o art. 43 da Constituição Federal, importando o ato jurisdicional em usurpação da competência do Poder Legislativo.

De acordo com o citado cânone fundamental, que fixa as atribuições do Poder Legislativo, cabe ao Congresso Nacional regular todas



as matérias de competência da União.

Eis o texto, in verbis, do precitado artigo da Lei Magna:

"Art. 43 - Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União ...".

Outrossim, em consonância com esse postulado constitucional, ao estabelecer as atribuições do Presidente da República, preceitua, no seu artigo 81, a vigente Carta Política:

"Art. 81 - Compete, privativamente, ao Presidente da República:

...

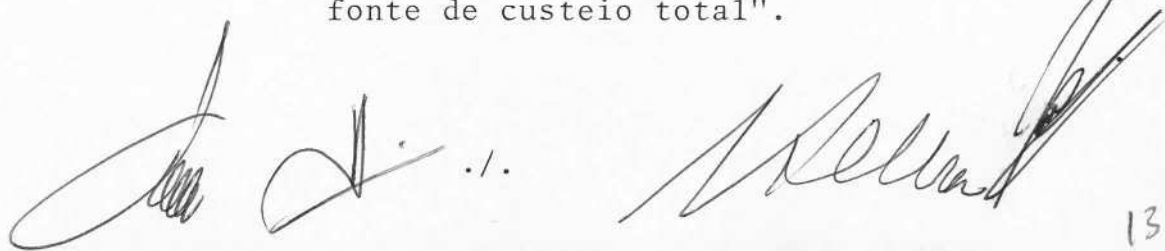
III - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis ...".

A matéria do salário-família, como examinada, não pode ser regulamentada senão por Lei. A decisão normativa, que atribui salário-família ao rurícola, fere indubiosamente os princípios constitucionais invocados.

Ademais, como prestação de caráter previdenciário, a concessão de salário-família por via de sentença normativa, além de importar em ofensa à competência da União para legislar sobre normas de previdência social, viola também o princípio insculpido no parágrafo único do art. 165 da Lei Maior.

Ao próprio legislador, a Carta Magna impõe a criação prévia da fonte de custeio total para a concessão de prestação ou benefício compreendido na previdência social, como se lê do precitado parágrafo único do art. 165 da C.F., verbis:

"Parágrafo Único - Nenhuma prestação de serviço de assistência ou de benefício compreendidos na previdência social será criada, majorada ou estendida, sem a correspondente fonte de custeio total".

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials. On the left, there is a large, stylized signature. In the center, there are some initials, possibly "A.L.". On the right, there is another large, stylized signature. The page number "131" is written in the bottom right corner.

Dirigindo-se ao legislador, adverte Manoel Gonçalves Ferreira Filho (Comentários à Constituição Brasileira), a propósito da exigência constitucional de previsão legal da fonte de custeio:

"... conforme o artigo 165, inciso XVI, in fine, a União deve partilhar as despesas de manutenção da previdência social, de modo que não é de se supor a possibilidade de criação demagógica de benefícios sem a previsão das fontes de sua manutenção".

Quando se trata de benefício previdenciário, a Constituição Federal, como visto, exige a previsão em lei da correspondente fonte de custeio.

Ora, como pode, através de sentença normativa, a Justiça do Trabalho, face à tripartição dos poderes, criar benefício previdenciário, ou prover suas fontes de custeio, quando não lhe cabe obviamente o exercício da função legislativa?

Se apenas por lei o salário-família pode ser regulado e concedido, a decisão recorrida emerge e exsurge manifestamente inconstitucional ao impor ao empregador rural a obrigação de concedê-lo sem autorização legal.

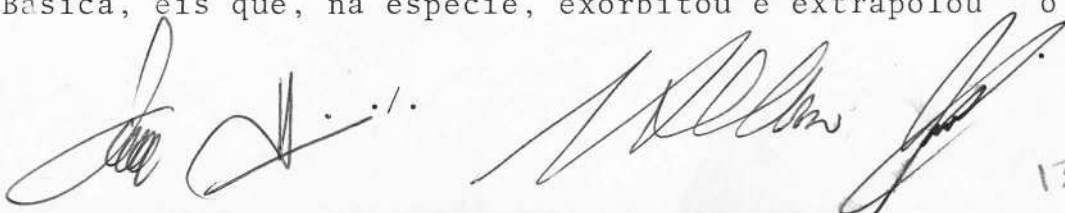
Resta, assim, também, violado pela sentença coletiva ora impugnada, o princípio da reserva legal inserido no artigo 153, § 2º, da Lex Maxima.

Consagrando-o como uma das garantias individuais fundamentais, dispõe o Texto Básico, verbis:

"§ 2º - Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei".

A sentença normativa que impõe obrigação que somente por Lei pode ser estabelecida, fere aquele cânone constitucional.

Afronta, a decisão recorrida, ainda, o disposto no artigo 142, § 1º, da Lei Básica, eis que, na espécie, exorbitou e extrapolou o



eg. Tribunal Regional "a quo" de sua competência normativa.

Não se insere, com efeito, a concessão de salário-família no exercício do poder normativo que a Constituição Federal confere à Justiça do Trabalho, daí porque o acolhimento da reivindicação postulada implica em contrariedade ao artigo 142, § 1º, da Constituição Federal, já que inexistente, na espécie, lei ordinária autorizando a fixação de condições de trabalho a respeito de salário-família.

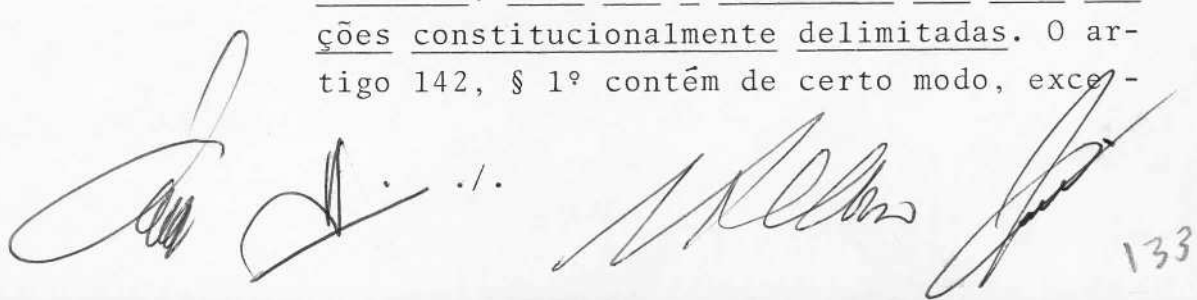
Como disserta Pontes de Miranda, sem lei especificadora, a Justiça do Trabalho não pode ditar normas sobre condições de trabalho. Se a lei não especifica, a elaboração normativa de condições de trabalho é contrária à Constituição.

Eis os ensinamentos do insigne e saudoso jurista:

"A lei especificará os casos em que as decisões, nos dissídios coletivos, podem estabelecer normas e condições de trabalho". A competência oriunda do artigo 142 é independente de lei que especifica; a do § 1º, não. Tem-se procurado discutir a tese da possível função normativa da Justiça do Trabalho com a fácil erudição da literatura facista; porém, sobre isso não cabe discussão: a Justiça do Trabalho tem-na somente nos casos que a lei especifique". (Comentários à Constituição de 1967, Vol. IV, 2a. ed., p.278).

Elucidando ainda a função normativa da Justiça do Trabalho, professa o notável jurisconsulto:

"Sempre que a Justiça do Trabalho edicta regra jurídica, tem de dizer qual a lei que lho permitiu, na espécie. Se o caso não entra nas classes de casos, que a especificação legal discerniu, para dentro dela se exercer a atividade normativa da Justiça do Trabalho, está ela a exorbitar das suas funções constitucionalmente delimitadas. O artigo 142, § 1º contém de certo modo, exce-

 133

ção ao princípio da indelegabilidade de poderes, pois que, com ele, se permitiu que o Congresso Nacional deixasse à Justiça do Trabalho função legislativa". (o.c. p. 278).

Mas, como lembra o excelso e inexcusável mestre:

"A jurisprudência da Justiça do Trabalho não pode ir além do artigo 142, § 1º, isto é, não pode editar normas jurídicas se a lei não lho atribuiu, na espécie, porque estaria a violar o artigo 43 e o artigo 142, § 1º. Competência legislativa somente a tem a Justiça do Trabalho se a lei especificado^{ra} lha deu; se lei especificadora não lha deu, não na tem ela, nem se pode criar, a pretexto de revelação livre do direito. O artigo 142, § 1º, dirige-se também ao Congresso Nacional: não pode ele atribuir função de elaboração normativa à Justiça do Trabalho sem ser em lei que especifique; se a lei não especifica, é contrária à Constituição". (o.c. p. 278/279).

Ainda no plano doutrinário, de igual entendimento, manifesta-se Coqueijo Costa (in LTR 46-4/391) quando professa ser indispensável, para o exercício do poder normativo, a existência da lei especificadora:

"As hipóteses que a lei, autorizada pelo artigo 142, § 1º, da Constituição, especifica como próprias, para, com base nelas, os Tribunais do Trabalho exercerem o poder normativo, dizem respeito ao asseguramento de "justo salário aos trabalhadores", permitindo "também justa retribuição às empresas interessadas". (CLT, art. 766)".

Ao conceder o salário-família ao trabalhador rural canavieiro, o r. Tribunal Regional não o fez autorizado em lei, violando, em consequência o art. 142, § 1º, da Lei Fundamental.





1



535
mude

MULTA DO DISSÍDIO COLETIVO

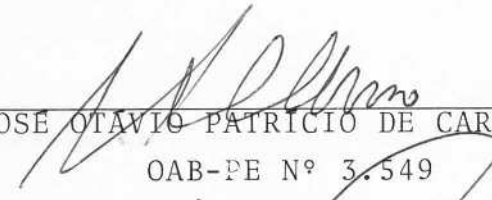
A jurisprudência é mansa e pacífica no sentido de limitar as multas às obrigações de fazer, o que condiz com a lógica dos fatos, uma vez que as cominações de títulos remuneratórios já implicam ressarcimento em dinheiro, com os acréscimos legais cabíveis. Neste sentido, inúmeras vezes decidiu o Colendo Tribunal Superior do Trabalho, e para exemplificar os Recorrentes citam apenas os julgados constantes dos seguintes processos: RO-DC-105/80, Rel. Min. THÉLIO DA COSTA MONTEIRO (DJU de 05.12.80, p. 10.403); RO-DC-117/80, Rel. Min. MIRAN LA LIMA (DJU de 05.12.80, p. 10.404) e RO-DC-31/80, Rel. Min. MARCELO PIMENTEL (DJU de 12 12 80 p. 10.671), cujas ementas foram transcritas no Repertório de Jurisprudência Trabalhista de João de Lima Teixeira Filho (Livraria Freitas Bastos S.A., ed. 1982, p. 316/317).

Deve, pois, o Colendo TST, dar provimento ao presente apelo para restringir a cláusula penal às obrigações de fazer, bem como reduzir o valor pecuniário a 50% (cinquenta por cento) do valor de referência regional, em virtude da realidade econômico-social do setor.

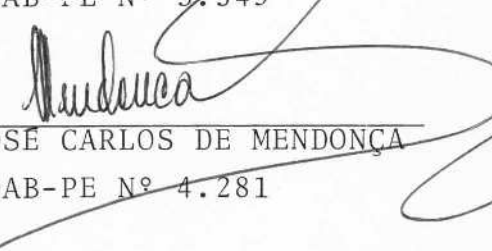
CONCLUSÃO

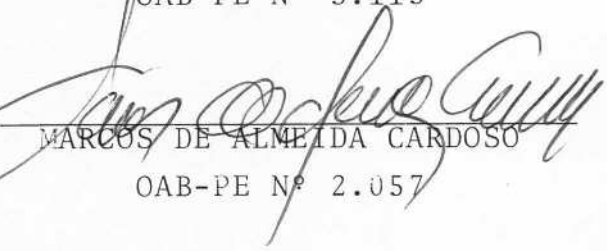
À vista do exposto, pedem e esperam os Recorrentes sejam acolhidas as razões acima, com a pretendida reforma do julgado regional, para restabelecimento do Direito e da Justiça.

Recife, 09 de dezembro de 1982 (08/12 foi feriado municipal, vide petição do dissídio).


JOSE OTAVIO PATRICIO DE CARVALHO
OAB-PE Nº 3.549


PEDRO PAULO PEREIRA DA NOBREGA
OAB-PE Nº 3.113


HORACIO JOSE CARLOS DE MENDONÇA
OAB-PE Nº 4.281


MARCOS DE ALMEIDA CARDOSO
OAB-PE Nº 2.057

Souza Carvalho Miranda — Mat. — Requeira oportunamente

Cancelamento de Abono de Família:

Pet. n. 1239/67 — Antônio Ferreira Marinho — Mat. 5293 — Cancele-se o abono do dependente José, a partir de 12.5.61, nos termos das informações.

Pet. n. 1673/67 — Djalma Pereira dos Santos — Mat. 3342 — Cancelem-se os abonos dos dependentes Almerice (esposa), Djalma, Maria Auxiliadora, Maria de Fátima e Maria Bernadete, a partir de 1.6.1967.

Abono de Família:

Pet. n. 1418/67 — Ivan Praça Laranjeira — Mat. 301 — Deferido. Conceda-se o abono do dependente Ivan, a partir de 18.3.67, nos termos das informações.

Pet. n. 1655/67 — Bartolomeu de França — Mat. 7676 — Deferido. Conceda-se o abono do dependente Roberto Carlos, a partir de 3.5.67, nos termos das informações.

Secretaria de Finanças

A V I S O

O Secretário de Finanças avisa que a cobrança do imposto de Indústria e Profissões de que trata o Edital n. 3, de 6 do mês em curso, desta Secretaria, refere-se ao exercício de 1966, cujo cálculo é feito na base do Movimento Econômico realizado no ano de 1965.

Recife, 25 de abril de 1967.

a) Eduardo Barbosa — Secretário

(Reproduzido por ter saído com incorreção)

CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

LEI N. 9771

EMENTA: — Institui feriados religiosos, obedecendo ao disposto no Decreto-Lei n. 86, de 27 de dezembro de 1966.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE:

Faz saber que o Poder Legislativo decreta e promulga a seguinte Lei:

ART. 1º — Ficam considerados feriados religiosos, de acordo com a tradição local e observado o disposto no Decreto-Lei n. 86, de 27 de dezembro de 1966, além da Sexta-feira da Paixão, os dias 24 de Junho (Dia de São João); 16 de Julho (Dia de N. S. do Carmo, Padroeira do Recife) e 8 de Dezembro (Dia de N. S. da Conceição).

ART. 2º — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE, em 6 de junho de 1967.

a) RIVALDO ALLAIN
Presidente

DESPACHOS

O Senhor Secretário Executivo desta Câmara proferiu os seguintes Despachos:

Em 1.6.67

ABONO DE ATRASOS

Petição:

548/67 — do funcionário Sebastião Eurico Silva — Deferido.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO — DEPARTAMENTO DO ESSOAL

CONVITE N.º 51

Fica convidado a comparecer ao Departamento do Pessoal, no horário das 15 às 18 horas, o funcionário JOSÉ RAIMUNDO DA SILVA, Servente Padrão "B", matrícula 4365, a fim de tratar de assunto referente à petição n.º 2829/66.

Recife, 30 de maio de 1967.

a) Otoniel Marinho Espindola
— Diretor

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TRAÇÃO

DEPARTAMENTO DO

PESSOAL

EDITAL N. 5

Pelo presente, fica convidado o funcionário IDILSON ROMEU CORUSO PAES, Desenhista Copista, padrão "E", matrícula 6879, a reassumir o seu cargo nesta Prefeitura, no prazo de oito (8) dias, a contar da primeira publicação deste Edital, sob pena de ser demitido, por abandono do cargo, de acordo com os artigos 41, parágrafo 1.º, e 205, item II, da Lei n. 1691/53 (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS).

Recife, 3 de junho de 1967.

a) Otoniel Marinho Espindola
Diretor

ABONO DE FAMÍLIA

Petição

553/67 — do funcionário Paulo José de Santana Pereira — Deferido.

ABONO DE ATRASOS

Petição:

556/67 — do funcionário ISAIAS GOMES COLOIA — Abono os atrasos, desde que não exceda o limite de três dias, na forma da legislação estatutária.

559/67 — da funcionária Emir Dias da Fonseca — Deferido.

Em 2.6.67

FÉRIAS LEI 102

Petição

557/67 — do funcionário Reginaldo da Silva Fraga — Deferido.

Petição

558/67 — do funcionário Egidio Lopes Reis — Deferido.

DESPACHOS

O Senhor Presidente desta Câmara em virtude de decisão da Comissão Executiva proferiu os seguintes despachos:

Em 1.6.67

ABONO DE FALTAS

Petição

524/67 — da funcionária Maria das Neves Praxedes — Deferido.

DESPACHOS

O Sr. Secretário Executivo desta Câmara proferiu os seguintes despachos:

Em 5.6.67

ABONO DE FALTAS

Petição

563/67 — da funcionária Erelida Xavier Costa — Abone-se as faltas dos dias 30 e 31 e

REPARTIÇÃO

Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça

EDITAL DE CITAÇÃO

O Secretário da Comissão de Inquérito Administrativo, designada pela Portaria n. 31, de 4 de abril de 1967, do Excelentíssimo Senhor Secretário do Interior e Justiça, tendo em vista o disposto no § 2º do Artigo 224, da Lei 1691, de 16.10.1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e dos Municípios), cita pelo presente edital JOSÉ DÁCIO GOMES DE CASTRO, assessor de Organização Administrativo, Padrão N. da Secretaria do Interior e Justiça posto à disposição da Companhia de Refenda

CARTÓRIO JOÃO ROMA
1.º Ofício de Notas
Mancel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Lima - Substituto
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.
Dou fé _____ de _____ de 19____
Recife, _____ de _____ de 19____
O Sexto Tabelião Público
Rua do Imperador, 354 - Recife - PE

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEX
TA REGIÃO.

RECORRENTE: SINDICATO DOS CULTIVADORES DE CANA DE AÇÚCAR NO ESTADO DE
PERNAMBUCO

RECORRIDOS: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CARPINA E OUTROS
(43)

DISSÍDIO COLETIVO - PROC. TRT-DC 22/82

JUSTIÇA DO TRABALHO
T.R.T. - 6ª REGIÃO
009205
LIVROS 108
PROT. 108

SINDICATO DOS CULTIVADORES DE CANA DE AÇÚ-
CAR NO ESTADO DE PERNAMBUCO, nos autos do Dissídio Coletivo de Nature
za Jurídica, Proc. TRT-DC-22/82, não se conformando, data venia, com
a respeitável decisão que julgou improcedente a ação coletiva declara
tória, vem, por seus bastantes procuradores infra-assinados, na forma
do art. 895, letra "b", da Consolidação das Leis do Trabalho, inter -
por Recurso Ordinário para o colendo Tribunal Superior do Trabalho ,
com fundamento nas razões constantes do memorial anexo, cuja juntada
ora requer ao referido processo.

Satisfeitos os pressupostos legais de sua
admissibilidade, requer o Recorrente que se digne V.Exa receber o pre
sente Recurso Ordinário e encaminhá-lo ao venerável Tribunal Superior
do Trabalho, onde espera vê-lo conhecido e provido, como de direito e
de suma Justiça.

Requer o Recorrente ainda que se digne V.Exa.
determinar sejam remetidos os autos ao Contador para fins de cálculo
das custas, intimando-se o Recorrente, oportunamente para o pagamento.

Nesses termos,
pede deferimento

Recife, 17 de novembro de 1982

MARCOS DE ALMEIDA CARDOSO - adv.

adv.

JOAO ROMA
Ofício de Notas
Mazuel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Roma - Substituto
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado.
Rec. de 12 de 19
O Sexto Tabelião Público
Rua do Imperador, Recife - PE

10. Nacunto do Pothorsto ussao, secretino, e cewhant nahante
no solzno-kshtus.

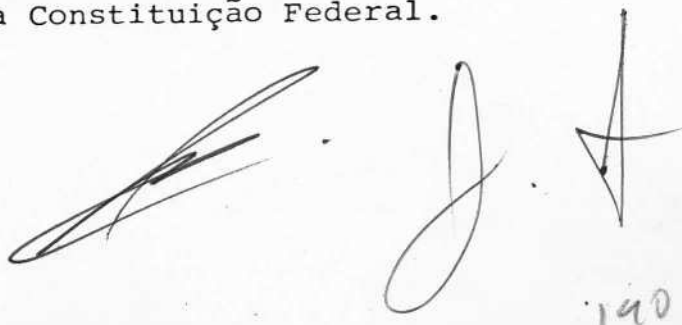
EMINENTES MINISTROS:

"Quando a Constituição define um direito - é auto-executável, tem aplicação automática e é aplicada independentemente de qualquer provimento complementar. Quando, porém, cria situações que exigem o estabelecimento de condições ' de aquisição ou de exercício a legislatura tem que estatuir os requisitos e a forma de efetivação, baixando o diploma regulamentar. Em tais hipóteses, enquanto não é aprovada a lei complementar, o dispositivo constitucional resta inaplicável". (Caio ' Mário da Silva Pereira, Instituições, 4a. ed., 1974, p.96).

"A igualdade perante a lei não exclui a desigualdade de tratamento indispensável em face de particularidades de situações". (M. Gonçalves Ferreira Filho, Comentários à Constituição Brasileira, art. 153, § 1º, 2a. ed., Vol. 3, p. 24).

O presente Dissídio Coletivo de Natureza Jurídica foi ajuizado para obter, por via de sentença declaratória, a interpretação da lei, quanto à inexistência de obrigação, para o empregador rural, de pagar o salário-família ao seu trabalhador.

Julgando a ação declaratória, o egrégio Tribunal a quo reconheceu, todavia, ter o trabalhador rural direito ao salário-família, quer sob o fundamento do artigo 165, inciso II, quer ' sob a invocação do artigo 153, § 1º, da Constituição Federal.



CARTÓRIO JOÃO ROMA
C.º Ofício de Notas

~~Manoel Rodrigues de Araújo~~ - Tabelião em Exercício
~~Carlos Alberto Ribeiro Lima~~ - Substituto

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.

Deu-se
Recife, _____ de _____ de 19____

O Sexto Tabelião Público

Rua do Imperador, 354 - Recife - PE

[Handwritten signature]

541
num

Cabe, a propósito, transcrever a ementa do v. acórdão regional, que traduz os fundamentos da sentença coletiva sub re - cursum com a seguinte redação:

"O direito ao salário-família é norma constitucional auto-aplicável abrangendo, assim, todos os trabalhadores sem qualquer distinção de classe, consagrado, ainda, pelo princípio de isonomia no artigo 153, § 1º, da Constituição Federal".

Citando os comentários à Constituição Federal, do sempre lembrado Pontes de Miranda, sobre o salário-mínimo, diz o douto Juiz Relator em seu voto, verbis:

"Diante de tão incisivo comentário, outra não pode ser a conclusão quanto a ser auto-aplicável o contido no item II do artigo 165 da Constituição Federal".

Inseguro, entretanto, da fundamentação do seu voto, para deferir o salário-família com base no precitado artigo 165, II, da Carta Política, aduz, alternativamente, o ilustrado Relator:

"Mas, ainda que não se considere auto-aplicável o citado preceito constitucional, o princípio da isonomia consagrado no artigo 153, § 1º, da Carta Magna assegura o referido direito ao trabalhador rural. Trata-se de princípio contido na Carta de Declaração dos Direitos Humanos. E, em decorrência dele, todos os trabalhadores são iguais perante a lei, gozando dos mesmos direitos e benefícios".

Remata, ao final, o nobre Relator, seu voto pela improcedência do dissídio coletivo, acolhido pelo eg. Tribunal a quo.

Mas, concessa venia, a respeitável sentença recorrida merece censura e reparo, não podendo prevalecer quer ao invocar-se o artigo 165, inciso II, quer ao do artigo 153, § 1º, da Carta Magna.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
141

CARTÃO DE ROMA
12 (doze) de Fitas

Manoel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Lima - Substituto

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.

Dou fe, _____ de _____ de 19____

Recife, _____ de _____ de 19____

O Sexto Tabelião Público

Rua do Imperador, 75 - Recife - PE

Handwritten signature

542
m/04

NÃO AUTO-APLICABILIDADE DO ARTIGO 165,
INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Ao fundamento de que o artigo 165, inciso II, da Carta Magna - é auto-aplicável - a decisão recorrida reconheceu ao trabalhador rural o direito ao salário-família.

Mas, data venia, o eg. Tribunal a quo incorre em flagrante equívoco ao ter o item II do art. 165 da CF como auto-executável.

Estatui a pluricitada norma constitucional:

"Art. 165 - A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria de sua condição salarial:

I ...

II - salário-família aos seus dependentes".

A disposição constitucional atribui o salário-família aos trabalhadores. Mas, a norma não é auto-executável porque lhe falta eficácia plena e imediata. Carece de regra pela qual se pode fruir e preservar o direito assegurado, ou executar o dever imposto.

Inspirado na doutrina constitucional americana, leciona Rui Barbosa (Comentários à Constituição), introduzindo a expressão auto-executável no vocabulário da teoria do Direito Constitucional no Brasil:

"Executáveis por si mesmos, ou auto-executáveis - se nos permitem uma expressão que traduza ' num só vocábulo o inglês Self-executing - são portanto as determinações, para executar, as ' quais não se haja mister de constituir uma autoridade, nem criar ou indicar um processo especial, e aquelas onde o direito instituído se acha armado por si mesmo, pela sua própria natureza, dos seus meios de execução e preservação".

Handwritten signature

Handwritten signature

142

CARTÓRIO JOÃO ROMA
C.º Offício de Notas
Mandel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Roma - Substituto
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.
Em té. de 12 de 1982
Recife - O Sexto Tabelião Público
Rua do Imperador, 251 - Recife - PE

[Handwritten signature]

543
mbl

Acrescenta ainda o sempre lembrado jurista, a propósito das normas constitucionais:

"Mas nem todas as disposições constitucionais são auto-executáveis. As mais delas, pelo contrário, não o são. A Constituição não se executa a si mesma: antes requer a ação legislativa, para lhe tornar efetivos os preceitos".

A doutrina norte-americana, notadamente com Cooley, no seu Tratado das Limitações Constitucionais, seguido no Brasil por Rui Barbosa, procedeu à distinção entre normas constitucionais auto-executáveis e não auto-executáveis.

Os norte-americanos e/ Cooley usam expressões como self-executing, self-enforcing, self-acting, ou, à maneira inversa, os termos; not self-executing, not self-enforcing e not self-acting.

Segundo Cooley, a norma constitucional é auto-aplicável quando fornece uma regra pela qual se pode fruir e resguardar o direito outorgado, ou executar o dever imposto.

Ainda de acordo com o eminente constitucionalista americano a norma é não auto-aplicável quando apenas indica princípios sem estabelecer regras mediante as quais se lhes dê vigor de leis (v. Pinto Ferreira, Curso de Direito Constitucional).

A jurisprudência norte-americana acompanha os pronunciamentos doutrinários, cabendo referir que a Suprema Corte norte-americana já declarou, em memorável acórdão, que uma disposição constitucional é auto-executável quando completa no que lhe determina e lhe é supérfluo o auxílio de lei para exprimir tudo o que intenta e realizar tudo que exprime (o. c.).

A doutrina e a jurisprudência americanas ensinam ainda que os casos de disposições constitucionais executáveis por si mesmas são excepcionais. De ordinário, as normas constitucionais não o são. Como exemplo de normas constitucionais apontam as proibitivas ou negativas.

[Large handwritten signature]

[Handwritten mark]

CARTÃO DE NOTAS ROMA
Mandei Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Lima - Substituto
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.
Dada em _____ de _____ de 19____
Recife, _____
O Sexto Tabelião Público
Rua do Imperador, _____ Recife - PE

Entre nós, Pontes de Miranda alude às regras bastantes em si ou não bastantes em si, consoante devam dispensar ou não regulamentação. As primeiras não precisam de complementação para que possam ser aplicadas. As outras necessitam da legislação complementar.

Eis a lição do saudoso e inextinguível jurista:

"Quando uma regra se basta, por si mesma, para sua incidência, diz-se bastante em si, self-executing, self-acting, self-enforcing. Quando, porém, precisam de regras jurídicas de regulamentação, porque, sem a criação de novas regras jurídicas, que as completem ou suplementem, não poderiam incidir e, pois, ser aplicadas, dizem-se não bastantes em si."

Sobre as duas categorias de normas constitucionais, vale, a propósito, lembrar o ensinamento de Caio Mário:

"Quando a Constituição define um direito, é auto-executável, tem aplicação automática e é aplicada independentemente de qualquer provimento complementar. Quando, porém, cria situações que exigem o estabelecimento de condições de aquisição ou de exercício, a legislatura tem que estatuir os requisitos e a forma de efetivação, baixando o diploma regulamentar. Em tais hipóteses, enquanto não é aprovado a lei complementar, o dispositivo constitucional resta inaplicável".

Ainda na doutrina nacional, convém salientar, com Rui Barbosa, inspirado decerto em Cooley, que as normas auto-executáveis obrigam a operar na sua maior amplitude. Mas as normas não auto-executáveis são incompletas. Estas exigem leis orgânicas, legislação complementar ou lei suplementar (Comentários, p. 482 e 492).

Procede, assim, à discriminação adequada entre as disposições constitucionais inexecutáveis enquanto não legislativamente reguladas as normas constitucionais imediatamente executáveis

144

CARTÃO DE NOTAS ROMA

Manoel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Lima - Substituto

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.

Dou fé

Recife, 12 de 19

O Sexto Tabelião Público

Rua do Imperador, 354 - Recife - PE



545
mme

veis, para elucidar ainda que entre os textos constitucionais executáveis sem o concurso da legislação aplicativa sobressaem os de caráter proibitório.

Rui não emprega a palavra eficácia hoje muito aplicada, mas termos jurídicos correspondentes, como efetividade da disposição constitucional, aplicabilidade dos textos constitucionais, exequibilidade dos preceitos constitucionais.

As regras constitucionais, como lembrou o insigne jurista, quando proibitivas ou negativas são tidas como auto-aplicáveis.

Exemplo de norma auto-executável na Constituição Federal brasileira é a do art. 99, ao dispor:

"É vedada a acumulação remunerada de cargos e funções públicas exceto:

- I - a de Juiz com o cargo de Professor;
- II - a de dois cargos de professor;
- III - a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- IV - a de dois cargos privativos de médico".

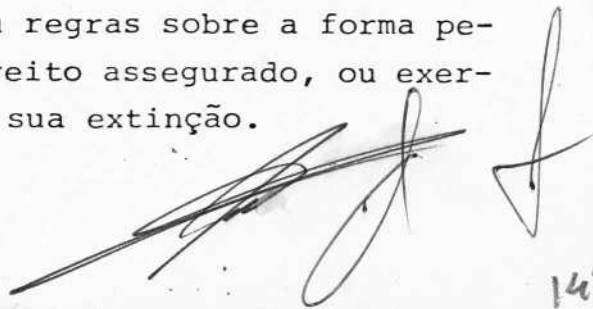
Outro exemplo tem-se no art. 153, § 4º, da C.F., primeira parte, quando dispõe:

"A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual".

Não auto-executável é ainda, v.g. a norma do § 23 do art. 153 da Carta Política, quando preceitua:

"É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observado as condições de trabalho que ali estabelecer."

Mas, à summa evidência, o inciso II do art. 165 da Carta Magna não contém disposições ou regras sobre a forma pela qual se pode fruir e resguardar o direito assegurado, ou exercer o dever imposto. Ou ainda sobre a sua extinção.



145

CARTÓRIO JOÃO ROMA

1.º Ofício de Notas

Mancel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Roma - Substituto

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.

Dou fé
Recife de 12 de 19
O Sexto Tabelião Público

Rua do Imperador, 15

Recife



546
mole

O Supremo Tribunal Federal, como guardião da Carta Federal, tem reiterado em pronunciamentos memoráveis que no art. 165 da C.F. auto-aplicável é apenas o inciso IV, que trata do salário noturno.

Cabe a propósito citar o seguinte trecho do ' voto proferido pelo eminente Ministro Cunha Peixoto no RE 85.113 - RJ, consagrando o entendimento acima exposto e aludindo a pronunciamentos anteriores da Suprema Corte:

"Finalmente, este colendo Supremo Tribunal Federal já decidiu que, entre os incisos' do art. 165 da Constituição, o único auto-aplicável é o de nº IV, que diz respeito ao trabalho noturno". (v. R.T.J. do STF, abril-80, p. 92/191).

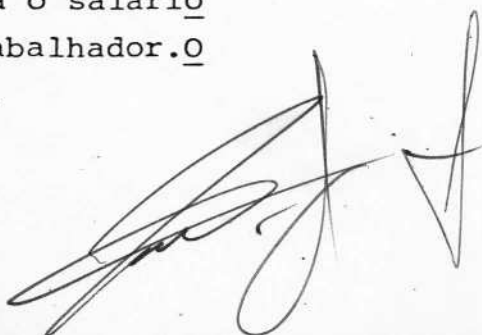
A firme orientação do Excelso Pretório, proclamada nesse aresto, vem frequentemente lembrada em outros, por ocasião da apreciação de recursos extraordinários, como o a seguir transcrito, de que cabe referir os seguintes trechos:

"Este colendo Supremo Tribunal já decidiu que, entre os incisos do artigo 165 da Constituição, o único auto-aplicável é o de nº IV, que diz respeito ao trabalho noturno".

"Nunca é demais acrescentar que o artigo' 165 da Constituição Federal estabelece ' um princípio de conteúdo mínimo, dirigido à tutela do trabalho". (RE 84.640 - SP, Pleno, in R.T.J., 92/172).

No plano da doutrina, vale transcrever o ensinamento de Messias Donato (Curso), que entende não ser auto-aplicável a pluricitada norma fundamental:

"A Constituição Federal assegura o salário-família aos dependentes do trabalhador. O preceito não é auto-aplicável".



146

CARTÓRIO JOÃO ROMA
1.º Ofício de Notas
Manoel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Roma - Substituto
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.
Dado em _____ de _____ de 19____
Recife, _____ de _____ de 19____
O Sexto Tabelião Público
Rua do Imperador, _____ nº ____

[Handwritten signature]

547
mte

"Tem direito ao salário-família todo empregado como tal definido no art. 3º e seu parágrafo único da Consolidação das Leis do Trabalho, qualquer que seja o valor e a forma de sua remuneração das empresas mencionadas no artigo 2º, com a ressalva constante da parte final do mesmo artigo".

A Consolidação das Leis da Previdência Social (CLPS), aprovada pelo Decreto nº 77.077, de 24.01.76, dispondo no seu art. 45 sobre o salário-família, restringe-o ao empregado urbano, verbis:

"Art. 45 - O salário-família será devido ao empregado, como definido na Consolidação das Leis do Trabalho, de empresa abrangida pelo regime desta Consolidação, qualquer que seja o seu valor e a forma de sua remuneração, na proporção do respectivo número de filhos".

Como visto, o titular do direito ao salário-família é o empregado como tal definido na CLT. Mais ainda: de empresa abrangida pelo regime da CLPS (Regime Geral da Previdência Social).

Depois da criação do SIMPAS, o Decreto 83.080, que aprovou o Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, dispõe, no seu art. 98, inciso I, que o salário-família é apenas devido a quem é empregado de empresa abrangida pela previdência social urbana, *ipsis litteris*:

"Art. 98 - Têm direito ao salário-família:

- I - O empregado, como definido na legislação do trabalho, de empresa abrangida pela previdência social urbana, qualquer que seja o valor e a forma de sua remuneração".

De acordo com as disposições dos diplomas legais citados, os trabalhadores rurais foram excluídos, pois não

[Handwritten signature]
147

CARTÓRIO J. DO ROMA
1ª Of. de Notas
Manoel Rodrigues da Silva - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Lima - Substituto
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.
Dou fé
Recife, de 12 de 1912
O Sexto Tabelião Público



548
NUM

Se o art. 165, inciso II, da Lei Fundamental não fixa requisitos de aquisição ou condições de efetivação ou exercício do direito assegurado falta-lhe auto-aplicabilidade, carece de eficácia plena e imediata, depende enfim de regulamentação, i.e., para incidir há que estar regulamentado.

DA INEXISTÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO LEGAL
DO SALÁRIO-FAMÍLIA EM FAVOR DO TRABALHADOR RURAL VINCULADO AO PRORURAL.

Quanto à existência de regulamentação legal do salário-família para o empregado urbano - não existe qualquer dúvida. Instituído o salário-família, para o trabalhador urbano, reza o art. 1º da Lei 4.266, de 03.10.63, in litteris:

"O salário-família, instituído por esta lei, será devido pelas empresas vinculadas à Previdência Social, a todo empregado, como tal definido na Consolidação das Leis do Trabalho, qualquer que seja o valor e a forma de sua remuneração e na proporção do respectivo número de filhos".

Já no Decreto nº 53.153, de 10.12.63, que aprovou o Regulamento da Lei nº 4.266/63, foi estabelecido ser o salário-família devido aos empregados vinculados ao regime geral da Previdência Social:

"O salário-família é devido aos seus empregados por todas as empresas vinculadas ao sistema geral da Previdência Social instituído pela Lei nº 3.807 de 26.08.63 (Lei Orgânica da Previdência Social) e como tal nessa mesma Lei definidas, excetuadas as repartições públicas, autarquias e quaisquer outras entidades públicas ...".

Limitando ainda o direito ao salário-família apenas ao empregado como tal definido na CLT, prescreveu o art. 3º do aludido Regulamento, nesses termos:



ANTONIO JOAO LIMA
1º Grau de Letras
Mestre Rodrigues da Silva - Substituto em Exercício
Linha Alberto Lima - Substituto
Certifico que a presente copia é a reprodu-
ção fiel do original que foi apresentada
Deu-se em _____ de _____ de 19____
Recife, O Secretario Publico

Rua do Imperador, 364 - Recife - PE

integram o regime geral da previdência social, mas sim o regime especial do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL).

Ao excluir expressamente o trabalhador rural de suas normas, a lei ordinária que regula o salário-família para o trabalhador urbano, não pode ser aplicado por analogia.

Existe, com efeito, exclusão expressa do trabalhador rural do campo de incidência da lei ordinária que trata do benefício do salário-família.

Na Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807/60), o art. 3º, inciso II, exclui o trabalhador rural nesses termos:

"Art. 3º - São excluídos do regime desta lei:

I - ...

II - os trabalhadores rurais assim entendidos os que cultivam a terra e os empregados domésticos ...".

O artigo 3º da Consolidação das Leis da Previdência Social, regulando a Previdência Urbana, exclui também o trabalhador rural, nesses termos:

"Art. 3º - São excluídos do regime desta Consolidação:

I - ...

II - os trabalhadores rurais, assim definidos na forma da legislação própria".

Depois do advento do SINPAS, o Decreto nº 83.080, que disciplinou e sistematizou os vários regimes de Previdência Social (o geral e os especiais), aludiu também ao trabalhador rural para retirar-lhe, entretanto, expressamente, o benefício do salário-família.

Estatui o artigo 5º, inciso IV, do precitado Decreto:

"Art. 5º - Estão excluídos da previdência social urbana:

...

CARTÓRIO JOÃO ROMA
1.º Ofício de Notas
Manoel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Roma - Substituto
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.
Dada em _____ de _____ de 19____
Recife, _____ de _____ de 19____
O Sexto Tabelião Público

Rua do Iluminado, 55 - Recife - PE

[Handwritten signature]
550
mole

IV - o trabalhador rural e o segurado empregador rural, de que trata a Parte II, ressalvado o disposto nos itens VII a XI do artigo 3º".

Cumpre ainda assinalar que o regime especial do PRORURAL, objeto da Lei Complementar 11/71 alterada pela LC 16/73, de sua vez, não inscreve nem contempla o salário-família como benefício no rol de suas prestações de caráter pecuniário.

Como examinado, inexistente regulamentação pela lei ordinária do benefício do salário-família para o trabalhador rural, excluído expressamente nos diplomas legais precitados.

IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA LEI PREVIDENCIÁRIA
URBANA AO TRABALHADOR RURAL MEDIANTE ANALOGIA

A decisão, que, só para argumentar, pretendesse, sob a invocação das disposições da legislação ordinária examinada, conceder, por analogia, o salário-família ao trabalhador rural, evidenciar-se-ia absurda.

Segundo dispõe o art. 4º da Lei de Introdução do Código Civil, a analogia só se aplica no caso de omissão, verbis:

"Art. 4º - Quando a lei for omissa, o Juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito".

A CLT prevê também que, na hipótese de omissão, seja aplicada, por analogia, a lei do trabalho, verbis:

"Art. 8º - As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia ...".

[Handwritten signatures]

CARTÓRIO J. J. R. R. A.
1º Ofício de Leilões

Manoel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Roma - Substituto

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.

Out. f.º _____ de 19____

Recife, _____ de 19____

O Sexto Tabelião Público

Rua do Imperador, 251 - Recife - PE

Para o ínclito Serpa Lopes (Curso de Direito Civil, vol. I, 2a. ed., 1957), a analogia é processo lógico tendente a preencher as lacunas da lei.

De acordo com o respeitado civilista, constitui a omissão pressuposto inafastável do método analógico (Curso, vol. I, pág. 168), *ipsis litteris*:

"Os requisitos constitutivos da analogia são os seguintes: 1º) uma lacuna da lei, ou seja, a falta de uma disposição legal prevenindo o caso que carece de ser regulado e decidido; 2º) uma semelhança entre a relação não contemplada, se bem que diversa das contempladas, com uma destas; 3º) identidade".

(Grifos do Recorrente).

Para Caio Mário (Instituições, vol. I, pág. 76), a analogia não é técnica de interpretação mas verdadeira fonte de direito, se bem que subsidiária, lembrando ainda que o legislador assim a considera diante do preceituado na Lei de Introdução ao Código Civil (art. 4º).

Elucidando quando pode ser utilizada, ou aplicada, aduz o ilustrado Caio Mário (Instituições, pág. 77):

"Para que tenha cabimento é necessário que se verifique uma omissão, um vazio no texto legal, pois que se este é abrangente do caso de espécie focalizado far-se-á meramente a aplicação pessoal; e, ainda, que a hipótese guarde relação de semelhança com aquela que o legislador imediatamente previu".

O ensinamento de M. V. Russomano, mestre sempre lembrado na doutrina do Direito do Trabalho, deve, aqui, ser citado, ao comentar o art. 8º da CLT (Com. à CLT, ed. Forense, 1982, pág. 46):

"Dá-se a analogia quando se aplicam princípios teóricos, ou textos positivos ao caso omissivo ou semelhante. É o que se afirma, no primeiro

151

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
do Município de Recife

Marcos Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Poma - Substituto

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.

Dou fé,

Recife, 07 de 12 de 1982

O Sexto Tabelião Público

Rua do Imperador, 100 - Recife - PE

552
mmh

caso, analogia jurídica; é, no segundo caso, analogia legal".

A aplicação de determinada norma por analogia, como visto, requer, sempre, como pressuposto inafastável, a falta ou omissão, na regulamentação legal.

Inexistindo, no caso do salário-família ao trabalhador rural, omissão ou falta, mas, sim, expressa exclusão legal do rurícola pela lei previdenciária, não se pode, concessa venia do douto parecer da Procuradoria Geral, aplicar texto que não pode incidir.

A matéria está a depender de regulamentação pela União, para que o inciso II do art. 65 da C.F. possa ser invocado.

A União caberá, com efeito, expedir, a teor do art. 89, inciso XVII, letra "c", da Constituição Federal, através do Congresso Nacional, na forma do "caput" do art. 43 da Carta Magna, a competente regulamentação.

De jure constituendo, a iniciativa do legislador poderia ser considerada louvável. Mas, de jure constituto, inexiste obrigação para o empregador rural pagar o salário-família ao seu trabalhador vinculado ao sistema do PRORURAL.

DO SALÁRIO-FAMÍLIA COMO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

Num dos seus mais recentes e brilhantes pareceres, Arnaldo Sussekind e Délio Maranhão, respondendo à consulta formulada pela Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Alcool de Pernambuco Ltda., concluem pela inexistência de direito ao salário-família quanto aos empregados do setor agrícola das Usinas de Açúcar.

Segundo os preclaros juristas, ressalvadas as exceções previstas no art. 31 da Lei Complementar 11/71 e no parágrafo único do art. 49 da Lei Complementar 16/73, os empregados que trabalham no setor rural das Usinas são vinculados ao regime geral da Previdência Social.

Eis, brevitatis causa, as conclusões formuladas pelos insígnis jurisconsultos no douto parecer elaborado, com da

CARTÓRIO JOÃO ROMA

6.º Ofício de Notas

Marcel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício

Carlos Alberto Ribeiro Roma - Substituto

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada

Deu fé

Recebi em 12 de 1982

O Sexto Tabelião Público

Rua do Imperador, 75 - Recife - PE

553
mude

ta de 21 de julho de 1982, que o Recorrente incorpora às presentes razões de recurso, como eruditos complementos:

- "A - Os empregados do setor agrícola das Usinas de Açúcar, que executam apenas serviços caracterizadores da atividade rural, são trabalhadores rurais.
- B - Ressalvadas as exceções previstas no Art. 31 da Lei Complementar nº 11, de 1971, e no parágrafo único do art. 4º da Lei Complementar nº 16, de 1973, os empregados que trabalham exclusivamente no setor agrícola das Usinas de Açúcar, estão vinculados ao regime especial da Previdência Social Rural.
- C - O salário-família não é devido aos empregados do setor agrícola das Usinas de Açúcar do Estado de Pernambuco, porquanto não são segurados do regime geral da Previdência Social Urbana.
- D - As Usinas de Açúcar referidas na Consulta não têm meio legal para compensar, nas contribuições recolhidas ao IAPAS, as quantias pagas, a título de salário-família, aos seus empregados que trabalham somente no setor agrícola, por isto que o INPS não prevê esse benefício para os segurados sujeitos ao regime especial da Previdência Social Rural."

De acordo com esse douto pronunciamento, não tem direito o trabalhador rural ao salário-família eis que vinculado ao regime especial da Previdência Social Rural.

O salário-família, cumpre evidenciar, é simples prestação de natureza previdenciária, na forma da legislação atual. Pode-se mesmo afirmar que na Lei nº 4.266/63, face à ampla regulamentação posterior, restam subsistentes apenas obrigações trabalhistas de caráter secundário.

O empregador pode hoje ser tido como simples agente pagador da prestação previdenciária devida pelo INPS ao segurado do regime geral da previdência social.

CARTÓRIO JOÃO ROMEA
1.º Ofício de Notas
Mancel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Poma - Substituto
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.
Dou fé
Recife, 22 de 1982
O Sento Tabelião Público
Rua do Imperador, 304 Recife - PE

Subsistiriam, assim, vigentes naquele diploma legal, apenas algumas obrigações de caráter acessório.

Consoante a lição de Arnaldo Sussekund e Dêlio Maranhão, expendida na fundamentação do citado parecer, a Lei nº 5.890/73 introduziu profundas alterações no sistema do salário-família, posto que essa prestação passou a constituir um dos benefícios do regime geral da Previdência Social (Art. 22, nº I, h, da Lei nº 3.807, de 1960, com a redação dada pela citada lei de 1973).

Os empregadores vinculados a esse regime, acrescentam com inexcedível autoridade os ilustres juristas naquele parecer, passaram, desde então, a conceder o salário-família, reembolsando-se das despesas a esse título realizadas, mediante dedução das respectivas quantias nas contribuições ou arrecadações ao IAPAS.

Prelecionam ainda, no trabalho já várias vezes referido, verbis:

"O credor da prestação é, pois, o empregado a que se aplica o regime geral da Previdência Social Urbana; o devedor, o INPS, em relação aos segurados amparados por esse regime geral".

Transpor o salário-família, ademais, do plano da legislação previdenciária urbana (Regime Geral da Previdência Social) para o âmbito exclusivamente trabalhista, sem direito, assim, o empregador rural, ao reembolso ainda que utilizado fosse o critério da analogia, que se admite aqui apenas como argumento, discriminaria o trabalhador rural de prole numerosa.

A sentença que reconhece o salário-família a favor desse trabalhador afronta, indubitavelmente, além do princípio da reserva legal (art. 153, § 2º, da C.F.), a norma insculpida no art. 165, parágrafo único da Constituição Federal.

Dispõe o precitado parágrafo:

"Parágrafo Único - Nenhuma prestação de serviço de assistência ou de benefício compreendidos na previdência social será "

554
mmu

154

1930 ROMA
Ofício de Tabelas
Manoel Rodrigues de A. A. - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Lima - Substituto
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado.
Dada em _____ de _____ de 1982
Redigida em _____ de _____ de 1982
O Sexto Tabelião Público
Rua do Imperador, 351 - Recife - PE

555
mpe

criada, majorada ou estendida, sem a correspondente fonte de custeio total".

Como adverte Manoel Gonçalves Ferreira Filho (Comentários à Constituição Brasileira), a criação de prestação previdenciária exige a previsão legal da fonte de custeio, verbis:

"Ora, conforme o artigo 165, inciso XVI, in fine, a União deve partilhar as despesas de manutenção da Previdência Social, de modo que não é de se supor a possibilidade de criação demagógica de benefícios sem a previsão das fontes de sua manutenção".

Sé, quanto ao trabalhador abrangido pela previdência social urbana, o preceito constitucional sobre o salário-família se acha regulamentado nos termos da legislação ordinária aqui reportada, carece de regulamentação, ainda, a concessão desse direito ao trabalhador rural, pois a norma do inciso II do art. 165 da Constituição Federal não é auto-aplicável.

DA INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 153, § 1º, DA CARTA MAGNA PARA DEFERIR-SE O SALÁRIO-FAMÍLIA AO TRABALHADOR RURAL VINCULADO AO REGIME ESPECIAL DO PRORURAL.

A venerável decisão recorrida, ora impugnada, não pode prosperar nem prevalecer sob o fundamento do art. 153, § 1º, da Constituição Federal, invocado ainda pelo egrégio Tribunal Regional a quo.

Manifestamente impertinente exsurge a invocação pela respeitável sentença declaratória coletiva, ora recorrida, do princípio da isonomia, estabelecido no art. 153, § 1º, da Carta Política, para embasar a concessão do salário-família à categoria profissional dos trabalhadores rurais vinculados ao regime especial da Lei Complementar nº 11/71 alterada pela Lei Complementar nº 16/73.

A igualdade jurídica, erigida em cânone constitucional como uma das garantias fundamentais, não pode ser interpretada de forma absoluta, como lamentavelmente o foi pelo egrégio

155

CARTÓRIO JUDICIAL ROMA
1.º Ofício de Notas
Manoel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Lima - Substituto
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.
Dou fé
Recife, 17 de 12 de 1982
O Sexto Tabelião Público
Rua do Imperador, 25 - Recife - PE

556
rumo

Tribunal a quo, mas, sim, de modo relativo.

Nesse rumo, o magistério de Djaci Falcão ("A Igualdade Perante a Lei", in Rev. Forense, vol. 195/16), ao dilucidar o princípio:

"A igualdade de proporção deve presidir o tratamento de cada pessoa na esfera econômica social e jurídica. Uma igualdade relativa, proporcional, jamais igualitarismo utópico".

À igualdade jurídica repugnam os privilégios , quer de ordem pessoal, de família ou de classe.

Como corolário do princípio da isonomia, estabelece o § 15, in fine, do art. 153 da Magna Carta:

"Não haverá foro privilegiado, nem tribunais de exceção".

Mas, vale frisar, com Djaci Falcão (o.c.), a instituição da justiça comum, justiça militar, justiça do trabalho e justiça eleitoral não afeta o princípio da igualdade.

Igualmente a regulamentação do trabalho, ou dos benefícios previdenciários, de modo diverso com relação a empregados urbanos e rurais, não fere o princípio da isonomia.

Ninguém contesta as diferenças do meio rural em relação ao urbano. Ninguém impugna as diferenças das condições de trabalho entre o rural e o urbano.

Como professa Manoel Gonçalves Ferreira Filho (Comentários à Constituição Brasileira, vol. III, 2a. ed., pág. 75), verbis:

"A igualdade perante a lei não exclui, em resumo, a desigualdade de tratamento indispensável em face da particularidade de situações."

Para aplicação do princípio da igualdade política faz-se imprescindível a identidade de requisitos e condições, daí

156

CARTÓRIO JOÃO ROMA

Ex.º Ofício de Notas

Manoel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício

Carlos Alberto Ribeiro Roma - Substituto

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado

em _____ de _____ de 19____

O Sexto Tabelião Público

Rua do Imperador, 10 Recife - PE

porque, genericamente, dentro de uma mesma classe, todos os funcionários ou empregados são iguais, mas pode haver diferença de função, de tempo de serviço, de condições de trabalho, de habilitação profissional e outras mais, que desigualem os genericamente iguais (v. Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo, ed. Revista dos Tribunais, 1966, p. 395).

Quando a lei ordinária confere ao trabalhador urbano determinado elenco de benefícios previdenciários, inclusive o salário-família, mas exclui do campo de sua incidência os trabalhadores rurais, porque dispõem esses, face à particularidade de situação, de regime especial, não afronta o princípio da igualdade perante a lei.

A proteção social no Brasil apresenta lenta e progressiva evolução, podendo observar-se que depois da instituição da previdência social urbana, o Estado procura levar ao campo os benefícios da assistência ou previdência social.

Uma economia em desenvolvimento, como a nossa, não comporta, ao entender do Estado, a extensão imediata dos amplos benefícios da previdência social urbana ao campo.

Os mais recentes diplomas legais sobre a previdência social urbana não podem ser reputados inconstitucionais, por ofensa ao princípio da isonomia insculpido no art. 153 § 1º da Lei Fundamental (Lei nº 3.807/60 - Lops; Decreto nº 77077/76 - CLPS e Decreto nº 83080/79 - RBPS).

Nem a Lei Complementar nº 11/71, alterada pela Lei Complementar nº 16/73, que instituiu o regime especial do PRORURAL, padece de vício de inconstitucionalidade por afronta à garantia fundamental da igualdade jurídica agasalhada genericamente na Lei Maior.

A realidades sociais distintas, dá a Lei regulamentação diversa, destinada a reger situações desiguais, compreendendo pessoas e classes em determinadas condições e circunstâncias.

Quando o legislador através da Lei nº 5889/73 fixa regras específicas e próprias para o trabalho rural, não ofende também, como é óbvio, o cânone da igualdade jurídica.

557
muel

157

Manoel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Lima - Substituto

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado.

Dada fé,
Recife, 07 de 12 de 1982

O Sexto Tabelião Público

Rua do Imperador, 75 Recife - PE

Sem razão, pois, o egrégio Tribunal a quo, ao invocar o princípio da isonomia como fundamento da sentença recorrida.

DA CONCLUSÃO:

Como visto, os princípios dos artigos 165, inciso II e 153, § 1º, da Constituição Federal não amparam, nem servem de suporte ou fundamento à r. sentença coletiva, que merece reparo e censura nos termos das razões acima aduzidas.

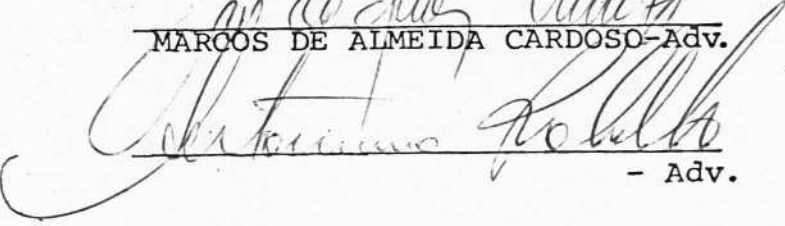
Reconhecendo ter o trabalhador rural vinculado ao regime especial do PRORURAL direito ao salário-família, com evidente ofensa, porém, aos princípios inscritos nos artigos 8º inciso XVII, letras "b" e "c", 43, 81, inciso III, 153, § 2º e 165 § único da Constituição Federal e ainda com afronta aos artigos 2º e 3º da Lei Complementar nº 11/71, alterada pela Lei Complementar 16/73, além da violação do artigo 1º da Lei nº 4266/63, artigo 3º, inciso II, da Lei nº 3807/60, artigo 3º e 45 do Decreto nº 77077/76 (CLPS) e artigos 5º, inciso IV e 98, inciso I do Decreto nº 83080/79, - a respeitável sentença coletiva de natureza declaratória deve, permissa venia, ser reformada.

Isto posto, espera o Recorrente que o Colendo Tribunal Superior do Trabalho, por seus eminentes e preclaros ministros, cujos doutos suplementos ora invoca, acolha o presente Recurso Ordinário, embasado nas razões do direito acima deduzidas, para, reformando a venerável decisão a quo, julgar procedente o DISSÍDIO COLETIVO DE NATUREZA JURÍDICA, como de suma JUSTIÇA.

ITA SPERATUR.

Recife, 30 de novembro de 1982.


MARCOS DE ALMEIDA CARDOSO-Adv.


- Adv.

CARTÓRIO, J. J. R. R. A.
do Ofício de Letras

Manoel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Lima - Substituto

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.

Dou fé,

Recife,

de

de 19

O Sexto Tabelião Público

Rua do Imperador, 354 - Recife - PE

Doc. 3
559
mte

P A R E C E R

DE

ARNALDO SUSSEKIND - DELJO MARANHÃO

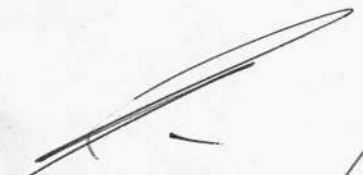
Sobre Consulta formulada pela COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE AÇUCAR E
ALCOOL DE PERNAMBUCO LTDA.

Sumário:

I	- Da Consulta.....	§ 1
II	- Do conceito de trabalhador rural no Direito do Trabalho.....	§§ 2 a 23
III	- Do conceito de trabalhador rural na Previdência Social.....	§§ 24 a 44
IV	- Da situação dos empregados do setor agrícola das Usinas de Açúcar de Pernambuco.....	§§ 45 a 52
V	- Do salário-família como benefício previdenciário...	§§ 53 a 60
VI	- Das conclusões.....	§ 61

Rio de Janeiro

1982




159

CARTÓRIO CERO ROMA
1º Ofício de Notas

Manoel Rodrigues do Azeite - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Lima - Substituto

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.

Dou fé _____ de 1988

Recife, _____ de 12 de 1988

O Sexto Tabelião Público

Rua do Imperador, 253 - Recife - PE

P A R E C E RI - DA CONSULTA

1. A Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Alcool de Pernambuco Ltda. endereçou-nos a seguinte exposição:

"Muito embora a Lei Orgânica na Previdência Social já tenha completado mais de 20 anos de existência, entende esta Cooperativa que o diploma legal de nº 3807, de 26 de agosto de 1960, continua em plena vigência, inclusive quando determina:

"Art. 3º - São excluídos do regime desta Lei:

I -

II - Os trabalhadores rurais, assim entendidos os que cultivam a terra,

Estabeleceu, ainda, a mesma Lei, em seu art. 166, o seguinte:

"Para a extensão do regime desta Lei aos trabalhadores rurais e aos empregados domésticos o poder executivo, por intermédio do Ministério do Trabalho da Indústria e Comércio, promoverá os estudos e inquéritos necessários que deverão ser concluídos e encaminhados ao Poder Legislativo, acompanhado do projeto de Lei, dentro do prazo de um ano, contado da data da publicação desta Lei".

Fora de dúvida que, até então, os trabalhadores rurais, isto é, "aqueles que cultivam a terra", estavam excluídos da Previdência Social Urbana.

Por outro lado, nunca é demais repetir que, nem por força do Decreto-Lei nº 704, de 24/07/69, nem, tão pouco, com fundamento do Decreto-Lei anterior, de nº 564, de 1º de Maio de 1969, o setor rural da agro-indústria do açúcar foi incluído no Sistema Geral da Previdência Social (Lei 3807, de 26 de agosto de 1960), permanecendo, portanto, o setor agrícola das Usinas de Açúcar do Estado de Pernambuco fora do âmbito da Lei Orgânica da Previdência Social.

Embora a Lei 3807, de 26 de agosto de 1960, haja determinado no seu art. 3º, que ficarão excluídos do regime desta Lei os trabalhadores rurais, assim entendidos os que cultivam a terra, o antigo INPS, hoje IAPAS, entendeu de cobrar, com apoio no Decreto nº 48.959-A, de 10 de setembro de 1960, as contribuições previdenciárias sobre o setor agrícola das Usinas.

CARTÓRIO JOÃO ROMA
1.º Ofício de Notas
Magoel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Roma - Substituto
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.
Dada em _____ de _____ de 19____
Recorrido _____ de 19____
O Sexto Tabelião Público
Rua do Imperador, _____ Recife - PE

Como o referido decreto, em seu art. 3º, violou a hierarquia legal, todas as Usinas de Açúcar de Pernambuco impetraram mandado de segurança perante os mais altos tribunais do País que, em reiteradas decisões, consideraram inconstitucional a norma em que o então IAPI se fundamentara para cobrar as contribuições previdenciárias. É oportuno destacar, entre outros, os seguintes acórdãos:

A) Tribunal Federal de Recurso:

- 1 - Acórdão de 17 de junho de 1963, proferido no Mandado de Segurança, em que era interessada a S.A. Agrícola Santa Luzia;
- 2 - Acórdão de 05 de junho de 1964, proferido no Mandado de Segurança de nº 30.541, em que era interessada a Usina Paineras S.A.;
- 3 - Acórdão de 31 de maio de 1966 no Mandado de Segurança de nº 44061, em que eram interessadas a Usina Catende S. A. e outras (transitou em julgado, não havendo recurso para o Supremo).

B) No Supremo Tribunal Federal:

- 1 - Acórdão de 01 de maio de 1967 - no Recurso Extraordinário de nº 61.142, em que era interessada a Usina Paineras S.A.;
- 2 - Acórdão de 06 de abril de 1970 no Recurso Extraordinário de nº 69.189, em que eram interessadas as Usinas Central de Barreiros S/A e outras (impetrado mandado concomitantemente com o da Usina Catende S.A. e outras).

É importante lembrar que, tanto no aspecto legal, como no entendimento administrativo, por força da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, e do despacho da Previdência do então INPS, proferido no processo nº 23.78671/72, o trabalhador rural ficou excluído da Previdência Social Urbana.

A maior demonstração do acerto deste entendimento é que a Lei Complementar de nº 11/71, em seu art. 31 determina:

"A proporção que as empresas atingirem, a critério do Ministério do Trabalho e Previdência Social, suficiente grau de organização, poderão ser incluídos, quanto ao respectivo setor agrícola, no sistema Geral da Previdência Social, mediante Decreto do Poder Executivo".

De onde se conclui que o rurícola da agroindústria continuou vinculado ao Funrural, (hoje, regime especial da Previdência Social Rural), sendo certo que o Poder Executivo nunca veio a aplicar o dispositivo legal em apreço, em relação ao setor agrícola das empresas da agroindústria canavieira.

De fato, cumpre deixar bem claro que, não obstante a duvidosa constitucionalidade da delegação outorgada ao Executivo pela Lei Complementar nº 11, nunca ocorreu nenhuma regulamentação neste sentido. Tanto isto é verdade, que o setor agrícola das Usinas

CARTÓRIO JOÃO ROMA
1.º Ofício de Notas
Mancel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Roma - Substituto
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.
Dou fé.
Recife, 07 de 12 de 1952
O Sexto Tabelião Público
Rua do Imperador, 100 - Recife - PE

de Açúcar de Pernambuco continua, até a presente data, tributário do regime especial da Previdência Social Rural.

Com as precitadas decisões, foram definitivamente julgados os Mandados de Segurança impetrados por todas as Usinas de Açúcar de Pernambuco, constituindo coisa julgada, nos precisos termos do art. 153, item 3º, da Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

O setor agrário das Usinas de Açúcar do Estado de Pernambuco só esteve ligado à Previdência Social Rural a partir de 1963, nos precisos termos dos arts. de nºs 158 § 1º, e 159 da Lei nº 4214, de 02 de março de 1963. (Estatuto do Trabalhador Rural). Posteriormente, a Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Plano Básico de Previdência Social, destinado a atender o setor rural ou agrícola das Usinas, deixou bem claro a exclusão do trabalhador rural da Previdência Social Urbana.

No Brasil, o salário-família foi instituído pela Lei nº 4266, de 03 de outubro de 1963.

De acordo com o artigo 1º dessa Lei, o salário-família é devido apenas aos empregados das empresas vinculadas à Previdência Social Urbana.

Toda legislação posterior, inclusive a Lei nº 6136, de 07 de novembro de 1974, partiu do pressuposto de que o salário-família é pago aos empregados pela própria empresa, com o direito a compensar as quotas pagas, por ocasião do recolhimento das contribuições devidas ao órgão previdenciário, a que está subordinada, verificando-se, portanto, que o empregador é mero antecipador do valor devido pela Previdência Social.

Em face destas considerações, consulta-se:

- A - Os empregados do setor agrícola das Usinas de Açúcar são trabalhadores rurícolas ou industriários?
- B - A que regime de Previdência Social estão vinculados os empregados do setor agrícola das Usinas de Açúcar associadas à Consulente?
- C - É devido o salário-família aos empregados do setor agrícola das Usinas de Açúcar de Pernambuco, não obstante decisões transitadas em julgamento do Tribunal Federal de Recursos e do Supremo Tribunal Federal no sentido de que os referidos empregados estão vinculados à Previdência Social Rural, não sendo devidas, em relação aos mesmos, as contribuições correspondentes à Previdência Social Urbana?
- D - Se o salário-família é um encargo da União custeado por contribuição dos empregadores, que incide sobre a folha de salários dos empregados segurados do sistema geral da Previdência Social Urbana, cabendo às respectivas empresas adiantar o pagamento desse benefício previdenciário?

JOÃO JOÃO ROMA
Escritor de Notas
Rosaal Rodrigues da Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Roma - Substituto
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado.
Doutor, _____
Recife, _____ de _____ de 19____
O Sexto Tabelião Público
Rua do Imperador, 55 Recife - PE

rio e compensá-lo com as contribuições recolhidas ao IAPAS, como poderão as Usinas de açúcar efetivar essa compensação se condenadas pela Justiça do Trabalho a pagar o salário-família a seus empregados do setor agrícola?

II - DO CONCEITO DE TRABALHADOR RURAL NO DIREITO DO TRABALHO

2. A sucessão de leis sobre o conceito de trabalhador rural, adotadas a partir de 1938, aconselha a reprodução dessas normas, com as interpretações que geraram na jurisprudência e na doutrina.

3. A primeira norma a respeito adotada pelo legislador brasileiro foi inserida no Decreto-Lei nº 505, de 16 de junho de 1938:

"Art. 1º. Aplicam-se aos empregados com funções especializadas e permanentes nas seções industriais das usinas de açúcar, bem como nas seções técnicas e nas fábricas de álcool e aguardente anexas àquelas, excetuados os trabalhadores agrícolas, os preceitos da legislação trabalhista vigente que regulam o trabalho nas indústrias" (os grifos são nossos).

4. O Estatuto da Lavoura Canavieira, aprovado pelo Decreto-Lei nº 3.855, de 21 de novembro de 1941, não alterou o disposto no preceito supra transcrito. Entretanto, o art. 7º, letra b, da CLT, que entrou em vigor a 10 de novembro de 1943, ensejou grande controvérsia, ao prescrever:

"Art. 7º. Os preceitos constantes da presente Consolidação, salvo quando for, em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam:

a)

b) aos trabalhadores rurais, assim considerados aqueles que, exercendo funções diretamente ligadas à agricultura e à pecuária, não sejam empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos, ou pela finalidade de suas operações, se classifiquem como industriais ou comerciais."

5. De logo três correntes se formaram, no tocante à interpretação dos elementos que desfigurariam a natureza do contrato de trabalho rural:

a) a primeira, sustentando que as expressões "métodos de exe

CARTÓRIO JOÃO ROMA
1.º Ofício de Notas
Mancel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Roma - Substituto
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.
Dou fé
107 de 12 de 1882
O Sexto Tabelião Público
Rua do Imperador, 55 - Recife - PE

P. 5.
564
mole

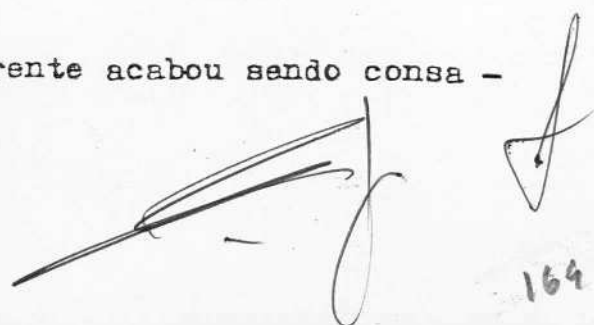
cução dos respectivos trabalhos" e "finalidades de suas operações" concerniam às atividades do empregado e não ao empreendimento empregador, porquanto as palavras "respectivos" e "suas" se referiam ao sujeito da oração — "trabalhadores rurais". Demais disto, a Consolidação de 1943 procura manter o critério adotado pelo Decreto — Lei nº 505, de 1938, conservado pelo Estatuto da Lavoura Canavieira de 1944, que considera industriários os empregados das seções industriais das usinas de álcool e açúcar e rurícolas os que plantavam, cultivavam e colhiam a cana;

- b) a segunda, advogando a tese oposta, no sentido de que a finalidade das operações dizia respeito à empresa, razão por que todos os empregados de uma empresa industrial ou comercial, ainda que trabalhando em atividade agrícola ou na pecuária, deveriam ser considerados industriários ou comerciários;
- c) a terceira, conciliadora das duas primeiras, defendendo a regra de que a qualidade de rurícola, industriário, comerciário, etc. resultava da natureza da atividade realizada pelo estabelecimento onde trabalham. A empresa podia ter vários estabelecimentos empreendendo diversas atividades; mas era a atividade preponderante de cada um deles que determinava o "status" dos correspondentes empregados." (Cf. "Comentários à CLT e à Legislação Complementar" do primeiro signatário deste Parecer, Rio, 2ª ed., Freitas Bastos, Vol. I, págs. 161/3).

6. A primeira corrente foi inicialmente a vitoriosa, tendo o excmo. Supremo Tribunal Federal, ao confirmar decisão da Justiça do Trabalho, afirmado:

"O caráter do trabalho exercido pelo empregado é que determina sua classificação para os efeitos do art. 7º da CLT" (Ac. da 1ª T. de 23.6.47 no AI-13.306; Min. ANIBAL FREIRE, rel.).

No entanto, a tese defendida pela segunda corrente acabou sendo consa —



164

CARTÓRIO JORDO ROMA

1º Ofício de Notas

Mancel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício

Carlos Alberto Ribeiro Lima - Substituto

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.

Por fé

Recife, 07 de 12 de 1982

O Exato Tabelião Público

Rua do Imperador, 731 - 5129-35

grada no julgamento dos litígios anteriores ao Estatuto do Trabalhador Rural, tendo a Suprema Corte adotado, a propósito, a Súmula nº 196:

"Ainda que exerça atividade rural, o empregado de empresa industrial ou comercial é classificado de acordo com a categoria do empregador".

7. É inquestionável que, para a iteração da jurisprudência consolidada nessa Súmula, muito concorreu o fato de que, à época, os trabalhadores rurais ainda não eram destinatários de um sistema legal de proteção ao trabalho, nem de qualquer regime de previdência social. A jurisprudência da Corte Suprema tinha, assim, finalidade eminentemente social. E com os mesmos fundamentos e objetivos, resolveu o Conselho Diretor do Departamento Nacional da Previdência Social baixar a Resolução nº 1.586, de 15 de junho de 1962, incluindo no âmbito da Previdência Social, mediante filiação compulsória aos respectivos Institutos, os empregados de empresas industriais ou comerciais que exercessem atividades rurais ou trabalhassem nos setores agrícolas dessas empresas.

8. Releva ponderar, todavia, que se a interpretação consubstanciada na Súmula 196 era aplicável, de um modo geral, aos empregados em setores rurais de empresas de fins industriais, incorreta seria a sua incidência sobre os trabalhadores da lavoura canavieira pertencente a Usina de açúcar, álcool e aguardente, porquanto o Decreto-Lei nº 6.969, de 19 de outubro de 1944 - posterior, portanto, à CLT - adotara regra especial sobre a questão, estatuinto que:

"Art. 19. Os trabalhadores rurais que percebem salário por tempo de serviço e os empreiteiros de áreas e tarefas certas, remunerados em dinheiro, que não possam ser incluídos nas definições constantes do art. 1º e seus parágrafos do Estatuto da Lavoura Canavieira, terão a sua situação regulada em contratos-tipos aprovados pelo I.A.A., sem prejuízo das disposições das leis trabalhistas que lhes sejam aplicáveis.

§ 1º. Para os efeitos do disposto neste artigo, considera-se trabalhador rural aquele que presta os seus serviços na lavoura canavieira em caráter permanente, periódico ou transitório.

§ 2º. Durante a prestação de serviços industriais na usina o trabalhador rural estará subordinado aos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e das demais

565
mde

105

CARTÓRIO JOAO ROMA

do Ofício de Notas

Manoel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício

Carlos Alberto Ribeiro Lima - Substituto

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.

Dou fé.

Recife, 27 de 12 de 1958

O Sexto Tabelião Público

Rua do Imperador, 381 - Recife - PE

leis de proteção ao trabalhador, inclusive das que regulam o salário.

§ 3º. Os trabalhadores em engenhos de açúcar, rapadura ou aguardente terão sua situação regulada pelas leis trabalhistas, não se lhes aplicando o disposto neste artigo" (os grifos são nossos).

9. No que tange à agro-indústria do açúcar, portanto, não seria possível aplicar-se, "data venia", a exegese firmada na precitada Súmula nº 196, porque os conceitos de rurícola e de industrial voltaram a ser estabelecidos por lei especial, que distinguiu, nitidamente, os que trabalhavam na lavoura (rurícolas) dos que operavam nos serviços industriais da usina ou nos engenhos (industriários). E a lei especial, como se sabe, afasta a aplicação da lei geral nos casos que especifica (Art. 2º, § 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil).

10. Tudo isto - convém sublinhar, bem sublinhado - se passou antes da vigência do Estatuto do Trabalhador Rural, que adotou novas regras sobre a conceituação do trabalhador rural e previu plano especial de assistência e previdência social para os rurícolas. A alínea b do art. 7º da CLT, cuja interpretação extensiva possibilitou a conceituação como industriários ou comerciários de trabalhadores agrícolas ou da pecuária, foi, então, revogada e substituída pelos arts. 2º e 3º do ETR. E os novos conceitos adotados por esses dois artigos foram confirmados e até ampliados por leis especiais atinentes à previdência social, ao enquadramento sindical dos trabalhadores e dos empregadores rurais e à assistência social no campo.

11. Com efeito, prescreveram os mencionados dispositivos do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214, de 02.03.63), que é posterior à referida Súmula do STF:

"Art. 2º.-Trabalhador rural para os efeitos desta é toda pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou in natura, ou parte in natura e parte em dinheiro.

Art.3º.- Considera-se empregador rural, para os efeitos desta lei, a pessoa física ou jurídica, proprietário ou não, que explore atividades agrícolas, pastoris ou na indústria rural, em caráter temporário ou permanente, diretamente ou através de prepostos".

ANTÔNIO JOÃO ROMA
Leitor de Notas
Carlos Rodrigues de Mello - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Lima - Substituto
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado.
Dado em Recife, de 12 de 52
O Tabelião Público

Rua do Imperador, 354 - Recife

§ 1º. Considera-se indústria rural, para os efeitos desta lei, a atividade industrial exercida em qualquer estabelecimento rural não compreendido na Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 2º

12. Com a vigência desse Estatuto, que não acompanhou a definição de trabalhador rural dada pela alínea b do art. 7º da CLT, revogando-a, em consequência, foi ampliado o conceito de exploração econômica rural: a qualquer título, permanente ou temporária, realizada direta ou indiretamente. Perdeu, pois, qualquer sentido saber se se trata de exploração principal ou acessória: onde há atividade econômica rural há, também, empresário rural e quem, nessa atividade, para ele trabalha, como empregado, é trabalhador rural. Daí ter escrito o 2º signatário desta Parecer:

"Hoje, nos termos do aludido Estatuto do Trabalhador Rural ficaram os trabalhadores rurais equiparados aos de indústria e comércio, a eles se aplicando, praticamente, todo o sistema legal de proteção ao trabalho. Trabalho rural é aquele prestado a pessoa, física ou jurídica, que explore atividades agrícolas, pastoris ou na indústria rural (Art. 3º do Estatuto). Ficam, assim, desfeitas as dúvidas que o art. 7º, letra "b", da Consolidação suscitava. As atividades (agrícolas, pastoris ou na indústria rural) são as que constituem objeto da exploração econômica da pessoa, física ou jurídica, em proveito de quem o trabalho é prestado" ("Instituições de Direito do Trabalho", Rio, 5ª ed., Freitas Bastos, 1971, Vol. I, pág. 137).

13. A modificação introduzida pelo Estatuto do Trabalhador Rural, alterando a letra b do art. 7º da CLT, foi logo percebida pela doutrina. A propósito, escreveu MOZART RUSSOMANO:

"Abandonou-se, portanto, o critério do art. 7º, alínea b, da Consolidação, que descaracterizava a relação de emprego rural quando, pelos métodos empregados na execução de serviço ou pela finalidade das operações agrícolas os trabalhadores pudessem ser classificados como industriários ou comerciários" (Comentários do Estatuto do Trabalhador Rural, Rio, 1960, Konfino, Vol. I, pág. 22).

Da mesma forma opinou OCTÁVIO MAGANO:

"Dada a noção do trabalhador rural, que emana do art. 2º do E.T.R., força é alterar-se a diretriz consubstanciada na Súmula 196, do S.T.E., segundo a qual o trabalhador se classifica de acordo com a categoria do empregador, industrial ou comercial, ainda que exerça atividade rural.

CARTÓRIO JOÃO ROMA

1.º Ofício de Notas

Mancel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Roma - Substituto

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.

Dou fé,
Recife, 07 de 12 de 1988
O Sexto Tabelião Público

Rua do Imperador, 25 - Recife - PE

Se apontada a modificação de diretriz já se impunha, desde o advento do E.T.R., tornou-se mais imperiosa, ainda depois de expedido o decreto nº 61.554, de 17.10.67, que aprovou o Regulamento de Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural".

"A alteração desse preceito significa que também para fins previdenciários não deve o trabalhador rural ser caracterizado pelo critério do Art. 7º da C.L.T. e sim pelo Art. 2º do Estatuto do Trabalhador Rural, que, como vimos, é mais amplo do que o anterior" (Lineamentos do Direito do Trabalho, S.Paulo, 1969, Ltr., págs. 58 e 59).

Também NILZA PEREZ DE REZENDE esclareceu:

"Pode, ainda, ocorrer que uma empresa, além de explorar atividade rural, se dedique também ao comércio ou mantenha uma indústria de natureza não rural. Essa multiplicidade de atividades não descaracteriza sua condição de empregador rural com relação aqueles empregados que trabalham no estabelecimento de natureza rural: estes terão sua situação regida pelo ETR e não pela CLT" ("Obrigações Trabalhistas do Empregador Rural", S.Paulo, 1971, Ltr., pág. 19).

14. A Lei nº 5.889, de 9 de junho de 1973, determinou a aplicação da CLT e da sua legislação complementar ao trabalho rural, salvo quando não colidentes com as normas especiais então estatuídas - normas essas que, de um modo geral, asseguraram ao empregado rural situação mais favorável do que a estabelecida para os trabalhadores urbanos. E, no seu art. 2º, ratificou o conceito de empregado rural resultante das leis posteriores à CLT, definindo-o como

"toda pessoa física, que em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário".

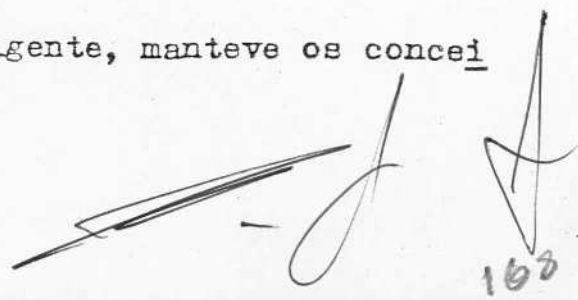
Por sua vez, no art. 3º, considera empregador rural

"a pessoa física ou jurídica, proprietária ou não, que explore atividade agro-econômica, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de prepostos e com auxílio de empregados",

incluindo na atividade agro-econômica

"a exploração industrial em estabelecimento agrário não compreendido na Consolidação das Leis do Trabalho" (§ 1º do Art. 3º).

15. Como se vê, a Lei nº 5.889, ora vigente, manteve os concei



CARTÓRIO JOÃO ROMA
C.º Offício de Notas
Manoel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Roma - Substituto
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.
Deu-se, em Recife, 07 de 12 de 1952
O Tabelião Público
Rua do Imperador, 123

tos de empregado rural e de empregador rural do Estatuto do Trabalhador Rural. O acréscimo introduzido, em relação à definição de trabalhador rural do diploma de 1973, foi apenas para deixar claro que a condição de empregado, mesmo rural, supõe a não eventualidade da prestação de serviço e a subordinação ao empregador. Esclarecimento do óbvio, mas que visou a dirimir dúvidas que a omissão de tais elementos no ETR suscitara, pois chegou-se a sustentar que a subordinação não era indispensável para a caracterização do contrato de trabalho rural ...

16. Destarte, em face dessa lei de 1973, que manteve a conceituação do Decreto-Lei nº 505 (1938), do Estatuto da Lavoura Canavieira (1944) e do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), a pessoa física que presta serviços remunerados, de natureza agrícola, em propriedade rural ou prédio rústico, a quem empreende atividades na lavoura, na pecuária ou na indústria rural, em caráter permanente ou temporário - é trabalhador rural. Se o faz com os elementos caracterizadores do contrato individual de trabalho, será empregado rural. Pouco importa, para a caracterização do trabalho rural, que a produção agrícola se destine à industrialização ou comercialização pela pessoa física ou jurídica que explore a respectiva atividade rural. Tanto é rurícola quem trabalha numa fazenda pertencente a um plantador de cana que não possui usina para a industrialização do produto, como o que exerce sua atividade profissional na lavoura canavieira de empresa produtora de açúcar.

7. O egrégio TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO tem adotado, conforme a composição dos seus juízes, posições antagônicas. Assim, por exemplo, de 1969 a meados de 1972, tornou-se iterativa a jurisprudência no sentido da tese que expusamos:

"com a vigência do Estatuto do Trabalhador Rural não prevalece a atividade preponderante da empresa" (Ac. de 19.10.1970 no RR-2.509/70; Min. TOSTES MALTA, rel.; Rev. TSTs, de 1970, pág. 210);

"É trabalhador rural quem presta serviços na lavoura canavieira. O fato da empresa utilizar a cana para a produção do açúcar, por usina de sua propriedade, que funciona no mesmo local, não transforma o rurícola em industriário. O conceito de trabalhador rural adotado pelo art. 7º, letra b, da CLT, foi alterado pelo que prescreveu, a respeito, o art. 2º do Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963. Com a vigência deste, considera-se trabalhador rural quem presta serviços remunerados de natureza agrícola, em pro-

ANTONIO JOAO ROMA
Ouro Preto de Minas
Manoel Rodrigues do 1º ofício - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Lima - Substituto
Certifico que a presente cópia é a reprodu-
ção fiel do original que foi apresentada.
Dou fé, 07 de 12 de 1982
Recife, O Sexto Tabelião Público
Rua do Imperador 100 - 1º PB

priedade rural ou prédio rústico, a pessoa física ou jurídica que explore atividades na lavoura, na pecuária ou na indústria rural" (Ac. de 26.08.69 no RR-1.182/69, relatado pelo 1º signatário deste Parecer, in "Acórdãos no TST", Vol. III, 1972, pág. 198; idem, de 25.02.69, no RR-3.350/68, ob. e vol. cits., pág. 158).

18. Entretanto, com a aposentadoria de alguns dos seus membros e a convocação de ilustres juízes de Tribunais Regionais, para substituir Ministros licenciados, alterou-se radicalmente essa orientação:

"Sendo industrial a atividade preponderante da empresa, o trabalho do empregado, embora no setor rural, não lhe retira a condição de industriário e, como tal, é realmente beneficiário dos reajustes salariais coletivos" (Ac. do TST, 1ª T., no RR nº 828/72, Min. LIMA TEIXEIRA, rel., no D.J. de 02.10.72; idem no RR-95/72, Min. RIBEIRO DE VILHENA, rel., D.J. de 21.10.72).

E daí resultou, para os feitos de reajustamentos salariais coletivos, a aprovação da Súmula nº 157, in verbis:

"Os trabalhadores agrícolas das usinas de açúcar integram categoria profissional de industriários, beneficiando-se dos aumentos normativos obtidos pela referida categoria" - (D.J. de 24.10.74).

19. Com a adoção dessa orientação jurisprudencial, o egrégio TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO restabeleceu o critério pelo qual a finalidade da atividade econômica da empresa classifica na correspondente categoria os empregados dos setores em que a atividade empreendida é nitidamente rural. Ressuscitou, assim, a norma constante da alínea b do art. 7º da CLT, que ensejara a Súmula nº 196 da colenda SUPREMA CORTE, esquecido, "data venia", de que essa alínea fora revogada pelo Estatuto do Trabalhador Rural (Arts. 2º e 3º) e que o conceito a respeito consubstanciado nesse diploma de 1963 fora ratificado pela Lei nº 5.889, de 1973 (Arts. 2º e 3º). Esqueceu mais - sempre "permissa venia" - que para os trabalhadores da lavoura canavieira pertencente a usina de açúcar, álcool e aguardente, vigora lei especial, que refuta o critério finalístico, distinguindo entre os serviços agrícolas e os serviços industriais (Art. 19 do Dec.-Lei nº 6.969, de 1944).

20. Convém relembrar que diversos aspectos das relações de trabalho

CARTÓRIO JOÃO ROMA
1º Ofício de Notas
Manoel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Roma - Substituto
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado.
Doutro, de 07 de 12 de 1988
Recife, O Sexto Tabelião Público
Rua do Imperador, 100 - 1º andar

lho rural estão sujeitos a disciplinação legal própria, porque a realidade de sociológica do campo impôs o tratamento especial. Por isso, a proporção em que foram estendidos aos empregadores e empregados rurais os dispositivos da CLT e estatuídos, em favor dos trabalhadores, condições ainda mais favoráveis; organizadas e difundidas as entidades sindicais da agricultura e dos trabalhadores na agricultura; implantada a Previdência Social no campo, com características próprias, e instituído programa de assistência ao trabalhador rural - sentiu o legislador brasileiro a necessidade de não mais aplicar o critério da atividade final ou preponderante das empresas industriais ou comerciais para o enquadramento profissional dos empregados dos seus setores, departamentos ou estabelecimentos agrários. Sem o que, em face da tendência da economia no sentido da organização produtiva integrada, acabaria por esvasiar de tal maneira os grupos de empregadores e de empregados rurais, que os sistemas especiais instituídos perderiam enorme parcela dos seus destinatários.

21. Esse entendimento está conforme as decisões proferidas, após o Estatuto do Trabalhador, pelo colendo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, o egrégio TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, o então MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, o CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL e o FUNRURAL.

22. Aliás, vale registrar que, sob o prisma do enquadramento sindical dos trabalhadores e empregadores rurais, o Decreto-Lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971, dando nova redação a diploma legal anterior, adotou, por uma questão de coerência legislativa e lógica jurídica, os mesmos conceitos consagrados a partir do ETR, considerando trabalhador rural

"a pessoa física que presta serviço a empregador rural mediante remuneração de qualquer espécie" (art. 1º, nº I).

e empregador rural

"a pessoa física ou jurídica que, tendo empregado, empreende, a qualquer título, atividade econômica rural" (art. 1º, nº II, a).

23. Basta, assim, que, a qualquer título, uma empresa industrial, comercial, de crédito, de transporte ou de finalidade exclusivamente agrícola, empreenda atividade econômica rural (lavoura, pecuária ou indústria rural), para que, em relação aos empregados que prestam serviços

CARTÓRIO JOAO ROMA
O. Ofício de Notas
Mancel Rodrigues da Mota - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Lima - Substituto
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.
Doutor de 10 de 10
Recife de 10 de 10
O Tabelião Público
Rua do Imperador, 10 - Recife - PE

nessa atividade, seja considerada um empregador rural. E os empregados dos respectivos setores, departamentos ou estabelecimentos rurais serão também, para os efeitos do enquadramento sindical, considerados trabalhadores rurais. É o que está escrito, com todas as letras, na lei específica sobre o enquadramento sindical rural, tal como nas leis já transcritas neste Parecer, desde 2 de março de 1963. E nem se compreenderia que, para os efeitos da relação de emprego, alguém fosse conceituado como trabalhador rural e não o fosse para fins de sindicalização.

III - DO CONCEITO DE TRABALHADOR RURAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL

24. A questão objeto da Consulta concerne ao salário-família, que constitui um dos benefícios previdenciários incluído no elenco das prestações devidas pela Previdência Social Urbana e que ainda não alcança a Previdência Social Rural. Daí a relevância, para o exame dos quesitos formulados pela Consulente, do conceito de trabalhador rural para os efeitos da Previdência Social.

25. Antes da vigência do ETR, a Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807, de 26.08.60) estipulara:

"Art. 3º. São excluídos do regime desta Lei:

I -

II- os trabalhadores rurais, assim entendidos os que cultivavam a terra".

Não obstante, o Poder Executivo, ao elaborar o Regulamento Geral da Previdência Social, adotou no seu texto (Art. 3º, nº 4, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 48.959-A, de 19.09.60) o disposto no art. 7º, letra b, da CLT, o qual segundo a interpretação vitoriosa, considerava industriários ou comerciários os empregados em setores rurais de empresas de finalidade industrial ou comercial. Pois bem, tanto o E. Tribunal Federal de Recursos (Min. OSCAR SARAIVA, rel.), como o C. Supremo Tribunal Federal (Min. LUIZ GALLOTTI, rel.), declararam a inconstitucionalidade do dispositivo regulamentar, que reproduziu a regra, então vigente, da lei reguladora de matéria diversa (Ac. do STF, sessão plenária de 11.05.67, na Matéria Constitucional in RE-58.797; Rev. Trimes

CARTÓRIO JORJO LIMA
Escritório de Notas

Marcos Rodrigues da Silva - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Lima - Substituto

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.

Dou fé

Recife, 07 de 12 de 1982

O Sexto Tabelião Público

Rua do Imperador, 354 - Recife - PE

tral de Jurisprudência, Vol. 44, págs. 467/475). Em consequência, foi expedido o Decreto nº 61.554, de 17 de outubro de 1967, cujo art. 3º modificou o nº II do art. 3º do Regulamento Geral da Previdência Social, consubstanciando a definição inserida no art. 2º do Estatuto do Trabalhador Rural.

26. Antes mesmo, porém, desse pronunciamento da Corte Suprema e do precitado Decreto, ambos de 1967, já o Ministro do Trabalho aprovava, em 24 de dezembro de 1965, parecer do Consultor Jurídico do Ministério (Dr. MARCELO PIMENTEL), reformando a Resolução DNPS-62064, com a qual esse Departamento mantivera a orientação fixada pela Resolução anterior ao ETR:

"Por conseguinte, forçoso é concluir que de acordo com o art. 2º da Lei nº 4.214, de 02.03.63, os que trabalham em estabelecimentos rurais pertencentes a empregadores industriais que, também vêm explorando "atividades agrícolas, pastoris ou na indústria rural, em caráter temporário ou permanente, diretamente ou através de prepostos", na forma prevista pelo art. 3º e seu § 1º do diploma legal acima mencionado, são considerados, a partir da vigência deste, "trabalhadores rurais".

No caso, ainda, em que um mesmo empregado realize, simultaneamente, trabalho rural e industrial, por exemplo, em empresa compreendida na Consolidação das Leis do Trabalho, quando ocorre, portanto, a existência de dois estabelecimentos, isto é, duas diferentes unidades técnicas de produção, deve o mesmo "ser enquadrado, consoante os próprios fundamentos do direito do trabalho, na categoria profissional, que enseja maior proteção à sua atividade" - (ARNALDO SUSSEKIND - Com. à Cons. das Leis do Trabalho, Vol. I, pág. 165, Ed. Freitas Bastos, Rio, 1960).

Face ao exposto, opinamos, pelo acolhimento de recurso e a reforma da Resolução 620, de 12.06.64, do Departamento Nacional de Previdência Social, que contraria orientação a provada pelo Ministro do Trabalho, como já afirmamos" (Parecer nº 1.139/65, in proc. MTPS-696.986).

E o Ministro do Trabalho, ao aprová-lo, ordenou sua publicação na íntegra,

"para que seja firmada orientação sobre a matéria, a ser seguida após o advento da Lei nº 4.214, de 02 de março de 1963" (Despacho de 24.12.65; D.O. de 12.04.66).

No ano seguinte, o Ministro PERACHI BARCELLOS aprovou idêntico parecer, e-
xarado no processo MTPS-143.147/66.

CARTÓRIO JOÃO ROMA

(•• Ofício de Notas

Manoel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício

Carlos Alberto Ribeiro Roma - Substituto

Certifico que a presente cópia é a reprodu

ção fiel do original que foi apresentado

Dou fé.

Recife, 07 de 12 de 1982

O Sexto Tabelião Público

Rua do Imperador, 27 - Recife - PE

27. Por isso, lograram êxito na Justiça todos os Mandados de Segurança impetrados por empresas de finalidades industriais, possuidoras de departamentos, setores ou estabelecimentos rurais, que haviam sido autuadas pelo ex-IAPI para recolherem a essa autarquia as contribuições pertinentes aos rurícolas. Além dos acórdãos citados na Consulta, cumpre referir os seguintes:

"Trabalhadores de Usinas de Açúcar. Advento do Estatuto do Trabalhador Rural.

Com o Estatuto do Trabalhador Rural, desapareceu o sistema de previdência baseado na atividade preponderante. As antigas contribuições não podem ser exigidas" (Ac. do TFR no AMS-58.886; Ministro AMARÍLIO BENJAMIN, rel.; D.J. de 08.04.68);

"Os trabalhadores rurais, designados como tais no art. 2º do Estatuto do Trabalhador Rural e no Decreto nº..... 61.554/67, que criou o FUNRURAL, estão fora do regime da CLT, nas relações de emprego e excluídos do sistema da LOPS" (grifos nossos. Ac. do TFR no AMS-62.743, alusivo a "S.A. Usina Alegria Açúcar e Alcool e outros, Ministro HENOCK REIS, rel.; D.J. de 24.01.69);

"Trabalhador rural: indústria canavieira. Situação perante a Previdência Social. Ainda que ligados à indústria, pelo cultivo da cana de açúcar, matéria prima por ela utilizada, não gozavam da assistência previdenciária, nos termos do art. 3º, II, da Lei nº 3.807/1960" (Ac. do STF, 2ª T., de 06.04.70, na RE-69.189; Ministro THOMPSON FLORES, rel.; certidão nº 20/72, fornecida pelo Chefe da Secretaria da 1ª Vara Federal, Estado de Pernambuco).

28. Como consequência dessa jurisprudência, o Secretário-Executivo da Arrecadação e Fiscalização, do recém criado INPS, mandou sustar o andamento dos autos de infração porventura lavrados e recomendou que,

"até solução final da matéria pela autoridade competente, não deveriam ser apuradas quaisquer contribuições relativas aos agro-industriários, devidas em relação a períodos posteriores a 18 de junho de 1963". (Telex-circular Nº 484/68).

A expressão "até solução final da matéria pela autoridade competente" resultou do fato de ter o então Ministro do Trabalho prometido a entidades sindicais representativas dos trabalhadores dos setores rurais de empresas de finalidades industriais sanar, por via legislativa, a injustiça de terem sido desvinculados do ex-IAPI milhares de rurícolas que,

CARTÓRIO JOÃO ROMA
1.º Office de Notas
Mancel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Roma - Substituto
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.
Doutor _____
Recife, _____ de 12 de 19____
O Sexto Tabelião Público
Rua do Imperador, _____

anteriormente, foram obrigadas a nela ingressarem.

29. Essa solução adveio com o Decreto-Lei nº 704, de 24 de junho de 1969, que, a respeito, prescreveu:

"Art. 5º. A empresa agro-industrial anteriormente vinculada, inclusive quanto a seu setor agrário, ao extinto Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e, em seguida, ao Instituto Nacional de Previdência Social, continuará vinculada ao sistema geral da previdência social, observado, porém, a partir da vigência deste Decreto-Lei, o disposto no parágrafo único do art. 1º".

30. O critério estabelecido por esse dispositivo legal, resguardando a expectativa de direito dos trabalhadores agrícolas que foram inseridos no ex-IAPL, e não no então Serviço Social Rural, durante a vigência da Resolução DNPS-1.586/62 (anterior ao ETR), apagou qualquer dúvida no sentido de que, a partir da vigência do ETR, os trabalhadores dos setores rurais de empresas industriais são rurícolas e não industriários, beneficiários do FUNRURAL e não do sistema geral desta.

31. Aliás, no que tange à legislação específica da Previdência Social, nunca vigorou qualquer disposição legal capaz de ensejar controvérsia sobre a conceituação do trabalhador rural. A Resolução DNPS 1.585, de 1962, por nós já referida, não era lei, nem em sentido material, e apenas refletiu a interpretação que se tornara vitoriosa a propósito da definição constante da letra b do art. 7º da CLT - interpretação que não poderia prevalecer após a revogação dessa alínea pelos arts. 2º e 3º do ETR.

32. Realmente, em 1963, o ETR criou o "Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural", constituído por 1% (um por cento) do valor dos produtos agro-pecuários colocados (art. 158) e considerou segurados obrigatórios desse Fundo "os trabalhadores rurais", que haviam sido definidos pelo art. 2º (art. 160). Esse Fundo foi regulamentado somente em 1967, sob a denominação de FUNRURAL (Decreto nº 61.554, de 17.10.67), tendo o Regulamento prescrito:

"Art. 21. Para os efeitos deste Regulamento, consideram-se:

I -
II -

CARTÓRIO JOÃO ROMA
1.º Ofício de Notas
Manoel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Roma - Substituto
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.
Dou fé,
Racife, 27 de 12 de 1982
O Sexto Tabelião Público
Rua do Imperador, 234 - Recife - PE

III - trabalhador rural toda pessoa física que presta serviços a empregador rural, como tal definido no art. 3º da Lei nº 4.214, de 02 de março de 1963 (Estatuto do Trabalhador Rural) ou a produtor rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou in natura, ou parte in natura e parte em dinheiro".

33. Como se infere, foram discriminados como segurados do FUNRURAL tanto o trabalhador que presta serviços a empregador rural (no conceito amplo do art. 3º do ETR), como o que faz em prédios rústicos (esta belecimento rural) ou a produtor rural. E este, na definição do próprio Regulamento, corresponde a

"toda pessoa física ou jurídica, proprietária ou não, que explore atividade agrícola, pastoril e hortigranjeira, ou a indústria rural e a extração de produtos primários, vegetais ou animais, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de prepostos".

34. Em 1969, o Decreto-Lei nº 564 instituiu o Plano Básico da Previdência Social (Art. 1º), destinado a conceder determinadas prestações, em níveis mínimos (arts. 3º e 4º), a trabalhadores ainda não incluídos no sistema geral da LOPB, tendo estatuído, no seu art. 2º,

"São segurados obrigatórios do Plano Básico, à medida que se verificar sua implantação na forma do art. 9º, os empregados e os trabalhadores avulsos:

I - do setor rural da agroindústria canavieira;

II-

-com o qual reafirmou o princípio de que os empregados de empresas industriais eram rurícolas e, por isto, ainda não estavam vinculados ao sistema geral da previdência, podendo ser abrangidos pelo Plano Básico, quando este viesse a ser estendido, mediante Decreto do Poder Executivo, ao setor ou empresa onde trabalham (art. 9º). E só então

"A empresa abrangida pelo Plano Básico fica dispensada, com relação ao setor rural, de qualquer outra contribuição para o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), ou para fim análogo" (§ 4º do art. 5º).

35. Ainda em 1969, o Decreto-lei nº 704 ampliou os limites para a implantação do Plano Básico aos rurícolas, substituindo a expressão

"do setor rural da agroindústria canavieira"

por

CARTÓRIO JOÃO ROMA
1.º Oficial de Notas
Manoel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Eideiro Lima - Substituto
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado.
Em _____ de _____ de 19____
O Sexto Tabelião Público

Rua do Imperador, 251 - 1.º andar - F2

"do setor agrário da empresa agroindustrial" (art. 2º)
(os grifos são nossos).

O correspondente Regulamento, aprovado pelo Decreto nº 65.106, de 05 de setembro do mesmo ano, repetiu os conceitos adotados pelos Decretos - Leis nºs 564 e 704 (art. 1º).

36. Atendendo aos diplomas precitados, a Comissão Diretora do FUNRURAL respondeu à consulta formulada por "Fischer S/A-Comércio e Indústria e Agricultura", esclarecendo que a solução final do assunto

"vem de ser dada pelo Decreto-Lei nº 564, de 1º de maio de 1969, o qual - instituindo o Plano Básico de Previdência Social para os empregados e os trabalhadores avulsos do setor rural da agro-indústria canavieira e das empresas rurais de outras atividades que, pelo seu nível de organização, nele possam ser incluídas - tacitamente se rendeu à tese esposada pelo Tribunal Federal de Recursos na citada decisão do Mandado de Segurança nº 62743. Vale dizer que, em face dessa orientação e do conteúdo de trabalhador rural perfilhado pelo art. 20, item I, do Regulamento do FUNRURAL, e transplantado para o art. 3º do RGPS, há que distinguir, para os efeitos previdenciários, o setor agrícola do setor industrial ou comercial das empresas ou organizações mistas, isto é, agro-industriais ou agro-comerciais. Diante de todo o exposto, a consulta de fls. 2/3, no que tange ao FUNRURAL, é de ser respondida, a nosso ver, no sentido de que a Consultante, no que diz respeito aos empregados do seu setor agrícola, e enquanto não forem enquadrados no Decreto-Lei nº 564/69, está obrigada tão somente ao recolhimento da taxa de 1% (um por cento) devida ao FUNRURAL (item I), nos termos do art. 20 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.554, de 17.10.67, cabendo-lhe, por outro lado, recolher a contribuição devida ao INPS em relação aos empregados do seu setor comercial ou industrial". (Parecer nº 23, de 20.05.69, no proc. MEPS nº 135.930/68).

37. Esse turbilhão legislativo concorreu para que alguns fiscais do INPS exigissem a filiação dos empregados de setores rurais de empresas de finalidade industrial. Algumas empresas cederam às exigências; mas, as que ingressaram na Justiça, derrubaram as respectivas autuações e viram confirmada a tese de que tais empregados são rurícolas, e não industriários:

"Mandado de Segurança - Exigência ilegal de contribuir para o INPS por parte de Usinas de açúcar, com relação a trabalhadores rurais, empregados em atividades tipi-

CARTÓRIO JOÃO ROMA
1º Ofício de Notas
Marcel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Roma - Substituto
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado.
Doutor, 07 de 12 de 1982
Redator, O Saco Tabelião Público
Rua do Imperador, 55 - Recife - PE

19.578
Mure

camente agrícolas, excluídos do regime da Lei Orgânica da Previdência Social" (Ac. do TFR, 2ª T., no AMS-71.296; Ministro GODOY ILHA, rel.; D.J. de 15.10.73);

"Previdência Social. Trabalhadores rurais que prestam serviços de plantio, cultivo e corte de cana, no interesse das usinas, ou de terceiros, ficam vinculados ao sistema previdenciário especial, denominado FUNRURAL, e não geral, disciplinado pela LOPS.

Precedentes do T.F.R. e do S.T.F.

Recursos desprovidos" (Ac. do TFR, 1ª T., no AP-36.215, Ministro MOACIR CATUNDA, rel.; D.J. de 26.06.74).

E o CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL dava a mesma resposta:

"A partir da vigência do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214, de 03.03.63), os trabalhadores dos setores rurais de empresas industriais são rurícolas e não industriários. Em consequência, estão eles excluídos do regime da LOPS e do RGPS, pelo que indevida é a cobrança de contribuições feita pelo INPS, das empresas para que trabalham" (Ac. do CHPS, 3ª T., de 28.07.72, no proc. MTPS-134.816/71; Conselheiro JONAS MELLO DE CARVALHO, rel.).

38. A Lei Complementar nº 11, de 26 de maio de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e dispõe sobre a prestação de benefícios de natureza previdenciária, manteve a definição ampla de trabalhador rural, considerando-o

"a pessoa física que presta serviços de natureza rural a empregador, mediante remuneração de qualquer espécie" (Art. 3º, § 1º, letra a).

E, no art. 29, repetiu a disposição do art. 5º do Decreto-Lei nº 704, de 1969, sobre a situação de fato dos trabalhadores rurais que vinham contribuindo, irregularmente, para o sistema geral da previdência social, de forma a preservar-lhes as expectativas daí decorrentes.

39. A Lei Complementar nº 16, de 30 de outubro de 1973, alterou algumas disposições da LC-11, deixando claro que os trabalhadores empregados em setores rurais de empresas agro-industriais ou agro-comerciais são rurícolas, embora deveriam continuar filiados ao INPS aqueles que foram compelidos a contribuir para essa autarquia:

"Art. 4º. Os empregados que prestem exclusivamente serviços de natureza rural às empresas agro-industriais e agro-comerciais são considerados beneficiários do PRORURAL, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo.

CARTÓRIO JOÃO RÔMA
C.º Oficial de Notas
Mancel Rodrigues da Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Rôma - Substituto
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.
Dou fé,
Recife, 17 de 12 de 1974
O Sexto Tabelião Público
Rua do Imperador, 23 Recife - PE

20.
579
mme

Parágrafo único. Aos empregados referidos neste artigo que, pelo menos, desde a data da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, vêm sofrendo, em seus salários, o desconto da contribuição devida ao INPS, é garantida a condição de segurados desse instituto

40. Mais uma vez, portanto, ficou patenteado, sem sombra de dúvida, que os empregados que prestam serviços de natureza rural em setores, departamento ou estabelecimentos de empresas de finalidades industriais ou comerciais, são empregados rurais e, assim, beneficiários do PRORURAL. A título excencional - exceção que realmente confirma a regra - assegurou-se a condição de segurados do INPS a empregados rurais que, de fato, vinham contribuindo para o sistema previdenciário geral e do qual, como ficou demonstrado, estavam legalmente excluídos, conforme iterativa jurisprudência dos mais altos tribunais do país. Sente-se, aliás, com toda a clareza, a anomalia da situação criada por contribuições realmente indevidas, pela própria redação do dispositivo legal com que se quis resguardar a expectativa dos mencionados trabalhadores, atendendo a motivos de ordem social, eis que, inegavelmente, foi a própria Administração Pública a grande responsável pela situação de fato, mas ilegal, consistente na contribuição de empregados rurais para um sistema previdenciário que lhes era estranho. É de uma evidência incomodativa que, se se trata-se de uma situação legal, e não, e apenas, de fato, não teria qualquer sentido aquela estranha e hesitante "pelo menos".

41. Com a Lei nº 6.439, de 01 de setembro de 1977, foi instituído o "Sistema de Previdência e Assistência Social" (SINPAS), passando ao INPS os encargos do FUNRURAL, mantido, porém, o regime especial atinente aos rurícolas (Art. 5º). E o Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, tal como o Regulamento do Custeio da Previdência Social, baixados em decorrência do novo Sistema (Decretos nºs 83.080 e 83.081, de 24.01.79), mantiveram, por inteiro, tudo o que aqui foi exposto, distinguindo a Previdência Social Urbana da Previdência Social Rural.

42. Com efeito, dispõe o primeiro dos citados Regulamentos que:

a) é segurado da Previdência Social Urbana

"o empregado de empresa agroindustrial ou agrocomercial que, embora prestando exclusivamente serviços de natureza rural, vem contribuindo para a previdência social ur



CARTÓRIO JOÃO ROMA

6.º Ofício de Notas

Manoel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício

Carlos Alberto Ribeiro Lima - Substituto

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.

Dou fé de 17/2 de 1982

Recife, O Sexto Tabelião Público

Rua do Imperador, 751 - Recife - PE

bana pelo menos desde a data da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971" (Art. 3º, nº XI);

b) beneficiário da Previdência Social Rural

"quem presta serviços de natureza rural diretamente a empregador, em estabelecimento rural ou prédio rústico..." (Art. 275, nº I, a).

E esclarece o mesmo Regulamento

"Art. 277 - O empregado que presta exclusivamente serviços de natureza rural a empresa agroindustrial ou agrocomercial é considerado beneficiário da previdência social rural, ressalvado o disposto no item XI do artigo 3º"

43. O segundo dos referidos Regulamentos repete as disposições supra transcritas (Arts. 5º, nº IX, 16, nº I e 16, §1º, a).

44. A regra, portanto, é a vinculação do trabalhador rural ao regime da Previdência Social Rural, que corresponde ao FUNRURAL; a exceção, restrita àqueles que vêm contribuindo para o regime geral desde, pelo menos, 25 de maio de 1971, é a manutenção do vínculo de segurança ao regime da Previdência Social Urbana.

IV - A SITUAÇÃO DOS EMPREGADOS DO SETOR AGRÍCOLA DAS USINAS DE AÇÚCAR DE PERNAMBUCO

45. Conforme assinala a Consulta, todas as Usinas de açúcar do Estado de Pernambuco, quando autuadas pelo extinto IAPI por não recolherem em favor dessa autarquia, as contribuições previdenciárias dos seus empregados do setor agrícola, impetraram Mandados de Segurança que foram concedidos pelo egrégio Tribunal Federal de Recursos ou pelo colendo Supremo Tribunal Federal, em decisões que transitaram em julgado.

46. Em consequência, jamaiz consumou-se a filiação dos empregados do setor agrícola ao regime geral da Previdência Social e jamaiz foram recolhidas ao extinto IAPI e, depois, ao INPS as correspondentes contribuições. Assim, nem antes, nem depois de 25 de maio de 1971, as empresas associadas à Consultante contribuíram, em relação aos seus empregados do setor rural, para a Previdência Social Urbana. Eles sempre foram beneficiários do FUNRURAL e, a partir das modificações decorrentes da instituição do SINPAS, ficaram amparados, exclusivamente, pelo regime da Previdência Social Rural.

CARTÓRIO JOÃO ROMA
1.º Ofício de Notas
Mancel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Roma - Substituto
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.
Dada fé, 07 de 12 de 1987
Recife, O Sexto Tabelião Público
Rua do Imperador, 351 - Recife - PE

581
mm

47. Ora, se a exceção prevista nas leis e regulamentos citados neste Parecer não se configurar, é evidente que a regra neles consubstanciada impõe a óbvia conclusão de que os empregados do setor rural das Usinas de Açúcar do Estado de Pernambuco estão, como sempre estiveram, vinculados ao regime especial da Previdência Social Rural.

48. Outrossim, cumpre sublinhar, que o Poder Executivo nunca expediu decreto determinando a extensão do regime geral da Previdência Social ao setor rural das Usinas de açúcar do Estado de Pernambuco, tal como facultado pelo art. 31 da Lei Complementar nº 11, de 1971.

49. Por isso mesmo, quando após as mencionadas decisões judiciais transitadas em julgado, a fiscalização da autarquia previdenciária pretendeu novamente incluir os empregados do setor agrícola daquelas Usinas no regime geral da Previdência Social, o Presidente do INPS teve de acolher a representação do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado de Pernambuco, com esteio em lúcido Parecer da Procuradoria Geral do próprio Instituto.

50. Nesse Parecer, datado de 21 de setembro de 1973, escreveu o Procurador JORGE MEDEIROS DE SOUZA:

"De toda evidência, pois, é a inalterabilidade, diante dos preceitos legais mencionados, da situação das Usinas de Açúcar do Estado de Pernambuco, ditada pela Lei nº 3.807/60, combinada com a Lei nº 4.214/63, e corroborada por acórdãos do Poder Judiciário, isto é, a sua vinculação ao sistema geral da LCPS, no que respeita ao setor industrial das suas atividades e à Previdência Social Rural, no tocante ao setor agrário.

Nenhuma pertinência tem aquelas Usinas o disposto no artigo 29 da Lei Complementar nº 11/67, "verbis":

"A empresa agroindustrial anteriormente vinculada, inclusive quanto ao seu setor agrário, ao extinto Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e, em seguida, ao Instituto Nacional de Previdência Social, continuará vinculada ao sistema geral da Previdência Social". (Grifamos)

É óbvio que o transcrito preceito se endereça, apenas, àquele tipo de empresa que, antes da referida Lei Complementar, estivesse vinculada ao antigo IAPI, por ambas as atividades: - a industrial e a agrícola. Sendo os benefícios do PRORURAL mais restritos do que aqueles previstos na LCPS, não permitiu a Lei que, no caso de em -

CARTÓRIO JOÃO ROMA

(1º Ofício de Notas)

Mangel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício

Carlos Alberto Ribeiro Roma - Substituto

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.

Dou fé,

Recife, 12 de 12

O Sexto Tabelião Público

Rua do Imperador, 331 - Recife - PE

582
Núcleo

presa agroindustrial, com os dois setores da sua atividade de matriculados, antes de sua vigência, no extinto IAPI e, depois, no INPS, pudesse deslocar um deles - o agrário - para o PRORURAL, o que representaria desvantagem para os empregados, já amparados por legislação mais favorável. Por isso, determinou que a empresa, que estivesse em tal situação, continuará vinculada, por ambos os setores, ao sistema da Lei nº 3.807/60.

Não é esse o caso das Usinas de Açúcar do Estado de Pernambuco, que jamais tiveram o seu setor de atividade agrícola matriculado no antigo IAPI, ou, posteriormente à extinção dessa autarquia, o INPS. Essa atividade das mencionadas Usinas sempre foi vinculada a Previdência Social Rural, a partir da Lei nº 4.214, de 02.03.63. E, agora, para que incluído fossem regime geral da LOPS, necessário se faria que assim o determinasse um Decreto do Poder Executivo, nos termos do artigo 31 da Lei Complementar nº 11/67, transcrito no item 22 deste parecer.

.....

Em face das razões aqui desenvolvidas, entendemos que deve ser deferido o pedido de fls. 1 a 12, determinando as autoridades responsáveis pela emissão da ODS nº SAF - 299.63, de 30.07.73, ou o Senhor Presidente, a imediata sustação de qualquer providência de mudança de setor agrícola das Usinas de Açúcar do Estado de Pernambuco no sistema geral da LOPS, pela inequívoca ilegalidade de tais providências! (Parecer PCG-1181/73).

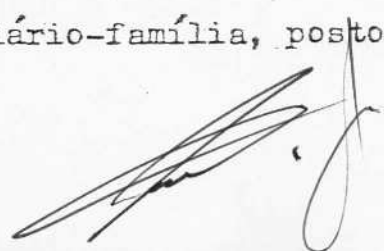
51. O Dr. Procurador Geral endossou esse Parecer, que foi aprovado pelo Presidente do Instituto (Proc. PR-101.073).

52. Nenhuma dúvida, portanto, de que os empregados do setor rural das Usinas de Açúcar de Pernambuco estão amparados pelo regime especial da Previdência Social Rural e não pelo geral da Previdência Social Urbana.

V - DO SALÁRIO-FAMÍLIA COMO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

53. O salário-família foi instituído pela Lei nº 4.266, de 03 de outubro de 1963, como encargo dos empregadores, apesar de o "Fundo de Compensação" ser gerido pelas autarquias previdenciárias, somente para os empregados vinculados ao sistema geral da Previdência Social.

54. A Lei nº 5.890, de 11 de junho de 1973, introduziu, no entanto, profundas alterações no sistema do salário-família, posto que


182

CARTÓRIO J. J. ROMA
C.º Ofício de Notas
Menezes Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Lima - Substituto
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.
Doutor _____ de 12 de 1988
Recife, 12 de 12 de 1988
O Sexto Tabelião Público
Rua do Imperador, 254 - Recife - PE

essa prestação passou a constituir um dos benefícios do regime geral da Previdência Social (Art. 22, nº I, h, da Lei nº 3.807, de 1960, com a redação dada pela citada lei de 1973). Os empregadores vinculados a esse regime passaram, desde então, a conceder o salário-família e efetuar o seu pagamento em virtude de delegação legal do INPS, reembolsando-se das despesas a esse título realizadas, mediante dedução das respectivas quantias nas contribuições ou arrecadações ao IAPAS. Daí ter o art. 19 da Lei nº 25.840 extinto o "Fundo de Compensação", que era incomunicável com a receita do INPS. Hoje, as contribuições pagas pelos empregadores para custeio do salário-família integram a receita do Instituto, visto que essa prestação constitui "encargo" do INPS.

55. O credor da prestação é, pois, o empregado a que se aplica o regime geral da Previdência Social Urbana; o devedor, o INPS, em relação aos segurados amparados por esse regime geral. Por lógica dedução, como escreveu o 1º signatário deste Parecer,

"o salário-família não se estende aos empregados rurais, que continuam beneficiários do "Abono às famílias de prole numerosa" criado pela Lei nº 3.200, de 1941, posto que não estão sujeitos ao sistema geral da Previdência Social" - ("Instituição de Direito do Trabalho", Rio, 8ª ed., Freitas Bastos, 1981, vol. I, págs. 399 e 400).

56. Aliás, o Regulamento de Benefícios da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 83.080, de 1977, não dá margem a qualquer dúvida sobre essa colocação:

"Art. 25 - Os benefícios da previdência social urbana compreendem:

I - quanto ao segurado:

.....
h) salário-família"

E os arts. 97 a 102 da Parte I - Previdência Social Urbana - disciplinam a concessão desse benefício. Já o art. 292 do mesmo Regulamento, inserido na Parte II - Previdência Social Rural - dispõe sobre os benefícios devidos ao trabalhador rural (inciso I) e não inclui o salário-família no respectivo elenco.

57. Inquestionável, por conseguinte, que a empresa agro-industrial não está obrigada a conceder o salário-família aos empregados no seu setor

CARTÓRIO JOÃO ROMA

(1.º Ofício de Notas)

Mancel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício

Carlos Alberto Ribeiro Roma - Substituto

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.

Dou fé,

Recife, 12 de 12

O Sexto Tabelião Público

Rua do Imperador, 25 - Recife - PE

agrícola, que estão vinculados à Previdência Social Rural. E só os empregados do setor agrícola das empresas que contribuíram para o INPS, "pelo menos, desde a data da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971" (Parágrafo único do Art. 4º da Lei Complementar nº 16/73) ou que passaram para o "sistema geral de Previdência Social, mediante Decreto do Poder Executivo" (Art. 31 da Lei Complementar nº 11/71) têm, pela aplicação dessas normas excepcionais, direito ao salário-família. Mas essas duas exceções, como já foi dito, não se verificaram em relação às Usinas de Açúcar de Pernambuco.

58. A conclusão lógica e jurídica que se impõe é a de que as empresas associadas à Consulente não podem, por delegação legal, pagar o salário-família a quem este benefício previdenciário não foi estendido. Mesmo porque o IAPAS não aceitará que elas deduzam das contribuições previdenciárias as prestações pagas a esse título, porquanto indevidas em face da legislação aplicável.

59. É certo que existem decisões da Justiça do Trabalho condenando empresas agro-industriais ao pagamento do salário-família a empregados do setor agrícola vinculados ao regime especial da Previdência Social Rural. Essas decisões invocam, geralmente, a Súmula nº 57, do egrégio Tribunal Superior do Trabalho. Entretanto, além da aludida súmula não ser fonte formal de direito e estar em flagrante conflito com a legislação pertinente, não tem qualquer sentido aplicá-la a questão regulada de forma explícita e incontroversa pelas leis da Previdência Social. A Súmula nº 57 que, data venia, não tem fundamento legal, dispõe sobre reajustamento coletivo de salários; mas o salário-família constitui benefício previdenciário, devido pelo INPS, que reembolsa o empregador que, por delegação legal, efetua o pagamento dessa prestação.

60. As decisões da Justiça do Trabalho em tal sentido ferem o princípio da legalidade consagrado no art. 153, §2º, da Constituição Federal, ensejando, assim, o Recurso Extraordinário para a Suprema Corte.

VI - DAS CONCLUSÕES

61. Em face do exposto, respondemos aos quesitos formulados pela Consulente:

CARTÓRIO JOÃO ROMA
1.º Ofício de Notas
Manoel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Roma - Substituto
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.
Deu fé
Recife, 07 de 12 de 1982
O Sexto Tabelião Público
Rua do Imperador, 251 - Recife - PE

- A - Os empregados do setor agrícola das Usinas de Açúcar, que executam apenas serviços caracterizadores da atividade rural, são trabalhadores rurais.
- B - Ressalvadas as exceções previstas no Art. 31 da Lei Complementar nº 11, de 1971, e no parágrafo único do art. 4º da Lei Complementar nº 16, de 1973, os empregados que trabalham exclusivamente no setor agrícola das Usinas de Açúcar, estão vinculados ao regime especial da Previdência Social Rural.
- C - O salário-família não é devido aos empregados do setor agrícola das Usinas de Açúcar do Estado de Pernambuco, por quanto não são segurados do regime geral da Previdência Social Urbana.
- D - As Usinas de Açúcar referidas na Consulta não têm meio legal para compensar, nas contribuições recolhidas ao IAPAB, as quantias pagas, a título de salário-família, aos seus empregados que trabalham somente no setor agrícola, por isto que o INPS não prevê esse benefício para os segurados sujeitos ao regime especial da Previdência Social Rural.

S.M.J., é o que nos parece

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1982



ARNALDO SUSSEKIND
OAB-RJ-2.100



DELIO MARANHÃO
OAB-RJ-2.995



CARTÓRIO JOÃO ROMA
6.º Ofício de Notas
Manoel Rodrigues de Araújo - Tabelião em Exercício
Carlos Alberto Ribeiro Roma - Substituto
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentada.
Dou fé, 07 de 12 de 1952
Recife, 07 de 12 de 1952
O Sexto Tabelião Público
Rua do Imperador, 354 - Recife - PE



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

586
unpde

Exmo. Sr. Juiz Presidente:

Informo, que o DC-28/82, entre partes: Sind. dos Trab. Rurais de Itaquitanga e outros (44) e Sind. da Ind. do Açúcar no Est. de PE, Sind. dos Cultivadores de Cana de Açúcar no Estado de PE, Liberdade Agro Industrial S/A, Cia. Usina Tiuma e Cia. / Agro Pecuária Sta. Helena, se encontra com o Juiz Clóvis Valença, a fim de ser julgado o ED-131/82.

À consideração de V. Exa.

Recife, 17.12.1982.

Diretora do Serviço de Processos

Julgado os embargos declaratórios.

Junte-se aos autos e venham conclusos, após publicação do acórdão respectivo.

Recife, 22.12.1982.

Presidente do TRT

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos

Sr. Juiz PRESIDENTE

Recife 23 de 02 de 19 83

M. M. M. M. M.
Diretor do Serviço de Processos

Vista aos recomidos.

R. 24.02.83

do la car

REMESSA

NESTA DATA FAÇO REMESSA DESTES AUTOS
A SECRETARIA JUDICIÁRIA

RECIFE 25 DE 02 DE 19 83

P. I. Diretor do Serviço de Processos do TMT
da 1ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
R E C I F E

DA: SECRETARIA JUDICIÁRIA DO TRT DA SEXTA REGIÃO
PARA: PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
NESTA-

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO DE RECURSO.

Pela presente, fica V.Sa. notificada de que nos autos do Dissídio Coletivo nº TRT-DC-28/82, entre partes SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR DO ESTADO DE PERNAMBUCO e SINDICATO DOS CULTIVADORES DE CANA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, suscitantes e SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAQUITINGA E OUTROS (44), suscitados, foi interposto Recurso Ordinário pelos suscitantes, tendo o Exmo.Sr.Juiz Presidente deste Tribunal exarado o seguinte despacho. "Vista aos recorridos. Re.24.02.83.as)Alfredo Duarte Neto".

Dada e passada nesta cidade de Recife, aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de mil novecentos e oitenta e tres. Eu, *Angela Maria Carneiro Novaes*, Téc.Jud."B", datilografei, e o Sr.Diretor da Secretaria Judiciária, subscreve.

Américo Penna Mesquita
Diretor da Sec.Judiciária, substº.

*Protocolado em
23.02.83
e 1/AR
187*

EM BRANCO

DC - 28/82

PRT.

AVISO DE RECEBIMENTO

NÚMERO DO REGISTRADO

Protocolo

DATA DO REGISTRO

25.02.83

R E C E B Í

Recife, 25 de fevereiro 1983

Ferreira
(Assinatura do Destinatário)

NOTA — Este recibo deve ser datado e assinado a tinta e devolvido diretamente pela primeira mala como correspondência ordinária a pessoa indicada na fase 1.a

MOD. TRT 37 — 3.000 - 04/82



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região
Av. Cais do Apolo, 739 — Recife

(Repartição para onde deve ser devolvido este “AR”)

Sec. Judiciária
4º andar.

PERNAMBUCO
BRASIL



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

589
W

R E C E B I M E N T O

Nesta data, foram recebidos os presentes autos da Presidência deste Tribunal.

Recife, 28 de 02 de 1983

Weras
Chefe do Setor de Publicações

C E R T I D ã O

Certifico que pelo Of. TRT-SJ nº 1, o despacho retro da Presidência deste Tribunal foi remetido à Imprensa Oficial do Estado.

Recife, de de 19 .

[Assinatura]
Chefe do Setor de Publicações

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA

Certifico que o despacho retro da Presidência deste Tribunal foi publicado no Diário da Justiça do dia de de 19 .

O referido é verdade, dou fé.

Recife, de de 19 .

[Assinatura]
Chefe do Setor de Publicações

JUNTADA

NESTA DATA FAÇO JUNTADA A ESTES AUTOS

D o recurso ordinário

que se segue

RECIFE, 28 DE 02 DE 19 83

implacável

Diretora do Serviço de Processos

substa

44. gobierno del trabajo.



Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

Reconhecida em 17 - 10 - 62

Rua Gervásio Pires, 876 — Fone: 222-2682

Recife — Pernambuco

590
mm

Exmo.Sr.Dr.Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho
da 6ª Região

J. CONCLUSOS

Recife, 28 de 02 de 83

[Signature]
Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAQUITINGA
E OUTROS (44), suscitados no DISSÍDIO COLETIVO instaurado /
por SINDICATO DA INDUSTRIA DO AÇÚCAR NO ESTADO DE PERNAMBUCO
E OUTROS, proc. nº T.R.T. - DC - 28/82, inconformados, em par-
te, com a respeitável decisão desse Egrégio T.R.T., data venia,
vêm, por seus advogados, no final firmados, formular RECURSO
ORDINÁRIO para o Colendo Tribunal Superior do Trabalho, pelo
que pedem a V.Excia. que se digne de recebê-lo, na forma da
lei.

Pedem deferimento

Recife, 25 de janeiro de 1983

[Signature]
LUIS ROMEU C DA FONTE - adv.

[Signature]
JOSE AUGUSTO DE SANTANA - adv.

RAZÕES DE RECURSO ORDINARIO

Pelos Suscitados, SINDICATO DOS TRABALHADORES RU-
RAIS DE ITAQUITINGA E OUTROS (44), contra
Os Suscitantes, SINDICATO DA INDUSTRIA DO AÇÚCAR
DO ESTADO DE PERNAMBUCO e OUTROS

JUSTIÇA DO TRABALHO
T.R.T. - 6ª REGIÃO

28/02/83 001758

LIVRO 116 FOLHA 176
PROTOCOLO GERAL

See final
25/2



10/10/75

REGISTRO



EM BRANCO



Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

Reconhecida em 17 - 10 - 62

Rua Gervásio Pires, 876 — Fone: 222-2682

Recife — Pernambuco

591
mm

COLENDO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

A respeitável decisão do Egrégio Tribunal Regional a quo merece reforma, em parte, pelas razões que se seguem :

I - PRODUTIVIDADE :

O Tribunal Regional, em sua decisão de fls. 216/237, concedeu um aumento de produtividade de 4% (quatro por cento), sob o falso argumento de falta de prova de incremento de produtividade.

A Categoria Profissional provou, através do ESTUDO DO DIEESE de fls. 244/272, todo ele respaldado em DOCUMENTOS da própria Categoria Econômica e em DADOS OFICIAIS, que o AUMENTO DE PRODUTIVIDADE do setor em tela fora de 9.4% (nove ponto quatro por cento).

Somente no caso de falta de prova específica de uma produtividade específica do setor econômico, é que se aplica o percentual nacional de 4%. Os Tribunais Regionais e esse Colendo TST, na falta de elementos para aferição da produtividade específica das categorias em conflito, lançam mão da produtividade nacional de 4%.

In casu, houve prova robusta e específica de uma produtividade também específica de 9.4%.

O aumento de produtividade de 9.4% decorreu da / vertiginosa substituição do CORTE DE CANA AMARRADA pelo CORTE DE CANA SOLTA, decorrente da crescente mecanização da lavoura da cana-de-açúcar. O próprio TRT a quo reconheceu esse fato / quando disciplinou a tabela de CORTE DE CANA SOLTA.

Ficou provado por documentos dos Empregadores e aceito pelo TRT o fato de que os Trabalhadores, no CORTE DE CANA SOLTA, produziram o dobro daquilo que o faziam no CORTE DE CANA AMARRADA. Os Trabalhadores contribuíram, portanto, para o

11/11/11

EM BRANCO

para o aumento da produtividade e consequentemente para o /
crescimento da lucratividade da economia canavieira.

Se mantido o percentual de 4%, haverá um enriquecimento ilícito em favor da Categoria Econômica da ordem de 5.4%. A Categoria Econômica, se mantido o percentual de 4%, se apropriaria indevidamente de parte da produtividade produzida pela Classe Trabalhadora e a ela destinada pela Lei Salarial em vigor.

A categoria Profissional recorrente reporta-se ao ESTUDO DO DIEESE de fls.244/272, especialmente seu item 6 (fls.259/263), pedindo que esse Coleto TST atribua à Classe Trabalhadora Canavieira um aumento de produtividade de 9% (nove por cento), conforme reivindicação primeira.

II - DECIMO TERCEIRO SALÁRIO: antecipação da 1ª parcela : ✓

Pelos Dissídios Coletivos dos anos anteriores, a Categoria Profissional conquistara o direito ao pagamento da 1ª parcela do 13º salário no dia 30 de junho de cada ano.

Na Campanha Salarial de 1982, a Categoria Profissional reivindicou aquele pagamento para o dia 20 de junho (antecipação de 10 dias em relação aos Dissídios anteriores), como forma de assegurar o recebimento antes das FESTAS JUNINAS, especialmente comemoradas no meio rural, principalmente no / nordeste.

Vide fundamentação da reivindicação na CONTESTAÇÃO de fls.224.

O Egrégio TRT a quo indeferiu, em parte, a reivindicação, mantendo-a na conformidade dos dissídios anteriores - Vide Acórdão recorrido, cláusula " d ", fls.481.



EM BRANCO



Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

Reconhecida em 17 - 10 - 62

Rua Gervásio Pires, 876 — Fone: 222-2682

Recife — Pernambuco

593
mille

Vale salientar que a reivindicação implica em uma antecipação de apenas 10 (dez) dias no pagamento.

Tal antecipação, de um lado, para os trabalhadores, é fundamental na medida em que lhes permitirá aplicar o 13º salário nos festejos juninos, e, de outro lado, quanto aos Empregadores, não lhes acarreta qualquer sobrecarga, pois quem pode pagar no dia 30 de junho, poderá fazê-lo no dia 20 do mesmo mês.

É fundamental levar em conta a significação / das festas juninas para os trabalhadores rurais da região canavieira. Elas têm a significação atribuída, por exemplo, pelas escolas de samba cariocas ao Carnaval.

Justa para os Trabalhadores, a reivindicação (antecipação em dez dias) não sobrecarrega os Empregadores.

Pelo seu deferimento.

III - HORÁRIO DE PAGAMENTO :

Desde a Campanha Salarial de 1979, a Categoria profissional reivindica que o pagamento semanal dos salários ocorra até as 18 horas da Sexta-feira de cada semana.

A Categoria Econômica, de sua vez, insiste em manter a possibilidade de pagamento até as 15 horas do sábado, embora grande parte dos Empresários, na prática, já efetuem o pagamento até as 18 horas da sexta-feira.

As razões do pedido dos Trabalhadores são as seguintes :

a) Somente com o pagamento até as 18 horas da sexta-feira, o trabalhador poderá ir às FEIRAS MUNICIPAIS / fazer suas compras,, feiras municipais que ocorrem nos sábados de forma generalizada.



EM BRANCO

b) Quando o pagamento semanal dos salários se dá até as 15 horas do sábado, o Trabalhador perde a possibilidade de fazer sua FEIRA nas FEIRAS MUNICIPAIS, restando-lhe a terrível alternativa de comprar nos " BARRACÕES " do Empregador. E como é público e notório, os famigerados BARRACÕES vendem mercadorias de qualidade inferior e por preços / mais elevados. Daí vem o endividamento nos barracões e suas funestas consequências...

Alguém poderá contra-argumentar lembrando que o Acórdão veda o pagamento no BARRACÃO, que a cláusula / " h " (fls.483) desvincula o pagamento do Barracão.

É verdade. Porém, se o Trabalhador não tiver possibilidades reais de ir à FEIRA MUNICIPAL, ele próprio terá de procurar o Barracão como última alternativa.

Sem a adequação do horário de pagamento / semanal e o horário das FEIRAS MUNICIPAIS, a desvinculação / dos famigerados barracões não passa de meta inviável.

A reivindicação tem, portanto, reflexo salarial, pois o sistema de barracão é uma sangria insuportável na minguada capacidade aquisitiva do trabalhador.

c) A reivindicação da Categoria Profissional não representa qualquer sobrecarga para a Categoria Econômica.

Ao contrário, a oposição patronal chega a ser visivelmente estranha, mesmo porque havendo expediente / bancário da segunda-feira até a sexta-feira (às 16 horas), não resta nenhuma justificativa para elastecer o pagamento até as 15 horas do sábado.

E o que é pior : por trás dessa aparente insensibilidade patronal, desse capricho desumano, está a inconfessável intenção de manter o famigerado REGIME DO BARRACÃO.



EM BRANCO



Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

Reconhecida em 17 - 10 - 62

Rua Gervásio Pires, 876 — Fone: 222-2682

Recife — Pernambuco

596
muse

A Categoria Econômica, não podendo confessar que sua oposição está ligada ao REGIME DE BARRACÕES, argumentará, possivelmente, que o pagamento até as 18 horas da sexta-feira estimularia a falta ao serviço aos sábados.

Ora, isso é falso e não passa de sofisma mal-doso.

De posse de seu salário na sexta-feira à noite, o trabalhador encarregará seus familiares (esposa ou filhos) de fazerem a feira no sábado, sem prejuízo de sua ida (do empregado) ao trabalho, mesmo porque não lhe interessa sofrer as penalidades da falta ao serviço e do corte do repouso remunerado semanal.

A cláusula " h " da Decisão recorrida (fls.483) merece reforma, em parte, portanto, para estabelecer que o / pagamento semanal dos salários ocorra até as 18 horas da sexta-feira.

IV - DELEGADO SINDICAL :

Décima-quarta REIVINDICAÇÃO (vide CONTESTAÇÃO fls.228), deferida em parte pelo Egrégio Regional, negada a estabilidade reivindicada para os DELEGADOS ELEITOS e negada, ainda, a possibilidade de realização eventual da tarefa / (serviço) do delegado por companheiro de trabalho, letras " c " e " d " da REIVINDICAÇÃO.

De partida, é indispensável colocar a reivindicação da ESTABILIDADE dentro do CONTEXTO da PALHA DA CANA DE PERNAMBUCO. É indispensável considerar que no meio rural, especialmente nos canaviais de Pernambuco, é imensamente mais difícil exercitar o munus de DELEGADO SINDICAL do que nos / centros urbanos e dentro das fábricas.

A fiscalização e as garantias do Estado não chegaram ainda aos Canaviais de Pernambuco. Neles ainda impera a prepotência e a truculência.

194



EM BRANCO

Pergunta-se, então :

Se a lei e o Dissídio Coletivo, de um lado, /
garantem a instituição do DELEGADO SINDICAL, e se, de outro
lado, o Estado não tem condições de assegurar o efetivo e
amplo exercício do munus do delegado sindical no meio rural,
por que o Judiciário do Trabalho não daria um passo à frente
atribuindo ESTABILIDADE ao DELEGADO SINDICAL ELEITO ? Pelo
menos, como primeiro passo, em favor dos ELEITOS ?

No mais, a Categoria Profissional reporta-se
à sua CONTESTAÇÃO, fls.228/229, pedindo que esse Colendo Tri
bunal Superior do Trabalho defira as letras " c " e " d "
da reivindicação 14ª.

V - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - seu desconto em fo-
lha de pagamento :

Trata-se da DÉCIMA-NONA REIVINDICAÇÃO.

Trata-se de REIVINDICAÇÃO PRÉ - EXISTENTE,
cláusula " v " dos DISSÍDIOS COLETIVOS 37/81 e 38/81.

Trata-se de REIVINDICAÇÃO já apreciada por
esse Colendo Tribunal Superior do Trabalho, que a deferiu /
para incidir sobre os empregados associados, nos RO - DC -
45/82 e RO - DC - 46/82, cujas certidões de julgamento estão
nos autos, fls.240/241.

No presente Dissídio Coletivo, o Egrégio
TRT, equivocadamente, data venia, por maioria, indeferiu a
reivindicação, eliminando conquista das mais importantes do
dissídio coletivo de 1981.

Eis onde se situa o equívoco do Egrégio
Regional :



EM BRANCO

Com base no Parecer da Procuradoria, o Regional entendeu que a reivindicação conflitava com a exigência de autorização individual do empregado para o desconto art. 545 da CLT.

Se bem examinada a redação da reivindicação, não existe o conflito arguido pela Procuradoria.

Vejamos :

A reivindicação teve a seguinte redação :

" AUTORIZAR o desconto em folha de pagamento
" da contribuição social mensal dos trabalha-
" dores rurais, devida a seu sindicato na for-
" ma estatutária, pelo que ficam os emprega -
" dores obrigados a recolher e creditar aos
" sindicatos da categoria as quantias descon-
" tadas, no prazo de 10 dias, ficando assegu-
" rado ao trabalhador o direito de suspender
" ou eliminar, a qualquer tempo, a autoriza -
" ção do desconto mediante comunicação expres-
" sa a seu sindicato e ao empregador ".

Foi exatamente nesses termos que foi deferida nos dissídios 37/81 (fls.109) , cláusula " v ", e DC 38/81, (fls.115).

Vamos à exegese :

A expressão " devida a seu sindicato na forma estatutária ",, afasta o receio de que os não-associados fiquem sujeitos ao desconto.

A mesma expressão (na forma estatutária) / afasta o receio da dispensa da autorização individual do empregado associado.

Em suma, a cláusula autoriza o desconto em folha das contribuições dos empregados associados que tenham / autorizado tal desconto.



EM BRANCO



Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

Reconhecida em 17 - 10 - 62

Rua Gervásio Pires, 876 — Fone: 222-2682

Recife — Pernambuco

598
mau

O objetivo da reivindicação é introduzir o mecanismo do art. 545 da CLT e das normas estatutárias em Sentença Normativa, visando torná-la mais respeitável e mais ágil, pelas ações de cumprimento.

E esse COLENDO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO alcançou a significação social e sindical da reivindicação, quando a deferiu, explicitando que sua aplicação somente alcançava os associados, nos RO - DC - 45/82 e RO-DC 46/82, fls. 240/241 dos autos.

Vale colocar a reivindicação no CONTEXTO da REGIÃO CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO e assim a significação social e sindical da reivindicação toma maior clareza.

Em razão das distâncias entre as moradias nos Engenhos e a Sede do Sindicato, os empregados associados /, na sua quase totalidade, autorizam o desconto em folha por ser mais prático.

Tanto assim que, no geral, os descontos são feitos em folha.

Ocorrem, na prática, por outro lado, as seguintes distorções:

a) Quando o empregador quer perseguir o empregado, suspende o desconto e o força a deslocar-se para fazer o pagamento na sede do Sindicato;

b) Quando o Empregador quer penalizar o Sindicato (por exemplo, por causa de uma atuação mais firme perante a justiça do trabalho), suspende inopinadamente os descontos de todos os empregados (embora autorizados), desorganizando por algum tempo as finanças do Sindicato.

Inserindo-se o desconto em Sentença Normativa, como obrigação de fazer, torna-se mais respeitável o seu cumprimento pelo Empregador.



EM BRANCO

Vale enfatizar, finalmente, o seguinte :

Sob o prisma da liberdade de sindicalização, a reivindicação está, à saciedade e até de sobra, na conformidade / dos julgados desse Colendo TST.

Vejamos :

Esse Colendo TST assegura aos trabalhadores o DIREITO DE OPOSIÇÃO ao desconto assistencial, no prazo de dez (10) / dias.

In casu, o DIREITO DE OPOSIÇÃO ao desconto poderá ser exercitado A QUALQUER TEMPO, portanto dentro de uma formulação de ampla liberdade de sindicalização.

Em assim sendo, os suscitados Recorrentes pedem a esse Colendo TST que se digne de reeditar seu entendimento adotado nos RO 45/82 e 46/82, publicados no DOU de 5 de outubro de 1982 - cópias anexas - , deferindo a reivindicação da contribuição social mensal.

VI - AUDIÊNCIA NA JCC - reparação das despesas de transporte de ida e volta : /

Reivindicação indeferida pelo Egrégio Regional, / conforme acórdão, cl. " q ", fls.483.

Os Suscitados Recorrentes reportam-se às suas razões de pedir explicitadas na CONTESTAÇÃO, fls.235, reivindicação 24ª.

Colocada a reivindicação no CONTEXTO da Região Canavieira de Pernambuco, sua justeza e seu alcance social são inegáveis.

Vejamos :

O trabalhador rural, na busca de seus direitos perante a Justiça do Trabalho, é compelido a deslocar-se do Engenho onde reside para a sede do município e, em seguida, da sede do município do Engenho até a sede do município onde está instalada a Junta de Conciliação e Julgamento.

O trabalhador rural é compelido a esses deslocamentos e consequentes despesas de transporte (sangradas de seu minguado salário) por ATO ILÍCITO do Empregador faltoso.

Fundamentação legal existe e das mais robustas: o princípio geral estabelecido pelo art.159 do Código Civil Brasileiro.

Se as ELITES são amparadas pelo referido princípio geral de direito das obrigações, podendo reclamar em Juízo a reparação de qualquer dano decorrente de ato ilícito, por que não estariam amparados os trabalhadores rurais da cana ?



EM BRANCO

Vale salientar que, conforme a reivindicação, não incidirá a reparação nos casos de improcedência da reclamação trabalhista. Em suma, só na hipótese de ato ilícito configurado (reclamatória procedente ou procedente em parte), caberá a reparação em quantum a ser fixado na Sentença, pela Junta, obviamente à luz da comprovação do dano.

VII - DIA DO TRABALHADOR RURAL - 25 de maio:
feriado remunerado :

O dia 25 de maio já foi instituído como DIA DO TRABALHADOR RURAL, por Decreto Presidencial.

A Categoria Profissional reivindica que o seu dia seja considerado como feriado remunerado.

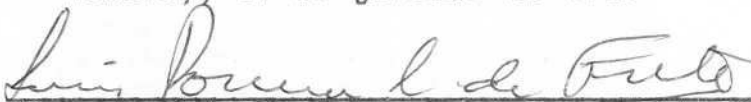
Esse Colendo TST já deferiu essa reivindicação em favor de outras categorias profissionais.

Reivindicação justa.

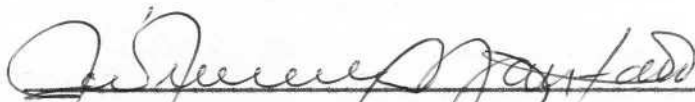
Isto posto, os Suscitados Recorrentes pedem a esse Colendo Tribunal Superior do Trabalho que se digne de dar provimento ao seu R.O., para o fim de reformar a decisão recorrida na conformidade dos pedidos formulados nos itens I a VII das presentes razões de recurso, por ser de inteira /

JUSTIÇA

Recife,, 25 de janeiro de 1983



LUIS ROMEU C DA FONTE - adv.



JOSE AUGUSTO DE SANTANA - adv.



EMI BRANCO

Nº TST-ED-RO-DC-16-82

(70-82)

declaratórios rejeitados
existente a omissão

atados e discutidos estes autos de Declaração em Recurso Dissídio Coletivo nº TST-22, em que é recorrente Associação — Corretora de Câmaras de Comércio e é recorrido Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros e Capitalização e de Seguros Privados de Porto Alegre.

claratórios em que se apossam.

gante que: (fls. 250-251)

provimento ao recurso ordinário embargante, relativamente à sentença normativa, que não de vida e de invalidez, à empresa, no valor de Cr\$ em prol dos empregados que seu serviço, ainda que o façam ante», o v. acórdão limitou-se a

z a argumentação da recorrida como «a assinatura de uma seguro e o preenchimento desta mais do que 15 minutos e não será tão urgente que não esse lapso de tempo.»

fundamentar a prevalência desta cláusula, o v. acórdão deveria qual a lei ordinária que dá apoio normativa nesse sentido, por força do art. 142, § 1º, da Constituição.

amente interposto, é de ser o recurso.

o a embargante, por ocasião do ordinário, apontado qualquer dissídio que pudesse ter sido infringido, a exclusão da cláusula, via embargos declaratórios, a decisão deste Plenário, com o em suposta omissão.

não merece êxito, porquanto, não existe a apontada omissão, se vê no relatório destes embargos embargada limitou-se a rejeição do recurso ordinário, colocando os seguintes termos: (fls. 222)

usivo motivo para a recorrente se contra as estipulações esta cláusula para seu cumprimento indo-se de empregado que via regularidade, inexistente qualquer inerte; porém, quando houver necessidade de viagem urgente e inesperada das circunstâncias de trabalho em que ocorra, é impossível a determinação.»

lavelmente, inexistente a alegada motivo por que rejeito os presentes embargos.

posto, com os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, rejeitar os embargos.

la, 16 de setembro de 1982 —
o Costa, Vice-Presidente no
o da Presidência — João Wagner,

o: Ranor Thales Barbosa da Silva,
dor-geral.

o: Antonio Danil Gomes de Moraes,
Weinert, José Maria de Souza An-
saui de Mello Calvete e José Torres

ROC. Nº TST-RO-DC-46-82

(1.440-82)

o coletivo dos cultivadores de
unificação dos salários não en-
no caso, nenhum óbice legal. A
«artigo» está em vigor, não se jus-
a repetição dos seus disposi-
sentença normativa. Recursos
e providos.

letivo nº TST-RO-DC-46-82 em que são re-
correntes Procuradoria Regional do Traba-
lho da Sexta Região, Sindicato dos Cultiva-
dores de Cana-de-Açúcar no Estado de
Pernambuco e Sindicato da Indústria do
Açúcar no Estado de Pernambuco e outras
e recorridos Sindicato dos Trabalhadores
Rurais de Paudalho e outros.

Foi o seguinte o relatório aprovado em
Sessão:

«Da decisão de fls. 244-260 recorrem ordi-
nariamente, objetivando sua reforma, o
Sindicato dos Cultivadores de Cana-de-
Açúcar do Estado de Pernambuco (fls. 262-
275); o Sindicato da Indústria do Açúcar no
Estado de Pernambuco e outras (fls. 278-
290), e ainda a Procuradoria Regional do
Trabalho da 6ª Região (fls. 298-301).

Contra-razões oferecidas às fls. 327-334.

Em petição às fls. 364 requereu o Sindi-
cato da Indústria do Açúcar de Pernambu-
co e outras fosse determinado o desentra-
nhamento dos autos dos documentos jun-
tados, com as contra-razões dos suscita-
dos recorridos.

A douta Procuradoria Geral da Justiça do
Trabalho em parecer, às fls. 375-377, opina
pelo provimento parcial dos recursos do
Sindicato dos Cultivadores de Cana-de-
Açúcar, Sindicato da Indústria do Açúcar
no Estado de Pernambuco e outras e des-
provimento do recurso da Procuradoria Re-
gional».

E o relatório.

Voto

Preliminarmente

Os documentos anexados de fls. 335 a
364, impugnados por requerimento de fls.
364, deixo de excluí-los porque obedecem
à Súmula 8 e são necessários ao julgamen-
to da demanda.

Indefiro a pretensão.

Mérito

1 — Recurso do Sindicato dos Cultivado-
res de Cana-de-Açúcar no Estado de
Pernambuco (fls. 262)

1. Unificação salarial. O acórdão regional
concedeu a uniformização de salário entre
a primeira e a segunda sub-regiões. Os tra-
balhadores rurais do setor canavieiro do
Estado de Pernambuco até então perce-
biam salários diferenciados conforme tra-
balhassem na chamada área metropolitana
do Grande Recife — 1ª sub-região — ou
nos demais municípios do Estado — 2ª
sub-região.

Tal julgamento regional baseou-se na
unificação do salário mínimo nas regiões
abrangidas pelo dissídio, e proclamou:

«Todavia, resultando a unificação das re-
giões, também, do que preconiza o Decre-
to nº 85.950, de 29 de abril de 1981, que ins-
tituiu os novos níveis salariais mínimos,
implícito nessa unificação está o reconhe-
cimento claro e inequívoco que nessa
questão de remuneração do trabalho, já
agora, não há mais o que discriminar quan-
to ao local da sua prestação.»

Assim, como já foi ponderado pela Presi-
dência deste TST, ao reconsiderar a sus-
pensão da cláusula (fl. 369), o Tribunal Re-
gional valeu-se da unificação salarial deter-
minada pela própria lei, adequando a sua
decisão ao Decreto nº 85.950-81, não se po-
dendo falar em existência de « piso sala-
rial », que é inconfundível com o caso ver-
sado neste dissídio.

Constata-se que, com base na decisão
atacada, a categoria econômica requereu e
conseguiu uma majoração oficial do preço
da tonelada de cana, para o fim especial de
atender o reajustamento decretado pelo
TRT.

Nem mesmo são válidas as premissas da
decisão deste TST no RO-DC-696-80, men-
cionada pelo recorrente, porque mudaram
as condições da região. Na época, havia di-
ferenciação do salário mínimo para as duas
sub-regiões do Estado. Foi a partir disso
que, aí, se admitiu a diversificação.

Agora já há a uniformidade e a unificação

601
mm

200

EM BRANCO

Portanto, não há diversificação sócio-econômica regional. A própria política salarial oficial é igual para todo o Estado.

Acresce, finalmente, que também não é justo que haja pretensão do empregador a se furtar ao pagamento integral do reajustamento, quando oficialmente — pela majoração da tonelada de cana — alcançou os meios numéricos para cobrir tal despesa.

Os recortes de jornal dão conta de que houve antecipação de subsídio do IAA aos produtores, antes, portanto, deste julgamento, para que fossem atendidos os novos níveis salariais. Os recortes são de jornais respeitáveis e também a Secretaria de Relações do Trabalho, através da comunicação que me fez, confirma o que se contém naquele noticiário.

Ente que tal situação fática não é devida a influir no julgamento, porque esta não de encontrar seu deslinde na base da interpretação das normas legais pertinentes. Porém, como ilustração da situação real existente no setor canavieiro, é expressivo, porque, realmente, se por um excessivo zelo incabível fossem analisados detalhes mínimos como unificação de sub-regiões ao invés de unificação do salário nelas existente ou vice-versa, chegaríamos a aberração de permitir o enriquecimento em causa, isto é, admitir que o empresário houvesse recebido o valor da cana em novos níveis com a destinação certa para o excesso, ou seja, pagar os novos salários se estes fossem abolidos.

Por outro lado, aspectos sociais relevantes não de ser considerados, em Estado que vive da economia do açúcar. Não existem diferenças tão fundamentais, sócio-econômicas, nas regiões rurais do Grande Recife e da zona interiorana dedicada ao cultivo da cana. Para os trabalhadores as condições são idênticas e a simples retórica da literatura econômica não é suficiente para desfazer uma situação de fato.

Os subsídios oficiais à indústria açucareira do nordeste são imemorais porque, desde que São Paulo entrou na produção do açúcar, a alta tecnologia ali empregada tornou gravosa a produção pernambucana, que sobrevive às custas da política de proteção.

Tal política levou o IAA a socorrer imediatamente o Estado, quando emergiu este aumento e, com isto, associou a economia local ao problema social, não permitindo que a agitação persistisse, pela pressão social, anulando-a depois de dias de greve.

Ao juiz não é dado ignorar tais fatos porque, como lembrava Kennedy, «procuremos um novo mundo, onde o forte seja justo, o fraco garantido e a paz preservada para sempre», referindo-se ao confronto em negociações, mas que transposto para o campo dos conflitos sociais tem ideal adequação.

Sobre a agricultura repousa hoje a riqueza nacional, a possibilidade de garantir o equilíbrio do seu balanço de pagamentos e fonte de divisas para o seu progresso industrial. Não é legítimo, pois, manter o setor em regime feudal e de subemprego, desconhecendo-se para tanto a necessidade de propiciar remuneração mais decente ao trabalho que faz produzir a natureza. Não é imissível distinguir entre áreas iguais, filiações diferenciadas, para ensejar que a justiça social agrida.

Se tais fatos não são de molde a solver a pendência, porque ela se cinge à interpretação da lei, não menos certo é que o juiz não é o ser inanimado, como apontava Montesquieu, simples boca que pronuncia as palavras da lei, embora também não possa ser a lei.

Embre-se Carlos Maximiliano, que define como função do juiz, quanto aos textos, interpretar, completar, compreender; porém, alterar, corrigir, substituir. Pode modificar o dispositivo, graças à interpretação que é hábil; porém, não negar a lei, decisão contrária do que a mesma estabelece.

Não ter qualquer eiva de ilegalidade o decidido pelo Regional, porque, à luz da interpretação dada ao acórdão a uma interpretação compatível com as normas vigentes.

Não houve, pelo acórdão atacado, violação aos arts. 10 e 11, da Lei nº 6.708-79, nem aos princípios inscritos nos arts. 8º, XVII, letra b, 142, § 1º, e 153, § 2º, da Constituição Federal.

O art. 873 consolidado, ademais, favorece os recorridos.

Com a decisão proferida neste dissídio conseguiu-se, de forma mais duradoura, eliminar um dos elementos de atrito e focos de insatisfações na chamada zona canavieira, sempre ameaçada por greves e paralisações do parque industrial, com graves reflexos para a economia.

Nego provimento, mantendo a unificação concedida pelo acórdão regional.

2. Aumento da produtividade. Foi concedido o percentual de 4%.

Não foi violada a Lei Ordinária nº 6.708-79, nem houve infração ao art. 153, § 2º, da Constituição Federal.

Não havendo provas quanto à produtividade, segue-se a orientação que o próprio Estado aplicou às empresas públicas e que serviu de base à atual jurisprudência do TST.

Nego provimento.

3. Auxílio-doença. Foi concedido:

«Fica assegurado o pagamento do salário pelo empregador, durante os primeiros 15 dias do afastamento do trabalhador rural, por motivo de doença, desde que comprovada mediante atestado médico».

Entendo que a matéria é previdenciária e, assim, reiteradamente tenho negado o benefício. Entretanto, a jurisprudência seguiu orientação diferente e creio que baseada no fato do tratamento discriminatório entre o homem do campo e o trabalhador urbano. Com razão, porque enquanto este desfruta de facilidades, no regime do ex-Funrural, o empregado fica sem assistência, praticamente. Com a linha jurisprudencial em vigor será viável o imediato socorro do empregador, permitindo que o empregado possa ter pronta assistência.

Ressalvo meu ponto de vista e, seguindo a jurisprudência, nego provimento.

4. Contribuição social mensal. Foi autorizado:

«O desconto em folha de pagamento da contribuição social mensal dos trabalhadores rurais, devida a seu Sindicato na forma estatutária, pelo que ficam os empregadores obrigados a recolher e creditar aos sindicatos da categoria as quantias descontadas, no prazo de 10 dias, ficando assegurado ao trabalhador o direito de suspender ou eliminar, a qualquer tempo, a autorização do desconto, mediante comunicação expressa a seu Sindicato e ao empregador» (fls. 259).

Não se trata de contribuição assistencial e sim de uma mensalidade sindical que só pode ser imposta aos associados.

Dou provimento parcial para restringir a aplicação da cláusula aos associados do Sindicato.

II — Recurso do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco e outras (fls. 279)

a) Modificação salarial. Prejudicado.

b) Aumento da produtividade. Prejudicado.

c) Auxílio-doença. Prejudicado.

d) Contribuição social mensal. Prejudicado.

e) «Lei do Sítio».

A cláusula está assim redigida:

«Cumprindo determinação do Dec.-lei nº 6.969-44, regulamentado pelo Decreto nº 57.020-65 e pelo Ato nº 18-68 — IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) os empregadores concederão aos seus empregados rurais com mais de um ano de serviço contínuo na empresa, o uso, a título gratuito, de uma área de terra para plantação e criação necessárias à subsistência do trabalhador, com dimensão, localização e demais características previstas na citada regulamentação».

Parágrafo 1º — Esta cláusula se reputará cancelada e de nenhum efeito caso as nor-

mas legais reguladoras da matéria sejam revogadas ou alteradas por novos instrumentos legais, ou, ainda, na hipótese de ser declarada a inconstitucionalidade da referida legislação por decisão judicial com trânsito em julgado.

Parágrafo 2º — A concessão prevista no caput desta cláusula não terá qualquer caráter remuneratório».

A matéria está regulada por lei, nada justificando sua repetição em sentença normativa. Os empregados têm seus direitos protegidos pela legislação citada, cabendo apenas cumpri-la.

Dou provimento parcial para excluir a cláusula, considerando que disto não resulta qualquer prejuízo para os empregados.

III — Recurso da Procuradoria Regional do Trabalho (fls. 299)

Ataca a unificação do salário já julgada no primeiro recurso ordinário.

Prejudicado.

Isto posto,

Acordam os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho: I — Preliminarmente, indeferir o pedido de desentranhamento de documentos, constante às folhas 364 (trezentos e sessenta e quatro). II — Recurso do Sindicato dos Cultivadores de Cana-de-Açúcar no Estado de Pernambuco: 1. dar provimento parcial, para restringir a aplicação da cláusula relativa ao desconto da contribuição social mensal aos associados do Sindicato, vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros Nelson Tapajós e Fernando Franco; 2. negar provimento ao restante do recurso: a) vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros Nelson Tapajós, Expedito Amorim, Marco Aurélio, Fernando Franco, em relação à unificação dos salários; b) unanimemente quanto à produtividade; c) vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros Nelson Tapajós, Expedito Amorim, Marco Aurélio e Fernando Franco, no que tange ao auxílio-doença. III — Recurso do Sindicato da Indústria de Açúcar no Estado de Pernambuco: 1. por maioria, dar provimento parcial, para excluir a cláusula que determina a concessão, a título gratuito, de área de terra para plantio e criação necessários à subsistência do trabalhador, vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros Idélcio Martins, Alves de Almeida e João Wagner; 2. por unanimidade, julgar prejudicados os demais itens do recurso. IV — Por unanimidade, julgar prejudicado o recurso da Procuradoria Regional.

Brasília, 30 de junho de 1982 — C. A. Barata Silva, Presidente — Marcelo Pimentel, Relator ad hoc.

Ciente: José Christóforo, Procurador.

(Adv.: Maria Thereza Lafayette de A. Bitu, Horácio José Carlos de Mendonça, Marcos de Almeida Cardoso e Luiz Romeu Calvante da Fonte).

PROC. Nº TST-ED-RO-DC-85-82 (AC. TP-1.971-82).

Embargos de declaração dos susciantes e suscitado rejeitados por inoperantes as omissões apontadas.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração em Recurso Ordinário em Dissídio Coletivo nº TST-ED-RO-DC-85-82, em que são Embargantes Sindicato dos Empregados no Comércio de Brasília e Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos de Brasília e e Embargado o Acórdão nº 1.449-82, proferido pelo Eg. Tribunal Pleno.

Embargos de Declaração

O sindicato suscitante interpõe embargos de declaração para suprir omissão do acórdão quanto à cláusula 9ª do Delegado Sindical. O Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos de Brasília diz que não constou da fundamentação que o parágrafo 1º da cláusula 1ª fora excluído e ainda para que se modifique redação da conclusão referentemente à cláusula 31 do 2º grupo, para que se prequestione as declarações de inconstitucionalidade do salário

non. ativo grupo 3
Tempo
600
num
Cláusula
bilidade.
A cláusula
da fundam
lidade é
cendo o
registre
va quant
legação s
Não ho
do recu
cláusula,
to adquiri
ção decc
quanto à
do sindic
de.
Não há
na parte
era objeto
Rejeito
Embarg
mencion
Parágra
registre n
1º da clá
não há ne
ção. A pa
mente su
rágrafo, t
signado n
Cláusula
sido exclu
tro suscit
nada. Prej
«Cláusula
to.
Cláusula
responde
do 56, ada
de correçã
que se tra
as alegaçõ
A cláusula
curso do si
te alega q
constituiç
cláusula. C
mento aleg
Prejudgado
das correç
tucional, ile
O ataque
cláusula 3ª
cado susc
do de 50%
Não hou
alegações
do Prejudi
TST, como
Não há n
mesmo por
curso do si
lo embargar
Cláusula
100% sobre
mingos. Pre
nal de 100%
to.
O Tribuna
qualquer ho
Cláusula
para a hom
Alega viola
Magna. A cl
ção de parte
Observa-
silente sobr
Quanto a
deria haver
e § 1º da Cor
Rejeito os
do.

EM BRANCO

enções, na repre-
os (art. 611 § 2º da
os no dissídio co-
116 § 2º e 4º).

(Décima-oitava).
ssa do motivo da

m dispensa da as-
292/293). Recurso
do RO-DC-707/79

ir também o moti-
384/81 e RO-DC-
D-DC-466/81.)

vigésima). Férias

porcionais do em-
do despedido por
ento ao recurso.
porcionais, em se-
te a menos de 12
devidos, quando
sem justa causa
emento do prazo
redigida, a cláu-
teses em que a
trabalho decorre
o empregado.

ração Suscitante.
arta). Salário de

correção do sala-
piso salarial pre-
coletiva.

o normativo e o
pronunciamen-
me se despreen-

ede, porquanto
ca competência
u seja, salário

urso nesta parte.
(Décima-quinta).

ta Justiça compe-
nípteses em que
ar do direito a es-

crepa das previ-
m conflita com o
recurso no tocante a

écima-sexta). Prazo
e haveres rescisó-
eira de Trabalho.

seja fixado um pra-
scisão contratual,
bas indenizatórias,
(três) valores refe-
gado.

recer provimento
rida a condição de
iterativa jurisprudên-

as indenizatórias pe-
plica em abuso do di-
ção do dever de paga-

m a seguinte reda-

deverá pagar as ver-
no prazo máximo de
a contar da cessação
abalho, sob pena de
agar multa equivalente
do empregado por dia
e que o retardamento
culpa do trabalhador.
or obrigado a dar bai-
Trabalho do empre-
dez dias sob pena de
a relativa às obriga-

(Décima-sétima). Ta-
salarial.

versão salarial em
a mais é do que o
deferido a favor do
deferimento da pre-
fência de assistên-
empregados, por-

quanto a atividade respectiva seria de mera
coordenação dos sindicatos. Entendo na-
ver base para o deferimento, porquanto, na
ausência dos sindicatos, a Federação atua,
inclusive, na assistência judiciária.

Considerando a iterativa jurisprudência
deste Tribunal, defiro o desconto na base
de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), sem a
duplicidade pleiteada, facultando aos em-
pregados a oposição até 10 (dez) dias antes
do pagamento da verba salarial majorada.

e) *Clausula 21ª (Vigésima-primeira).*
Remuneração das horas extras a 100%
(cem por cento) de acréscimo.

No sentir da maioria, a cláusula não en-
contra óbices constitucionais nem legais.
O E. Supremo Tribunal Federal já consa-
grou a legitimidade dos adicionais, para
abertura de trabalho em sobretempo, em
taxas superiores aos previstos na CLT (RE-
703-9, RE-90.966 e RE-94.263-3). Da mesma
forma este E. Pleno (RO-DC-468/81), entre
outros).

Por estes fundamentos, deu-se provi-
mento ao recurso para fixar em 100% (cem
por cento) o adicional de horas extras.

f) *Clausula 24ª (Vigésima-quarta).*
Estabilidade provisória no retorno do
Auxílio-doença ou do Acidente do
Trabalho.

A estabilidade pleiteada é de 90 (noven-
ta) dias, após o retorno do empregado.
Neste ponto está a merecer provimento o
recurso porquanto o despedimento, em tão
curto período, após a volta do empregado,
surge como abuso no exercício de um di-
reito potestativo.

Defiro tal condição de trabalho, acolhen-
do, assim, o recurso interposto.

g) *Clausula 27ª (Vigésima-sétima).*
multa.

A multa foi deferida com diminuição no
valor. A Federação insiste em a mesma ser
fixada em 3 (três) valores-referência, consi-
derada cada infração e empregado indivi-
dualmente.

O deferimento ocorrido parcialmente es-
tá em harmonia com a iterativa jurisprudên-
cia deste Tribunal, exceto quanto ao per-
centual. Fixo-o em 20% (vinte por cento)
sobre o valor de referênciapor infração e
por empregado, revertendo em favor do
empregado e dobrada na reincidência, fi-
cando limitada às obrigações de fazer.

Nego, neste ponto, provimento ao recur-
so.

Isto posto.

Acordam os Ministros do Tribunal Superi-
or do Trabalho, em: I — Recurso dos Sus-
citados: 1) por unanimidade, rejeitar a preli-
minar de ilegitimidade de parte; 2) no méri-
to, dar provimento parcial ao recurso, para:
a) determinar que o empregado despedido
seja comunicado por escrito, sem necessi-
dade de serem declinados os motivos da
dispensa, unanimemente; b) excluir a cláu-
sula que assegura ao empregado demitido
sem justa causa, o pagamento das férias
proporcionais, mesmo que conte menos de
12(doze) meses de serviço, vencido o Ex-
celentíssimo Senhor Ministro João Wag-
ner. II — Recurso da Federação suscitante:
1) dar-lhe provimento parcial, para: a) insti-
tuir multa pelo não pagamento das verbas
rescisórias até 10º (décimo) dia subse-
quente ao afastamento definitivo do empre-
gado, por dia de atraso, no valor equivalen-
te ao salário diário, desde que retardamen-
to não decorra de culpa do trabalhador,
vencido o Excelentíssimo Senhor Ministro
Fernando Franco; b) fixar em 10 (dez) dias,
a contar da cessação do contrato de traba-
lho, o prazo para o empregador dar baixa
na Carteira de Trabalho, unanimemente; c
deferir o desconto assistencial no valor de
Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), apenas um
vez, em favor da Federação Suscitante,
desde que não haja oposição dos empre-
gados, manifestada até 10 (dez) dias antes
do 1º (primeiro) pagamento reajustado,
unanimemente; d) deferir o pagamento das
horas extras com o acréscimo de 100%
(cem por cento), vencidos os Excelentíss-
mos Senhores Ministros Marco Aurélio,
Mozart Victor Russomano, Fernando Fran-
co e Expedito Amorim; e) instituir a estabi-
lidade provisória para o empregado vítima

de acidente do Trabalho ou que estiver em
gozo de auxílio-doença, por 90 (noventa)
dias, contados da alta concedida pelo Or-
gão Previdenciário, vencidos os Exce-
lentíssimos Senhores Ministros Fernando
Franco e Expedito Amorim; f) estabelecer a
multa pelo descumprimento das obriga-
ções de fazer constantes na sentença nor-
mativa, no importe correspondente a 20%
(vinte por cento) do valor de referência, em
favor do empregado prejudicado, vencido o
Excelentíssimo Senhor Ministro Fernando
Franco; 2) por unanimidade, negar provi-
mento ao restante do recurso.

Brasília, 8 de setembro de 1982 —
Coqueijo Costa, Vice-Presidente, no
exercício da Presidência — *Idélio Martins*,
— Relator *ad hoc*.

Ciente: *Ranor Thales Barbosa da Silva*,
Procurador-Geral.

(Adv.: Roberto Barranco, Hélio Coelho
Junior e Outro e Ulisses Ridel de Resen-
de).

PROC. Nº TST-RO-DC-45-82

(Ac. TP-1.526-82)

I) — *Recurso do Sindicato dos Cultivadores de Cana-de-Açúcar no Estado de Pernambuco.* Dá-se parcial provi-
mento para restringir a aplicação da
cláusula concernente ao desconto da
contribuição social mensal, aos asso-
ciados do Sindicato. II) — *Recurso da*
Companhia Agropecuária Santa
Helena. Não se conhece do recurso
por falta de legitimidade para recorrer
em dissídio coletivo. III) — *Recurso do*
Sindicato da Indústria de Açúcar no Es-
tado de Pernambuco. «Lei do Sítio» —
A propriedade, de acordo com o art.
160, III, da CF, deve exercer uma fun-
ção social. A reivindicação foi deferida
nos exatos e restritos termos da legis-
lação específica. Nega-se provimento
ao recurso. IV) — *Recurso da Procura-*
doria. Prejudicado.

Vistos, relatados e discutidos estes au-
tos de Recurso Ordinário em Dissídio Cole-
tivo nº TST-RO-DC 45-82, em que são Re-
correntes Procuradoria Regional do Traba-
lho da Sexta Região, Sindicato dos Cultiva-
dores de Cana-de-Açúcar, no Estado do
Pernambuco, Sindicato da Indústria do
Açúcar, no Estado de Pernambuco, Cia.
Agropecuária Santa Helena e são Recorri-
dos Sindicato dos Trabalhadores Rurais de
Carpina e outros.

«Recorrem ordinariamente o Sindicato
dos Cultivadores de Cana-de-Açúcar, no
Estado de Pernambuco, Sindicato da In-
dústria do Açúcar, no Estado de Pernambu-
co, Cia. Agropecuária Santa Helena e a
Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª
Região inconformados com a decisão re-
gional no Dissídio Coletivo a saber:

Recurso do Sindicato dos Cultivadores
de Cana-de-Açúcar (fls. 353/365) contra as
seguintes cláusulas:

- a) Unificação de salário e Produtividade
concedidas na 1ª cláusula,
- b) Auxílio doença concedido na terceira
cláusula, e,
- c) Contribuição social mensal — concedi-
do na vigésima primeira cláusula.

Recurso da Indústria do Açúcar, Cia. Usi-
na Tiúma e a Cia. Agropecuária de Santa
Helena, nas mesmas razões de recurso,
contra as seguintes cláusulas (fls. 365-385):

- a) Unificação de salário e produtividade
(1ª cláusula),
- b) Auxílio-doença (3ª cláusula),
- c) Contribuição social (21ª cláusula),
- d) Lei do Sítio (8ª cláusula).

Recurso da Procuradoria Regional (fls.
387-390) contra a cláusula que unifica os sa-
lários das duas sub-regiões do Estado.

O despacho de fls. 391 deixou de receber
o recurso da Cia. Usina Tiúma por não ter
sido parte no processo.

Contra-razões do Sindicato dos Trabalha-
dores Rurais de Carpina e outros (38) às
fls. 561-567.

603
mbr

202

EM BRANCO

A douta Procuradoria Geral, pelo parecer do Dr. Hélio Araújo de Assumpção, opina pelo desprovimento do recurso da Procuradoria Regional e provimento parcial do recurso das suscitadas (fls. 591-593).

E o relatório, na forma regimental.

Voto

Recurso do Sindicato dos Cultivadores de Cana-de-Açúcar, no Estado de Pernambuco (fls. 353).

I — Unificação de Salário.

Trata-se de medida com profundo alcance social, que entendendo não contrária aos dispositivos da Lei nº 6.708-79).

A decisão recorrida está em harmonia com o art. 766 consolidado.

Com muita propriedade, assim analisou a questão, o ilustre Ministro Idélcio Martins:

«O Regional, em tese que submete o seu julgamento, assentou que «Unificado o salário mínimo, não mais se justifica que trabalhadores de campo de engenhos e usinas de açúcar estejam a perceber salário diverso, já que unificado é também o preço do açúcar e da cana, e semelhante o processo de industrialização que inclui o cultivo da cana.» (grifei).

Merece relevo, ainda, os fundamentos da decisão regional, no particular, não elididas pelas razões do apelo, particularmente em relação às circunstâncias do preço do açúcar e da cana que não se sensibilizou com a diversificação da realidade social a que o apelo empresta relevância.

Enfrentando essa realidade, o acórdão regional testemunhou e expressa o seguinte (fls. 346):

«Um outro ponto, gerador de permanente insatisfação, foi também resolvido com a unificação do salário na zona canavieira. Com efeito, unificado o salário mínimo na Região, não mais se justifica a discrepância até então existente, já que unificado é também o preço do açúcar e do álcool e semelhante o seu processo de industrialização, que inclui o cultivo da cana. Empregados às vezes de uma mesma usina ou engenho, por exemplo, perceberem salário diverso, em razão de uma diversidade de regiões que não mais existe, seria um fator de revolta e um perene convite à rebeldia. E aí está uma das razões de ser do dissídio coletivo; e onde se torna a Justiça do Trabalho realmente eficaz, por força do seu poder normativo, como instrumento poderoso para a realização da Justiça Social e, conseqüentemente, contribuindo para uma pacificação entre as classes, em proveito de ambas.»

Esta Corte já ratificou em dissídios anteriores julgamento semelhante (Precedente: AGES 197-81).

Nego provimento ao recurso.

II — Taxa de Produtividade.

Ante a omissão da Lei 6.708/79, no que concerne ao critério para se apurar a produtividade empresarial, a jurisprudência nesta Corte se firmou no sentido de que a taxa, no máximo 4% (quatro por cento), é economicamente tolerável pelas empresas brasileiras.

Assim, nego provimento.

III — Auxílio-doença.

«O deferimento do direito ao salário nos quinze dias primeiros de doença não cria direito previdenciário, mas tão-somente estabelece obrigação patronal de natureza salarial.»

A omissão do Estado é uma razão a mais para justificar que a Justiça do Trabalho sustente uma lacuna tão fundamental para o agricultor (salário na doença) e atribua à Categoria Econômica uma obrigação tão elementar. (fls. 565).

Existindo norma que discipline expressamente a matéria, pode a sentença coletiva, oferecer disciplina que já aplica o trabalhador urbano e a consideração tais ausências já são justificadas (fls. 605-49, aplicável aos rurícolas).

A jurisprudência se definiu no sentido do julgamento regional (Precedentes: RO-DC-542-81, RO-DC-654-81, RO-DC-545-81, RO-DC-543-81, RO-DC-566-81).

Cláusula pré-existente, nego provimento.

IV — Contribuição social mensal — Imposição do desconto geral obrigatório.

O recurso invoca o princípio da sindicalização isento no art. 166 da Constituição Federal com projeção ao art. 544 da CLT, argumentando com Valentim Carrion, que os descontos aqui referidos decorrem do ingresso no quadro de associados, conforme preceituado nos arts. 462 e 545 da CLT.

Não haveria, assim, fundamento legal para o desconto generalizado.

No particular, as empresas não têm mais se não cumprir o disposto no art. 545 da CLT. Os descontos precisariam ser autorizados, providência que o Sindicato pode assumir com os seus associados.

Como posto, não é tema que se concilie com os fins de um dissídio coletivo.

Dou provimento parcial ao recurso, para restringir aos associados a aplicação inscrita na cláusula.

2) **Recursos do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco e Companhia Agropecuária Santa Helena** (366).

Preliminarmente, não conheço do recurso da Companhia Agropecuária Santa Helena por lhe faltar legitimidade para recorrer em dissídio coletivo.

Os interesses discutidos são subjetivos de categorias profissional e econômica, não descendo a individualizações que justifiquem ou favoreçam a presença pessoal de empresas, na sustentação de direitos próprios.

Com relação ao recurso do Sindicato, foram já solvidos no julgamento que se processa, as cláusulas referentes a unificação salarial, aumento de produtividade, auxílio-doença e contribuição social.

Prejudicado o recurso quanto a esses temas, restando a cláusula sobre

Lei do Sítio.

A propriedade, de acordo com o art. 160, III, da C.F., deve exercer uma função social.

A reivindicação foi deferida nos exatos e restritos termos da legislação específica, ou seja, nos limites do Dec.-lei 6.969-44; Dec. 57.020-65 e do Ato nº 18 do IAA, além do que, pré-existente.

Acrescente-se que apenas o Sindicato da Indústria do Açúcar se insurgiu neste aspecto.

Nego provimento.

Recurso da Procuradoria Regional.

Insurge-se contra a unificação salarial de zona canavieira, argumentando que a convenção resulta em diferimento de índices do INPC maior que o decretado por mês pelo Governo Federal.

Prejudicado em razão de julgamento de cláusula já efetivada.

Isto posto:

Acordam os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, I — Recurso do Sindicato dos Cultivadores de Cana-de-Açúcar no Estado de Pernambuco: 1) dar provimento parcial, para restringir a aplicação da cláusula concernente ao desconto da contribuição social mensal, aos associados do sindicato, vencido o Excelentíssimo Senhor Ministro Marco Aurélio; 2) negar provimento ao restante do recurso; a) vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros Marco Aurélio, Fernando Franco e Nelson Tapajós, quanto à unificação das tabelas salariais e ao auxílio-doença; b) unanimemente, no que tange à produtividade. II — Por unanimidade, não conhecer do Recurso da Companhia Agropecuária Santa Helena. III — Recurso do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco: 1) pelo voto de desempate, negar provimento em relação à cláusula intitulada «Lei do Sítio», vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros Idélcio Martins, Coqueijo Costa, Fernando Franco, Nelson Tapajós e Guimarães Falcão; 2) por unanimidade, julgar pre-

judicado o restante do recurso. Redigirá o acórdão o Excelentíssimo Senhor Ministro João Wagner.

Brasília, 18 de agosto de 1982 — C. A. Baralva Silva, Presidente — João Wagner, Relator ad hoc.

Ciente: Ranor Thales Barbosa da Silva, Procurador-Geral.

(Advts.: Maria Thereza Lafayette de A. Bitu, Marcos de Almeida Cardoso e Marcelo Antonio B. Lopes e Arnaldo Von Glehn e Harleine Gueiros Bernardes Dias e Luiz Romeu C. da Fonte).

PROCESSO Nº TST-RO-DC-61-82

(Ac.TP-1.834-82)

Salário normativo. Produtividade — 4%. Multa à inexecução das obrigações de fazer. Piso salarial. Complementação da remuneração do empregado acidentado no trabalho. Obrigatoriedade do receituário agrônomo e do pagamento da taxa de insalubridade. Auxílio-doença ao trabalhador rural. Estabilidade ao acidentado.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Ordinário em Dissídio Coletivo nº RO-DC-61-82, em que é recorrente Federação da Agricultura do Estado de São Paulo e outros e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Preto e outros e são recorridos os mesmos.

Trata a hipótese de recurso ordinário em dissídio coletivo em que são recorrentes a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, Sindicato Rural de Ribeirão Preto e outros 117 como suscitados e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Preto e outros 94 como suscitantes.

Recorrem ambas as partes contra cláusulas do decisório regional de fls. 3.207-3.222, XIV volume.

A Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, Sindicato Rural de Ribeirão Preto e outros inconformam-se com as seguintes cláusulas (fls. 3.234-3.241):

a) índice de produtividade de 7%;

b) estabelecimento de salário normativo correspondente a 4/6 da correção salarial fixada para o mês de vigência da sentença (INPC) acrescido de 4/12, do aumento salarial ora concedido (produtividade) ambos com incidência sobre o salário mínimo vigente à data do ajuizamento do dissídio;

c) estabelecimento de multa de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) por empregado, em caso de descumprimento, pelo empregador, de qualquer das cláusulas contidas na norma coletiva, revertendo o seu benefício em favor da parte prejudicada.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Preto e outros insurgem-se contra o indeferimento das seguintes cláusulas (fls. 3.242-3.248):

a) piso salarial que foi indeferido;

b) obrigatoriedade do empregador rural ao pagamento da diferença correspondente à complementação da remuneração devida ao empregado, por ocasião de acidente de trabalho, durante o período de inatividade, quando resultar diminuição da sua capacidade laborativa;

c) o empregador rural será obrigado a possuir o competente receituário agrônomo, para que o empregado possa aplicar defensivos agrícolas;

d) obrigatoriedade ao pagamento da taxa de insalubridade ao trabalhador, quando do uso de defensivos e máquinas agrícolas;

e) pagamento de auxílio-doença durante o período em que o trabalhador rural permanecer afastado do trabalho, por motivo de doença comprovada por atestado médico;

f) estabilidade ao empregado rural afastado em decorrência de acidente de trabalho, em até 60 dias após alta médica e,

ver
par
avis
prei
Contri
3.264, a
recer de
provime
3.272, vo
E o re
tura
a)
do f
xa d
ferid
a es
Na for
te Tribu
ra reduz
da taxa;
b)
pedi
ção
Alega
petitório
Em ver
cláusula
bunal.
Provide
rio norm
última co
mais 1-12
corrente
bre o sa
propositu
c) A
pensi
obrig
O recur
rá figurar
tivas, con
tos, mais
preceitos
Dou pro
restringir
ções de fa
necio do
2) R
lhador
outros
a) F
(dezes
pela i
norma
56.
b) C
do em
durant
assegi
minu
Há prece
de por 6 (s
DC-249-81,
dou provim
estabilidad
dentado de
a alta conc
como escl
ção salarial
c) C
agronô
vos agr
A cláusula
nência.
Dou provi
cláusula.
d) Ob
taxa de
de defe
A obrigaç
risticament
para dissí
pécifica da
pectivo imp
ser ultrapas
Nego provi
e) A
afastado
por atas

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

605
mm

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao

Sr. Juiz PRESIDENTE

Recife, 01 de 03 de 19 83

subscrito

Diretor do Serviço de Processos *subscrito*

Vista ao Recorrido.

Recife, 02.03.1983.

Jose T. de Sa Pereira

José T. de São Pereira

Presidente em exercício do T.R.T.

da Sexta Região

Of. n.º 90/83, de 02/03/83.

para publicação no Diário de Justiça do Estado.

Re. 02/03/83

Weras

Chefe do Setor de Publicações

CERTIFICO que, nesta data,

foi encerrado o III volume destes au-

tos, às fls. 605, de acordo com o que

determina o Provimento nº 2/81, de 25.

03.81, da Corregedoria Geral da Justi-

ça do Trabalho.

Recife, 08.03.83

Alvaro de Oliveira

Alvaro de Oliveira

Diretor - Secretaria - Judiciária

TRT - 6a. Região

204

EM BRANCO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
SERVICO DE COMUNICACOES

15 ABR 15 11 33 014777

SEÇÃO DE RECEPÇÃO